



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

ELIAS SANTOS DE BRITO

HISTÓRIA SOCIAL DAS ESCOLAS NOTURNAS NA PROVÍNCIA DO
GRÃO PARÁ (1871-1879)

BELÉM/PA

2025

ELIAS SANTOS DE BRITO

**HISTÓRIA SOCIAL DAS ESCOLAS NOTURNAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO
PARÁ (1871-1879)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Básica. Linha de Pesquisa: História da Educação Básica.
Orientadora: Profa. Dra. Clarice Nascimento de Melo

BELÉM/PA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862h Brito, Elias Santos de.
Historia Social das Escolas Noturnas na Província do Grão-Pará (1871-1879) / Elias Santos de Brito, . — 2025.
139 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Clarice Nascimento Melo Melo
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica,
Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da
Escola Básica, Belém, 2025.

1. Escola Noturna. 2. Adultos. 3. Legislação. 4.
Escravidados. 5. Grão-Pará. I. Título.

CDD 374.8

ELIAS SANTOS DE BRITO

**HISTÓRIA SOCIAL DAS ESCOLAS NOTURNAS NA PROVÍNCIA DO GRÃO
PARÁ (1871-1879)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Básica. Linha de Pesquisa: História da Educação Básica.
Orientadora: Profa. Dra. Clarice Nascimento de Melo.

Aprovado em: ____/____/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Clarice Nascimento de Melo – NEB-PPEB/UFPA
Orientadora

Prof. Pós-Dr. Anselmo Alencar Colares – PPGDA-UFOPA
Examinador Externo

Professora Dra. Maria José Aviz do Rosário – PPEB/NEB/UFPA
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos nesta jornada de produção acadêmica, dedico a muitas pessoas que foram e ainda continuam sendo fundamentais na minha caminhada pessoal e profissional até o tempo presente, passando pelos meus familiares, companheiros(as) de trabalho e de luta nas ruas pelos nossos direitos do magistério, em tempos sombrios, com gestores públicos fazendo o papel de déspotas. Vale a reflexão de Carlos Drummond de Andrade “Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas”

Ficam meu sinceros agradecimentos a Universidade Federal do Pará, em particular ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, por ter oportunizado ampliar minha visão sobre a escola básica brasileira e pensar de que forma construir estratégias para combater o domínio do neoliberalismo que avança nos programas do governo por meio dos currículos. Criticá-los, defendendo a escola social, cidadã são lições que aprendi na leitura dos textos, livros e seminários. Destaco, a Professora Dra. Émina Santos, Professor Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha, Professora Dra Maria do Rosário, a professora Dra Clarice Nascimento de Melo, minha orientadora, socialista e como afirma os versos da canção da compositora e cantora brasileira Rita Lee: “não foge à luta/ Por isso, não provoque É cor de rosa choque”. Uma das grandes defensoras da escola pública, incentivadora da pesquisa histórica na educação da Amazônia que valorizam o protagonismo dos sujeitos sociais, muito obrigado querida professora.

Ressalto meus agradecimentos aos meus familiares, à minha mãe Nazaré Ferreira Santos, aos os meus irmãos, na pessoa de Mirtes Santos de Brito, Valdeci, Raimundo e Edileuza; aos meus tios na pessoa de Aires Campelo de Brito e Deveni Ferreira Santos e também aos meus primos como representantes: Francinaldo Ferreira Santos e Elder Brito dos Santos; Aos meus sobrinhos: Bruno, Willyames e seus filhos: Théo, Maria Luiza, Pedro Jorge, Ângelo Gabriel e Ana Liz. Especialmente ao meu filho Gustavo da Silva Brito.

A minha companheira de todos os momentos, inclusive de muitas lutas na rua: Maria Odilene da Silva Santos o meu carinho fraterno, deixo meu sempre muito obrigado, juntos cantamos vitórias e derrotas enrolados na bandeira vermelha da estrela solitária, assim como aos seus familiares na pessoa de Marcos Sérgio, parceiro de todos os momentos. Todos(as) são pessoas que guardo profundo carinho que sempre foram motivacionais na minha caminhada.

Sublinho meus colegas de curso na pessoa da Edilene, Aline, Rosane e Millus Guerrier pessoas de primeira grandeza com quem aprendi muitas lições na aulas de Atelier, obrigado.

Acrescento a gentileza da minha amiga Glaice Nascimento, parceirona de muitas pesquisas no Centur, Arquivo Público, juntos vivenciamos muitas caminhadas.

Deixo meus agradecimentos aos companheiros da EEEFM Manoel Saturnino de Andrade Favacho na pessoa do diretor Alan Assunção, dos vice-diretores Fábio Solano e Rubilene, as coordenadoras pedagógicas professora: Edna e Márcia, dos assistentes administrativos Neilton e Daniel, assim como aos colegas que trabalham do apoio (Maria e Daniele) e representantes dos professores(as): Ana Cristina (Matemática), Elton (Educação Física), Bruno (Sociologia) e a Diretora Jaqueline da EEEFM João Carlos Batista compreensiva nas minhas ausências deixo o meu sempre muito obrigado.

Ao Arquivo Público do Pará deixo meus agradecimentos pela recepção e conservação documental ao diretor Leonardo Tori, as servidoras: Andreia, Rosana, Sandra, a dona Rosa e ao companheiro João Lopes com quem aprendi muitas “manhas” nos caminhos das pesquisa no Arquivo Público do Estado do Pará.

A Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR) na pessoa do seu Randolpho e da minha colega prof. Dra Luiza Amador, sempre gentil nas explicações no atendimento nas Obras Raras, assim com as demais atendedoras na Microfilmagem, em particular tirou muitas dúvidas, nas conversas informais. Obrigado.

A Hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (BNDIGITAL), a riqueza do acervo digitalizado permite aos pesquisadores terem acesso rapidamente aos jornais e demais periódicos, facilitando consideravelmente o desenvolvimento das pesquisas. Ressalto que sem o acesso as fontes encontradas no acervo digital, dificilmente chegaria as conclusões desta pesquisa. Por isso, ficam meus sinceros agradecimentos aos idealizadores deste projeto e aos funcionários que diariamente procuram deixar a disposição do público o acervo digital contando a história da educação e de muitos fatos da história de nosso país. Portanto, a todos ficam meu agradecimentos e muito obrigado.

ANNO I

Setembro de 1925



NUMERO 1

A ESCOLA DE ADULTOS



ORGAN DO CENTRO
DOS PROFESSORES
E COADJUVANTES

CONTÉVDO

A Escola de Adultos - Francisco Ferreira de Vilhena Alves

Relatório do Conselho de Administração - 1924

Relatório do Conselho de Administração - 1925

Relatório do Conselho de Administração - 1926

Relatório do Conselho de Administração - 1927

Relatório do Conselho de Administração - 1928

Relatório do Conselho de Administração - 1929

Relatório do Conselho de Administração - 1930

Relatório do Conselho de Administração - 1931

Relatório do Conselho de Administração - 1932

Relatório do Conselho de Administração - 1933

Relatório do Conselho de Administração - 1934

Relatório do Conselho de Administração - 1935



“(…) A instrução popular é ella a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo (...). O povo instruído, conhece seus direitos e deveres (...) não consentirá jamais que se abuse das leis para o escravizar. Intrui o povo e elle será completamente livre.”

(Francisco Ferreira de Vilhena Alves – Vigia, 03 de Outubro de 1871 – O Liberal do Pará. N.221, P.1, 08 Out 1871.)

REDACÇÃO - Rua da Assembleia, 20

08 DE JANEIRO

RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo discutir as primeiras experiências para educação de adultos na província do Grão-Pará no interim de 1871-1879, o lugar do adulto não estava definido na legislação da educação nacional, tão quanto nas legislações provinciais, na capital do Império, ponto irradiador desse movimento, políticos e industriais passaram a discutir a criação de escolas noturnas para alfabetizarem adultos, a modernização, as recém criadas fábricas, as ideias abolicionistas, as propostas de civilidade, a disciplinarização da mão de obra adulta, requeiram transformação no âmbito da escola primária. No Grão-Pará, a Portaria de 20 de Abril de 1871, assinada pelo então presidente da província Joaquim Pires Machado Portella, em seu Art. 27 autorizava abertura de “aulas noturnas para adultos”. Essa pesquisa histórica foi compreender nos primórdios desse processo de transformações na sociedade e na educação pública imperial paraense esquadrihar a origem e os sujeitos sociais que tomaram a frente da abertura das escolas noturnas, utilizando-se dos rastros deixados nos jornais, ofícios, litografias e relatórios dos presidentes da província. No sentido de responder a seguinte pergunta: o que levou particulares e políticos abrirem escolas noturnas para ensinar adultos livres e escravizados. Em Setembro de 1871, os vereadores Pe. Félix Vicente de Leão e João Diogo Clemente Malcher, abriram, na Câmara Municipal de Belém, na Rua do Norte - atual Siqueira Mendes - aulas para ensinar trabalhadores, em seguida, foi a vez da Associação Promotora da Instrução Pública, com Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, no Colégio particular de Santa Maria de Belém. No desenvolvimento dessa pesquisa, a interpretação das fontes históricas foram apontando para uma diversidade de projetos que visavam incluir os adultos na escola, desde os que acreditaram na educação para forjar o cidadão civilizado, assim como aqueles que viam nas aulas para adultos o afastamento da criminalidade. As escolas noturnas nasceram, portanto, com escopo de instruir os alunos nos cânones dos direitos e deveres, evidenciam, por outro lado, a exclusão histórica dos pobres no país do direito à educação, sem uma política social comprometida com a permanência dos estudantes na escola, o mercado de trabalho torna-se um dos atrativos para distorção série/idade, no passado e no presente, a persistência do preconceito das políticas do governo, adaptação curricular e a formação dos professores são desafios que se colocam para se discutir o ensino noturno no Pará e no Brasil.

Palavras-Chaves: Escola Noturna. Adultos. Legislação. Escravizados. Grão-Pará.

ABSTRACT

This master's dissertation aims to discuss the first experiences in adult education in the province of Grão-Pará between 1871 and 1879. The place of adults was not defined in national education legislation, nor in provincial legislation. In the capital of the Empire, the radiating point of this movement, politicians and industrialists began to discuss the creation of night schools to teach adults to read and write, modernization, the newly created factories, abolitionist ideas, proposals for civility, and the disciplining of adult labor, which required transformation within the scope of primary school. In Grão-Pará, the Ordinance of April 20, 1871, signed by the then president of the province, Joaquim Pires Machado Portella, in its Article 27 authorized the opening of “night classes for adults”. This historical research aimed to understand the early stages of this process of transformation in society and in public education in the imperial state of Pará, to scrutinize the origins and the social subjects who took the lead in opening night schools, using the traces left in newspapers, official documents, lithographs and reports by provincial presidents. In order to answer the following question: what led private individuals and politicians to open night schools to teach free and enslaved adults? In September 1871, councilmen Fr. Félix Vicente de Leão and João Diogo Clemente Malcher opened classes to teach workers at the Belém City Hall, on Rua do Norte - now Siqueira Mendes. This was followed by the Associação Promotora da Instrução Pública, with Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, at the private Colégio de Santa Maria de Belém. In the development of this research, the interpretation of historical sources pointed to a diversity of projects that aimed to include adults in schools, from those who believed in education to forge civilized citizens, as well as those who saw classes for adults as a way to keep crime at bay. Night schools were created, therefore, with the aim of instructing students in the canons of rights and duties. On the other hand, they demonstrate the historical exclusion of the poor in the country from the right to education. Without a social policy committed to keeping students in school, the job market becomes one of the attractions for grade/age distortion, in the past and present. The persistence of prejudice in government policies, curricular adaptation and teacher training are challenges that arise when discussing night education in Pará and Brazil.

Keywords: Night School. Adults. Legislation. Enslaved people. Grão-Pará

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
1.1 - A ESCOLHA DO TEMA PELA ESCOLA NOTURNA.....	11
1.2 – PROBLEMA.....	14
1.3 - METODOLOGIA.....	16
1.4 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
1.5 - ESCOLA NOTURNA E AS FONTES	24
2 - A EXCLUSÃO DOS ADULTOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS	25
2.1 - DESPREZO PELO ADULTO POBRE.....	29
2.2 - REGULAMENTAÇÃO DAS AULAS PARA ADULTOS.....	31
2.3 - OS NÚMEROS DE ANALFABETOS E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS	35
3 - AS PRIMEIRAS AULAS NOTURNAS NO GRÃO-PARÁ	40
3.1 – AS ESCOLAS NOTURNAS NA CIDADE DE BELÉM E NO INTERIOR.....	50
3.2 - ENDEREÇO DAS ESCOLAS NOTURNAS	57
3.3- AS ESCOLA NOTURNAS: DA CAPITAL PARA O INTERIOR	74
4 - ESCOLA PRIMÁRIA NOTURNA PARA ESCRAVOS.....	88
4.1 - ESCOLA NOTURNA PARA ESCRAVOS	103
4.2 – ENSINO DE ESCRAVIZADOS NA ESCOLA SANTA MARIA DE BELÉM	106
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	127

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - A ESCOLHA DO TEMA PELA ESCOLA NOTURNA

As escolas noturnas na província do Grão-Pará, efetivamente regulamentadas na legislação provincial de 1871, foram resultados de movimentos no campo da educação nacional que procuravam debater a função social da escola no processo de desenvolvimento das forças produtivas, em meio as mudanças no campo político, cultural, econômico e educacional, agregadas, a efervescência das incipientes ideias republicanas que passaram a ganhar força a partir de 1870. A escola, a educação, segundo os cânones positivistas deveria ser responsável pela formação de um modelo de cidadão disciplinado, obediente e dedicado ao progresso da pátria (FAUTINO, GASPARIN, 2001)

Mas, o contexto teórico discutido pelos homens de letras ligados à educação que enfatizavam a simpatia por essas ideias para conduzir a sociedade a civilização, esbarravam nas dificuldades econômicas existentes no país e na província do Grão-Pará daquele tempo - a falta de recursos orçamentários para colocar em prática o enredo desse projeto educacional colocou em rota de colisão distintos posicionamentos para alfabetização da camada pobre e adulta.

Com isso, a escola nos seus princípios organizacionais passou ser espaço disputado por maçônicos e liberais que defendiam a escolarização como livramento do caminho para superação do atraso educacional da província do Grão-Pará, por outro lado, os conservadores acreditavam que a instrução tinha serventia para ensinar as primeiras letras ao aglomerado de cidadãos excluídos, historicamente, da escolarização.

Por isso, a transfusão do tempo presente ao final do século XIX, no recorte de 1871 a 1879, tem como escopo compreender de que forma as primeiras escolas noturnas foram sendo implantadas dentro da província do Grão-Pará regulamentadas na legislação educacional por pelo presidente da província Joaquim Pires Machado Portella que visava organizar e disciplinar o funcionamento das escolas primárias, sendo o primeiro a ratificar na lei a existência de aulas noturnas.

Nesse processo, sujeitos com diferentes posicionamento políticos fizeram parte, desde os idealizadores até os alunos participantes, sem os quais jamais ganharia vida as aulas noturnas; sujeitos contrários e a favor; abastados e miseráveis; progressistas e retrógrados foram esses atores que fizeram parte desses primeiros momentos de existência das escolas noturnas.

Refletindo nessa perspectiva histórica que me insinuei a buscar pistas nas fontes do tempo passado, esquivando-me de respostas prontas, tão quanto pretendo apontar a solução dos

problemas que fazem parte do cotidiano das resistentes instituições que ainda ofertam aulas no terceiro turno para os alunos trabalhadores na rede estadual. As permanências históricas como a pobreza, o preconceito, a classificação etária, a evasão, a falta de recursos são emblemas que caracterizam o ensino noturno. Por isso, coloquei esse desafio em investigar o início das primeiras experiências de escolarização para adultos.

O historiador Jacques Le Goff ao problematizar a periodização histórica mostra que há uma movimentação sistemática das fontes no campo da problematização, tornando a história uma ciência com sustentação objetiva que se refaz continuamente, à medida que novos problemas são tratados e pesquisados. Por isso, “(...) aquilo que as fontes nos oferecem se move, evolui: é a história da sociedade em marcha no tempo”¹

No Pará, as pesquisas que debatem as escolas noturnas no período imperial tratam de citações em artigos, mas em termos de aprofundamento como: dissertações e teses não foi identificado nenhum estudo específico. Diante desse cenário, compreender como se deu esse processo no século XIX de implantação das aulas noturnas e consequentemente as experiências decorrentes fomentadas pelos sujeitos que estiveram envolvidos com as mudanças educacionais, leva a uma problematização da escola e dos sujeitos nela contidos no tempo.

Além disso, destaco as pesquisas no campo da história da educação, pois a documentação do Arquivo Público do Pará do fundo da Diretoria Geral da Instrução Pública despertaram meu interesse em pesquisar sobre o ensino noturno; o trânsito em várias unidades da rede estadual lecionando para alunos trabalhadores do terceiro turno, onde construir amizades e confesso que aprendi bastante com meus ex-alunos que foram e são responsáveis indiretamente pela minha formação profissional, na medida em que busco renovar constantemente minha prática baseada no aprendizado que trazem para escola.

Nos espaços escolares são confrontados o saber social do profissional com aqueles que possuem uma larga experiência prática no cotidiano, para (DUBY, 1993, p.118), narrando sua trajetória como pesquisador, chegou a confessar que grande parte de seu aprendizado, deu-se quando foi lecionar fora da França, onde teve contato real com diferentes saberes que foram responsáveis por fazê-lo crer que no cotidiano, no saber dos homens simples do povo estava presente a erudição capaz de responder aos problemas indagados pela ciência histórica.

A convivência com os alunos adultos trouxeram desafios na minha carreira docente, assim como abriram muitas perguntas para o estado em que se encontra o ensino noturno, o desprezo com que são tratados os estudantes, falta de incentivo do governo, o tempo de aula

¹ Le Goff, Jacques. A história deve ser dividida em pedaços – 1ª ed. – São Paulo: UNESP, 2015. P.132.

reduzido, as constantes mudanças no projeto educacional neoliberal do governo, a não flexibilização curricular, a falta livros para Eja. Tais improvisos impõe consequências irreparáveis para quem trabalha e busca a escola com diferentes objetivos para ter o certificado de conclusão do ensino fundamental e médio na rede pública de ensino.

Todas essas provocações alinharam-se a minha experiência de pesquisa nas bibliotecas e Arquivos públicos da cidade de Belém passaram a orientar-me no sentido de pesquisar na fontes históricas mais informações sobre o ensino noturno durante os tempos imperiais. Dessa forma, quando estava concluindo a graduação no curso de história da Universidade Federal do Pará, no qual trabalhei sobre formação de professores da Escola Normal do Pará, O interesse pela educação já fazia parte da minha essência enquanto educador, ou seja, somente podemos pensar um projeto de escola que valorize os predicativos do aluno trabalhador, observando a nuances na temporalidade histórica.

Na Biblioteca da Fundação Cultural Tancredo Neves (CENTUR), passei a catalogar as fontes sobre o ensino noturno, percebi diferentes interesses na abertura dessas aulas voltadas para trabalhadores e para testar a importância do material pesquisado, utilizei em apresentação de resumos em grupos de pesquisas como foi no GHEDA (UEPA) e GEPEAM (UFPA), ambos houve incentivo para aprofundar o levantamento da problemática sobre as escolas noturnas.

Além do mais, passei mapear as pesquisas no campo da historiografia da educação dos programas de pós-graduação no Brasil, identifiquei que a educação popular voltada para o público adulto estava sendo explorada paulatinamente em outros Estados, caso da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Alagoas, foram alguns dos Estados onde assinalei pesquisas direcionadas para aulas noturnas no império brasileiro, mas na região norte, caso do Pará, na pós-graduação não identifiquei pesquisas no mestrado e doutorado que estejam trabalhando as experiências das aulas noturnas para adultos no final do século XIX.

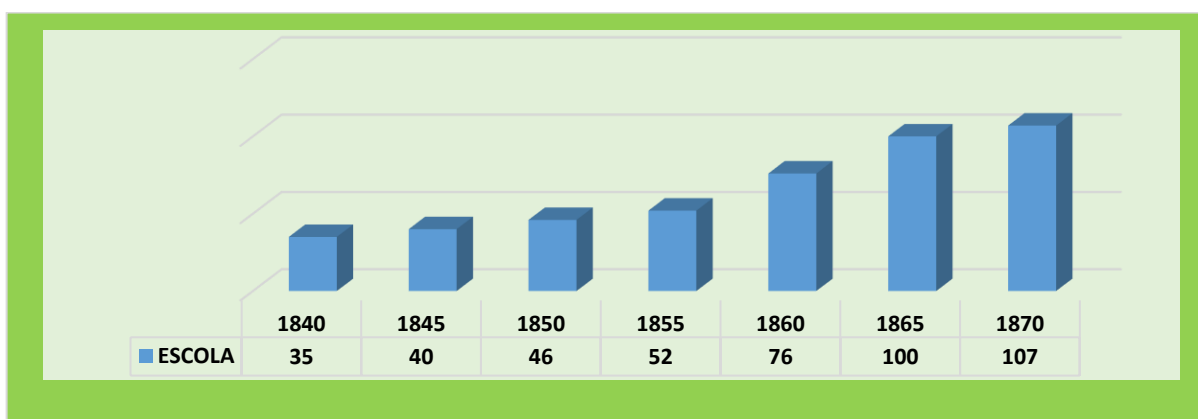
O silêncio das pesquisas sobre o tema das aulas noturnas em fins do XIX e a criação da linha de pesquisa sobre história da educação do PPEB (UFPA), abriu espaço para temáticas voltadas o debate histórico das instituições escolares da Amazônia. Há que se convir que existe uma farta bibliografia que faz a discussão sobre a educação de jovens, adultos e idosos na cidade e no campo, mas são trabalhos focados em experiências curriculares e de escolarização no século XX e início do XXI. Portanto, trazer à cena personagens silenciados nas narrativas históricas, pretende-se contribuir para ampliação das pesquisas voltadas para o debate da história da educação da Amazônia.

1.2 – PROBLEMA

As escolas noturnas surgidas no Brasil no final do século XIX, no tempo de grandes transformações econômicas, políticas e sociais na sociedade brasileira foram resultado de mudanças no campo produtivo: as fábricas, o comércio, a agricultura necessitavam cada vez mais de uma mão de obra, não mais leiga, porém preparada para manusear instrumentos, ler manuais, participar da vida política, fazer uso efetivo da cidadania, ainda que restrita. Contou para isso com atuação de vários atores sociais escravistas e não escravistas, associações filantrópicas, maçônicas e muitos outros sujeitos da sociedade civil.

O Estado ajudou a regulamentar a abertura de escolas noturnas, porém não foi soberano em tomar a frente do processo, a mentalidade da burocracia estatal da época não enxergava os adultos nos bancos escolares, as leis desde a promulgação da constituição de 1824, evidenciava as crianças livres a quem eram direcionados métodos de leitura, escrita e professores para atuarem diretamente com esse público escolar.

Em fala publicada no mês de Abril, no periódico Jornal do Pará de 1871, Joaquim Pires Portella, então presidente da província do Grão-Pará, reportando-se ao valor que a educação ocupava na “vanguarda da civilização” definia assim os países, conforme o grau de instrução em: “desenvolvidos” e “atrasados na senda do progresso”, cita os seguintes dados referentes as estatísticas das escolas primárias correspondente ao ano e número que foram criadas na província:

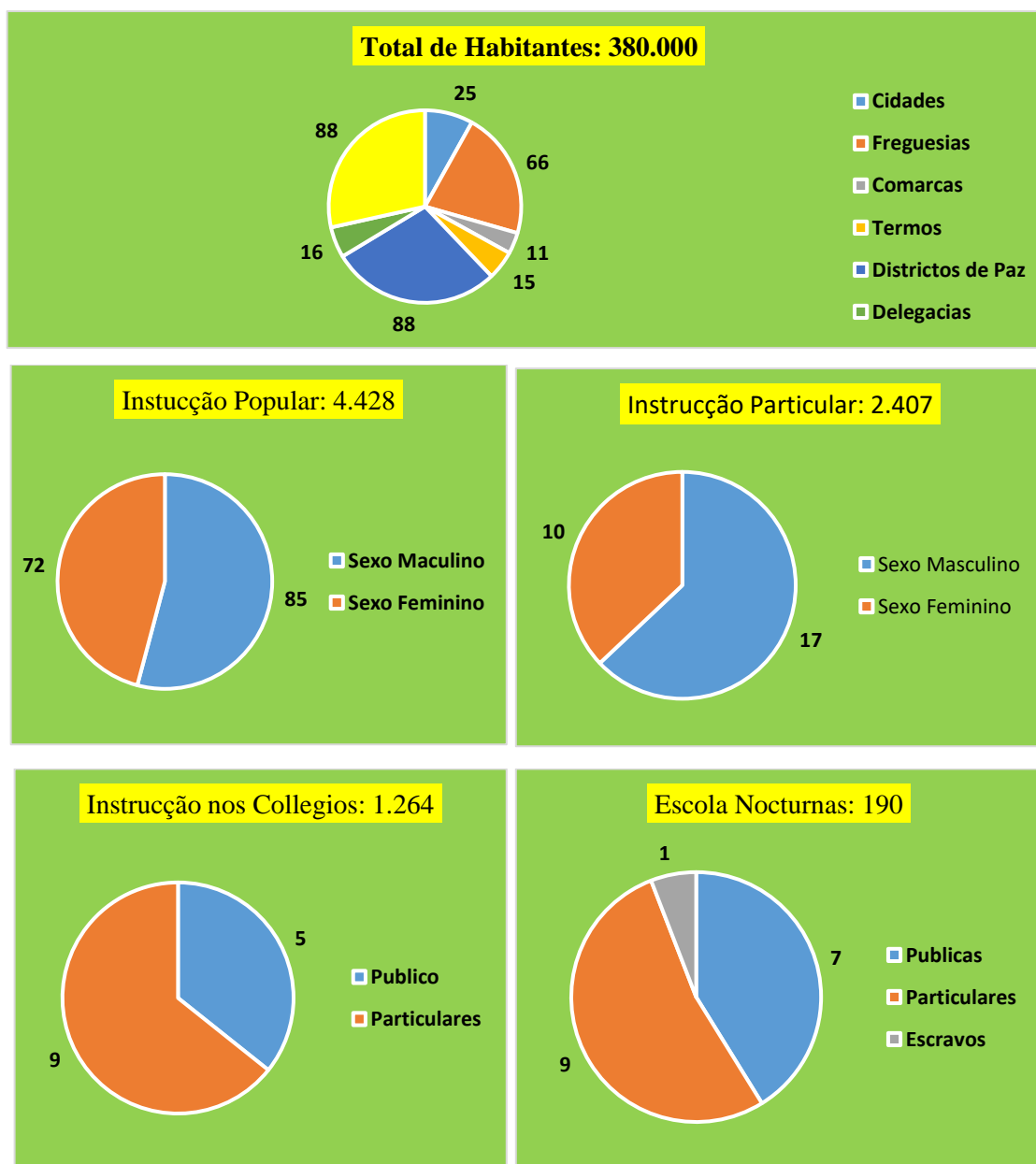


Fonte: Parte Oficial: Jornal do Pará, N.76, P.1, 06 Abril 1871. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Embora os números apresentados sejam duvidosos, mas servem de reflexão para se compreender que no período de 30 anos houve um aumento do quantitativo de escolas. Aqui fica uma ressalva esclarecendo que o conceito “escola” na acepção moderna como se compreende atualmente, durante o século XIX foram casas alocadas pelo governo provincial

para servirem de espaços de educação, algumas eram propriedades de professores que recebiam pela locação da casa.

Essa estratégia foi adotada pelo governo no Grão-Pará para chegar às comunidades longínquas da província, todo tipo de dificuldade fazia parte da vida de quem habitava as cidades, vilas e freguesias. O reflexo dessa situação pode ser observada dos gráficos abaixo:



Fonte: Noticiário – Estatística da População. O Pelicano, N. 7, P. 4, 14 Jul 1872. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Os dados estatísticos apresentados no periódico católico, logicamente são relativizados, mas o cenário educacional no começo dos anos de 1870 do XIX não era dos melhores na província, o pouco número de alunos matriculados mostram que a educação não era levada a

sério pelas autoridades responsáveis por cuidar de um setor fundamental para o desenvolvimento do país e da província, pois a soma do total de alunos que frequentavam as escolas chegava a 8.289, calculando o percentual sobre o total de habitantes obtém-se 2,1 % , quando calcula-se os que frequentavam a escola noturna chega-se ao valor de 0,05%.

A análise das estatísticas e do panorama mostram que a província não contavam com uma política educacional voltada para fortalecer o ensino primário. Porém durante o período imperial na província do Grão-Pará houve ensaios de uma educação para adultos, em 1856, por exemplo, Manoel José do Ó de Almeida abriu aulas noturnas em sua colônia denominada Nossa Senhora do Ó, mas legalmente não havia um dispositivo dentro da legislação que pudesse justificar a existência de escolas noturnas, já que autorização dependia do aval do presidente da província.

Portanto, a questão que esta pesquisa procura guiar-se é a seguinte: por que o governo provincial e a sociedade civil resolveram incentivar abertura de escolas noturnas para atender um segmento marginalizado da população. Desse modo, analisar as escolas noturnas como estratégia para disciplinar e alfabetizar adultos na província do Grão Pará no tempo das transformações na sociedade e na educação paraense.

1.3 - METODOLOGIA

O passado jamais será reproduzido amiúde da forma como acontecera, para (GINZBURG,2007) a história existe em razão dos fragmentos assentados pelos homens no tempo, o que restou foram testemunhos escritos, relatados presos na memória do homens, interpretados em fotografias, quadros e monumentos. Daí discorre a tarefa do historiador, do pesquisador que é seguir os “rastros” dessas histórias forjadas nos documentos, nas falas do tempo presente, quiçá vistas como “verdadeiras”, mas que podem ser traiçoeiras se não forem lidas com a exegese microscópica de quem faz a interpretação das fontes históricas nos arquivos para separar o que é “falso” e “verdadeiro”.

Outrora a história do ponto de vista da epistemologia positivista os documentos escritos eram consideradas “verdades incontestáveis”, só existia história se houvesse documentos comprobatórios dos fatos pela ciência, com essa narrativa histórica foi sendo construída pela historiografia uma visão do passado sustentada na perspectiva dos grandes homens, dos heróis nacionais que ganharam evidencia na história do Brasil, a partir de memorialistas, de concursos feitos pelo IHGB (1838) no sentido da construção da identidade nacional.

O rompimento com a perspectiva “factual” positivista, ocorre com o movimento dos *Annales*, que inicia na década de 1920 fazendo o que (Burke, 2010) denomina de “guerra de guerrilhas” contra a história tradicional, com incentivo as pesquisas criativas, fortalecendo a interdisciplinaridade, buscando aproximação das diversas “ciências vizinhas” colaborando com temas em comuns capazes de responder aos problemas de pesquisa.

Com isso, se amplia conceito de fontes históricas, temática diversificadas passaram a ser trabalhadas, incursões a história do amor, do cheiro, das roupas, comportamento, mentalidade, história cultural da escola: alunos, professores, mobílias, currículo, livro de ocorrências, memórias, entre outros passaram a ser trabalhadas, permitindo, aos pesquisadores da história da educação analisar a escola por múltiplos ângulos, e não mais pela foco científico positivista que escondia “embaixo do tapete” outras histórias sociais, culturais e políticas.

Portanto, a bussola orientadora desta pesquisa está fundamentada na perspectiva histórica e social, buscando na dicotomia das escolarização de adultos, a chave encarrilhada para analisar as primeiras experiências dos sujeitos ligados a educação que colocaram em prática as aulas noturnas na província do Grão-Pará a partir de 1871.

Dessa forma o percurso dessa pesquisa é concatenado com uma trama documental que procurará evidenciar direta e indiretamente as ações dos sujeitos letrados encampados por colocar em prática um direito, até então negado pela legislação básica da instrução pública daqueles tempos – as aulas para adultos.

Com isso, protagonizavam no coração do império brasileiro a luta pela conquista de um espaço para homens que alimentavam o desejo de frequentar as aulas escolares noturnas, por consequência, romper com os elos de pobreza que os mantinham enraizados na sociedade do século XIX.

A escola imperial por ser caracterizada pelo amálgama de seletiva e segregacionista que não possibilitava a entrada de “todos os cidadãos” considerados aptos a matrícula na correta idade escolar. Essa exclusão era decorrente de um fatores históricos, cuja vínculo estava concatenado a um processo de pobreza que colocava crianças e adultos no em rota de colisão com a sobrevivência, o resultado de uma falta de uma escolar obrigatória, no tempo, apresentava-se na idade adulta, com homens e mulheres analfabetos, vítimas de do Estado que privilegiava um seletivo grupo social.

O escopo desse trabalho guia-se teoricamente pela a história social, por considerar que os homens nos embates de seus conflitos, constroem o novo, através de uma dicotomia permanente que os afasta de uma história estática, sem lutas e embates, cuja domínio do positivismo durante o século XIX procurava enfatizar a história moldada nos princípios dos

grandes homens, protagonizando, uma visão superficial da sociedade. Porém, internamente, a leitura crítica das fontes documentais deixa nítida a relação dialética, inserida no cotidiano onde os excluídos bradavam lutas pela ascensão na sociedade.

Por meio de uma de uma documentação reunida e organizada no Arquivo Público do Pará – Diretoria Geral da Instrução Pública (Ofícios, Atestados, Leis, entre outros); Jornais do setor de Microfilmagem da Fundação Cultural Tancredo Neves - Centur; Hemeroteca Digital Brasileira; Relatórios da Instrução Pública do Pará; Artigos, Monografias, Dissertações e Teses.

Reúnem pontos de referências para explorar uma epistemologia acerca da temporalidade que visa analisar o lugar da escola noturna na educação do Pará, como a escola noturna tornou-se campo de disputa política entre liberais e conservadores. Com a problematização dessa documentação, foi encontrado os objetivos que motivaram os homens ligados a instrução popular a inaugurar as escolas noturnas.

Nesse sentido, a reunião dessa documentação é fundamental para discutir como a escola noturna estava inserida na fala oficial dos homens Estado. Pois, os impressos de circulação interna entre a secretaria e as escolas acerca de compra de livros, nomeações de professores, ordenados, valores para construção de escolas noturnas, alugueis de casas, métodos pedagógicos, revelam conjecturas sobre o funcionamento e organização interna das escolas. Representam o que Ginzburg chama atenção para o falso e verdadeiro.

As fontes do Arquivo Público do Pará, a Fundação Cultural Tancredo Neves, no setor de Obras Raras, disponibiliza uma variedade de livros, álbuns, jornais e uma legislação específica que fazem referência a instrução pública. Principalmente, no setor de Microfilmagem, onde são encontrados jornais do período do final do século XIX.

Por isso balizar a escrita da história educação a partir do trabalho minucioso de fontes primárias, engendra o que (FONSECA, 2016) esclarece como “ampliação do conceito de fontes documentais, renovando temas tradicionalmente investigados pelos historiadores do campo da educação”. Pois, o trabalho com diferentes fontes históricas, permitem a análise do objeto de estudo, por vários outros ângulos, não se prendendo apenas a um tipo específico de fontes históricas.

Os jornais, nesse caso, reúnem importantes informações sobre o tema que se propõe esta pesquisa, ao contrário, das fontes oficiais os impressos jornalísticos estão ligados as agremiações políticas, trabalhar com sistema comparativo entre os periódicos, permite uma visão panorâmica sobre as notícias e informes publicados nesses impressos, uma vez que a notícia publicada em um jornal, no outro o mesmo acontecimento deixava de receber atenção.

Logo, chama atenção sobre a instrução pública, no que se refere a escola noturna, alguns fatos eram mais noticiados como é o caso de *O Liberal do Pará* que cita frequentes informações, enquanto em outros periódicos não há mesma sequência descritiva. Isso, geralmente ocorria por conta de rivalidades políticas advindas das eleições e por estreitas ligações que muitos desses jornais mantinham, em nível local e nacional com os grupos políticos que se revezam no poder diga-se: Liberais e Conservadores.

Portanto compreender o ensino noturno, através do processo de embate na imprensa com uma documentação específica do período, traçando diálogo com outras pesquisas recentes em dissertações e teses na historiografia da educação sobre o ensino noturno no Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Ceará, São Paulo, Maranhão, Paraíba entre outros Estados é buscar, acima de tudo, a própria identidade de uma escola para jovens e adultos que nasceu com suas características geográficas particulares de suas irmãs do restante da província.

Em um quesito, o ensino noturno, assemelhavam-se nos pontos cardeais do país – a cruzada pelo fim do analfabetismo, entre avanços e retrocessos foi o começo de uma discussão que nasceu acanhada de educação das massas de trabalhadores de cidadãos brasileiros que, cedo, deixavam a escola para lutar pela sobrevivência.

A escola básica pública desde o século XIX, até hoje, luta para superar o binômio acesso-permanência, a exemplo disso vê-se, no caso do Pará o grande número de jovens e adultos fora da escola, subempregados, excluídos do mercado de trabalho, sobretudo, por serem tratados como adereços de uma política educacional que os faça saírem da miséria social, tal como os primeiros alunos das escolas noturnas da antiga Província do Grão-Pará.

1.4 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A historiografia francesa em início do século XX, através da revista dos *Annales* vai procurar apresentar uma severa crítica ao tradicionalismo da escrita da história que colocava em pauta a perspectiva dos grandes feitos dos homens, digamos “heróis” que pertenciam a sublime hierarquia da sociedade. Essa relutância tanto na escrita, quanto também a crítica das fontes resultou na oposição aos paradigmas da escola positivista que discutia tão somente as “espumas”, não problematizando, outras questões cruciais relacionadas ao contexto e a participação dos sujeitos em luta na sociedade. Essa “guerra de guerrilhas” contra a escola Comtiana alavancada pela historiografia francesa, inglesa e por uma diversidade de historiadores e cientistas sociais pertencentes a outras nacionalidades, permitiram aos

pesquisadores adentrar em outros campos temáticos da história social, nesse domínios são abordados subtemas de interesse social, entre os quais a educação.

Hoje a denominada educação de jovens e adultos, debatida na temporalidade histórica, busca compreender como as primeiras aulas para adultos, observadas pelas lentes da documentação histórica foram determinantes para enxergar homens e jovens excluídos da escrita da história tradicional da educação. A história social trata de analisar como os sujeitos sociais estão em permanente conflitos no interior da sociedade em busca de garantias e direitos. Essa articulação construídas pelos grupos sociais, mostram que na sociedade há uma permanente luta de classes, em que determinados segmentos procuram impor sua hegemonia, mas esbarram em outras teias sociais que pensam determinadas saídas para alcançar seus objetivos.

A educação, portanto, é ampla tanto formal, quanto informal, porém no século XIX, a escola noturna através dos rastros da documentação são identificados os sujeitos sociais como professores, alunos, políticos, membros da sociedade civil em suas ações deixadas formalizadas, direta e indiretamente nas fontes históricas, por meio dessas pistas compreende-se a objetividade dos que eram a favor da escolarização para adultos, como também são vistos as formas de atuação do Estado imperial no ensino básico, deixando, um percentual considerável de cidadãos afastados da escola, por consequência de uma falta de ingerência e de ausências recursos justificadas falsamente na província.

O professor Joaquim Pedro Correa de Freitas, em Dezembro de 1874, discursando sobre a importância do primeiro prédio destinado a **Escola Pública Primária**, localizada no 1º distrito da capital na administração do presidente da província Pedro Vicente de Azevedo, cujo dia de inauguração coincidiu, propositalmente, com a data de aniversário de “S. M. O Imperador”. Fez a seguinte consideração:

(...) E para deplorar-se, senhores que uma província de cerca de 300 mil habitantes, com uma centena de capitalistas e proprietários ricos, com um numero considerável assás crescido de homens formados, quase todos em favoráveis condições de fortuna, não tenha e podido, so pelos esforços da iniciativa individual, construir uma casa de escola! Por que esse indiferentismo que nos esmaga e degrada aos olhos de outros povos civilizados? (...)²

O senhor Dr Freitas ao criticar o Estado e aos ditos homens de letras que viam a instrução popular com “indiferentismo”, mostra que os sujeito responsáveis pela educação

² Dous de Dezembro. Diario de Belém, N.278, P.1, 4 Dez a1874. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

pública compactuavam para os estado de subdesenvolvimento em que se encontrava as escolas. A história social vem contribuir justamente nesse ponto, traçando paralelos com diferentes interpretações dos personagens que vivenciaram aquela atmosferas de modernismo, desenvolvimento, mas descolado de uma viga fundamental para o crescimento da província e do país representada pela educação.

As aulas noturnas fazem parte desse itinerário formativo de idas e voltas dos homens deslocando-se da casa para o trabalho e do trabalho para escola, essa característica observada na sociedade atual, já existia há mais de 150 anos, quando trabalhadores saíam pelas ruas escuras da capital e do interior, em busca de uma esperança, outrora naufraga, mas possibilitada pela afirmação da escola “uma história de tentativas de abrir outras possibilidades de desconstruir hierarquias”³. As escolas noturnas vem trazer para esse grupo social oculto pelas leis educacionais a possibilidade de uma melhor condição hierárquica na sociedade, historicamente discriminado pela cor da pele, pela moradia, pelo subemprego e pela experiências culturais.

No livro *História Social da Criança e da Família*, o historiador francês Philippe Ariès procura analisar no capítulo que se refere a vida escolástica discutir “aspectos da história da educação” revelando que os colégios e escolas da Europa medieval, no início dos “tempos modernos” adultos e crianças misturavam-se e conviviam dentro do mesmo espaço educacional. A hierarquização das escolas com o tempo via procurar trabalhar a separação das diferentes idades escolares, fundamentando um currículo próprio para trabalhar conceitos específicos referentes as idades escolares; uma metodologia particular para ensinar os métodos de alfabetizar crianças, toda essa preocupação visava eliminar a hibridação de crianças estudando nas mesmas classes que os adultos. Com isso, se tem uma invenção das idades escolares “No início do século XIX separavam-se de modo definitivo os homens ‘barbudos’ de mais de 20 anos, mas não se considerava estranha a presença no colégio de adolescentes atrasados, e a promiscuidade (...) não chocava ninguém”.

À medida que os progressos disciplinares vão adentrando o espaço escolar, os mestres, segundo Áries passam a determinar classificação etária das classes estudantis, mas não ocorreu de uma hora para outra, foi necessário tempo para a pedagogia ir percebendo que o aprendizado estava relacionado as experiências, que o resultado da combinação de adultos com crianças não gerava avanços educacionais. “Foi necessário pressão dos educadores para separar

³ ARROYO, Miguel G. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: Itinerários pelo direito de uma vida justa* – Petropolis, RJ: Vozes, 2017, p. 26.

o escolar do adulto boêmio”. Como resultado, a escola procurou estabelecer um valor moral no sentido educacional, criando a figura do *gentleman*, criança educada aos valores das classes burguesas, opostos aos chamados “fora da lei” da sociedade, tal expectativa alimentava a projeção de adultos educados e longe das imoralidades da “escória” social.

Na Europa, a projeção dos tempos modernos disciplinou a escola dentro das faixas etárias adequadas, porém, não significou um mecanicismo colocando todos na escola, pois a diferença sociais, mantiveram crianças fora da escola, que posteriormente, tornar-se-iam adultos iletrados.

No Brasil, logo após a constituição de 1824 a escola passou a ser frequentada por um número pequenos de crianças que tinham acesso a escolarização, mas a criação das aulas noturnas pelo sudeste, nordeste e norte por volta do final de 1860, como possibilidade de certificação para conclusão dos estudos primários nas classes das escolas noturnas, o que se encontrava eram alunos com distorção série-idade. Enquanto que a Europa estava vivenciando um processo de superação, organizando as escolas a matricular os alunos conforme a idade certa, no Brasil a heterogeneidade de adultos, adolescentes e crianças, vão coexistir nas aulas noturnas reafirmando características do modelo de escolarização medieval.

As escolas noturnas criadas nas províncias não eram particularmente voltadas para atender o público adulto, nasceram conforme as especificidades locais, na província do Grão-Pará, em documento remetido da capital do Império em 1872, Fausto de Aguiar que fora presidente da província, em questionário destinado ao governo local pede resposta as seguintes perguntas:

- 1º Que alteração houve na legislação provincial relativamente a instrução?
 - 2º Quantas escolas publicas de instrução primaria, para cada sexo e de grau há, arcadas na província, e quantas estiveram em effetividade?
 - ❖ Qual o numero de alumnos de um e outro sexo que as frequentarão?
 - 3º Quantas escolas particulares de instrução primaria para cada um dos sexos existem na província?
 - ❖ Quantas são subvencionadas pelos cofres provinciaes?
 - ❖ Qual o numero de alumnos de um e outro sexo que a frequentarão?
 - (...)
 - 6º Que bibliotecas se ensinarão na província durante o ano findo?
 - ❖ N.B As escolas ou aulas publicas e particulares de instrução primaria, que fizeram parte de estabelecimento de instrução seecundaria, devem ser mencionadas no 2º e 3º quesito, e seus alunos incluindo nos mesmos, na parte que trata do pessoal, bem como das escolas e aulas de instituição em casa de asylo, estabelecimento de caridade, seminários, e os **cursos nocturnos** de associações particulares.
- Secretaria do Estado dos Negócios do Império, em 5 de Janeiro de 1872.
Fausto Augusto de Aguiar. [grifo meu]⁴

⁴ Fonte: Área: Educação e Cultura - Fundo: Diretoria Geral de Instrução Pública da Província – APEP- Documentação Encadernada - Correspondências Recebidas 1866 - 1883 - (08)

O conteúdo do questionário apresenta, em linhas gerais, a situação educacional em que se encontrava a província, as autoridades da instrução pública, em rota colisão procuraram certamente responder as perguntas com dados mesmo que incertos mostrar o panorama de como estava educação destinada ao ensino primário e secundário. Embora, as perguntas exigissem respostas longas e detalhadas, na prática, é observada uma preocupação com o quantitativo de escolas destinadas ao diferentes públicos e como aumentar o coeficiente de casas para atender a demanda dos moradores, com o tempo a variação dos dados, apresentadas em relatórios nos 1872,1873,1874, formaram indicativos de que a massificação escolar na camadas populares respondia as necessidade das transformações sociais que estavam em curso.

As escolas noturnas outrora ocultas nas estatísticas educacionais passaram a ser incluídas pelo governo nos questionário para se verificar quantas estavam em funcionamento, se públicas ou particulares, cujo escopo visava levantar o número de matriculados, para então ampliar ou reduzir a presença junto ao público que a frequentava nas casas escolares. Essa preocupação com a escolarização estava concatenada a disciplina e vigilância que o Estado passou a exercer em cima dos moradores da periferia e da redondezas da capital.

Conforme destaca (CHALHOUB, 1996, p.20) a presença da “classe perigosa” despertava atenção das autoridades policiais que passaram a exercer uma patrulha ostensiva em cima desse público considerado arredo aos ditames da modernização. Para isso, a escola com seu métodos disciplinares tencionava controlar grupos de homens marginais e de trabalhadores que habitavam a cidade e vilas interioranas. O controle do corpo estava presente nos códigos de posturas municipais que taxavam hábitos e costumes periféricos de opostos aos princípios civilizatórios. A cidade em fins do XIX passou a ser lugar do homem produtivo, organizado, qualificado pela instrução associada ao desenvolvimento, ao progresso.

Com isso, a ociosidade passou a ser combatida e perseguida pela tropas policiais, a vadiagem tornou-se crime, contravenção ao Estado de direito, fosse em Paris, Bruxelas, Amsterdã, Rio de Janeiro ou mesmo Belém do Pará a punição estava descrita na legislação dos costumes impostos pela municipalidade. O historiador francês Dominique Kalifa ao se reportar as margens sociais na Europa analisa como essas hordas soltas nas cavernas das grandes cidades, relacionavam-se a miséria e pobreza imposta pelo capitalismo que neutraliza ascensão de grupos sociais periféricos, nascidas da desigual distribuição de bens na sociedade.

Para o pesquisador baiano Jucimar Santos ao destacar a reforma educacional na Bahia em 1870, mostra que a escola noturna foi pensada na perspectiva da formação do trabalhador útil, a escolarização fazia um contra-ataque a delinquência “impedir atos criminosos pelos alunos (...) direcionando-os ao trabalho, principalmente, as populações de cor”. Aos poucos, os

escravizados foram adquirindo a condição de liberdade, sobretudo a partir da lei do Ventre Livre e da campanha abolicionista que estimulava a libertação de homens, mulheres e crianças na condição de escravos, estendendo a circulação de homens livres pela cidade.

As escolas noturnas cada qual com sua especificidade surgidas nas respectivas províncias do Brasil imperial, caso do Grão-Pará segue suas próprias peculiaridades, por aqui a principal meta perseguida pelas aulas noturnas era atrair para as casas escolares um público que havia sido excluído historicamente dos objetivos da escola para formação da cidadania: os adultos. Os homens e jovens matriculados nas aulas noturnas estavam cientes das transformações em curso, as oportunidades de fazer parte do corpo policial, ser professor, trabalhar na burocracia estatal, nas tipografias, na marcenaria entre outras profissões, obrigatoriamente, passava, segundo a legislação educacional pela escola. Portanto as aulas noturnas foram um esforço de vários atores que compreendiam o valor que a educação podia fazer-se presente na vida de um dos alunos que saíam pelas ruas barrentas e esburacadas da cidade em busca aprender lições para se qualificarem para o mercado de trabalho.

1.5 - ESCOLA NOTURNA E AS FONTES

A documentação referente as escolas noturnas não são facilmente encontradas, por se tratar de um estudo no campo história da educação, exige-se habilidade no mapeamento das informações, pois a raridade das fontes, transforma a leitura de todas notícias referentes as escolas primárias, em minuciosa. Com essa, articulação de cruzamentos de informações nas diferentes fontes históricas ajudaram a montar o quebra-cabeças sobre as escolas noturnas na província do Grão-Pará na periodicidade de 1871 a 187

9.

Para tanto, foram pesquisados sites onde são identificados documentos digitalizados que têm servido bastante para a identificação de referências ao objeto de estudo como: jornais e revistas que estão disponibilizados no sitio da Hemeroteca Digital Brasileira, que possui um acervo de mais de 140 periódicos digitalizados referentes tanto ao período imperial quanto republicano. No motor de busca, por exemplo, entra-se com: “escola nocturna”, “escola para adultos”, “escola para escravos”, “adulto na escola”, “adulto sabe ler e escrever”, “escola practica”, “adultos analfabetos”, “escola popular”, “escola do povo”, “escravo sabe ler e escrever”, “estatísticas da população”, “escola primária”, “escola maçônica”, “escola nocturna da câmara municipal”, “escola nocturna gratuita”, “instrucção publica para adultos”, “endereço das escola nocturnas” etc.

À medida que a inserção da palavra-chave vai sendo modificada, altera-se o número de “ocorrências”, em cor verde, que vão guiando a procura, de certa maneira tem contribuído bastante para o andamento da pesquisa, pois a mesma pesquisa nos jornais microfilmados do período imperial, no setor de microfilmagem da biblioteca pública Arthur Viana do Centur, travaria o andamento da pesquisa nos jornais, pois a consulta é feita em periódico por periódico. Entretanto, onde o site limita-se, é preciso recorrer a microfilmagem.

No Arquivo Público do Pará estão listados os seguintes documentos Encadernados e Avulsos pertencentes ao Fundo da Diretoria Geral da Instrução Publica da Província: Atestados, Correspondências recebidas, Mapas de frequência, Minutas de ofícios, Nomeações, Ofícios recebidos, Termo de exame. Como são documentos que trazem informações diversas, são encontradas referencias raras as escola noturnas, digamos, que a força maior desses documentos tratam das escolas primárias da província, o que foi pesquisado e fotografado está sendo analisado.

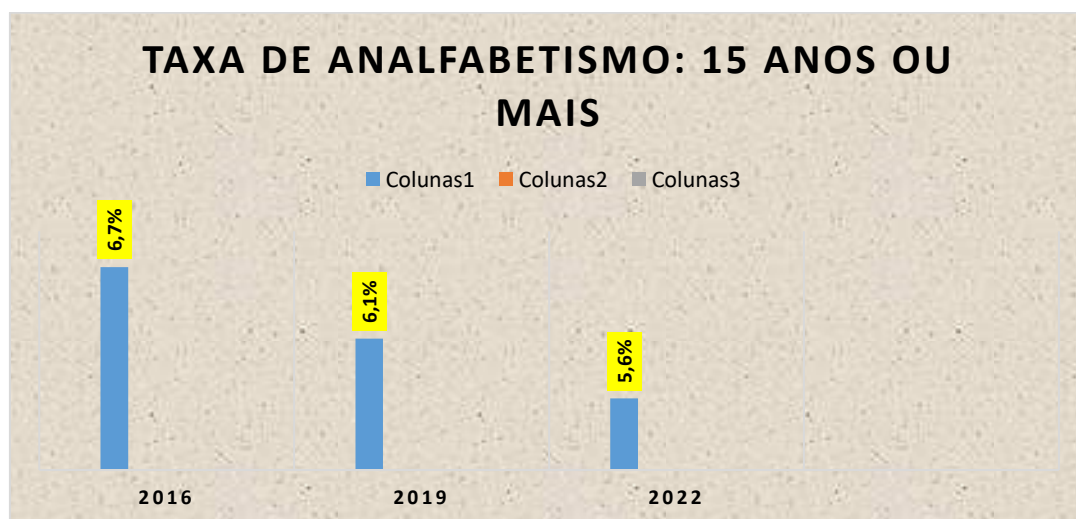
No Acervo de Obras Raras da Fundação Tancredo Neves e da Biblioteca de obras Raras “Revista da Instrução Publica da Bahia, 1870” periódico voltado para o desenvolvimento do ensino popular, legislação, relatórios dos governos provinciais; Acervo digital da biblioteca de Obras Raras do Senado Federal o livro de José Liberato Barroso “A Intrucção Publica no Brasil, 1867”; *Center for Research Libraries* sítio de sitio que hospeda uma documentação onde são identificadas relatórios da gestão dos presidentes da província de 1830-1930, no caso do Pará, alguns fazem alusões as escolas noturnas. Portanto, com essa fontes e levantamentos bibliográficos é possível escrever a história das aulas noturnas.

2 - A EXCLUSÃO DOS ADULTOS DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS

As pesquisas recentes realizadas pelos órgãos institucionais do governo federal como IBGE e PNAD/2022 tem revelado um sinistro cenário da educação no Brasil, em particular, no que se refere aos jovens e adultos. As desigualdades sociais e econômicas, a falta de uma política pública que possa dar conta de atender os cidadãos em situação de vulnerabilidade, somada a situação pandêmica que destruturou milhares de famílias que tiveram que buscar novas estratégias de empregabilidade para manter o básico dentro dos lares, contribuiu para que muitos jovens e adultos abandonassem a escola, indo em busca de empregos. Segundo dados

recentes “no Brasil, em 2022, havia 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas, o equivalente a uma taxa de analfabetismo de 5,6%”⁵

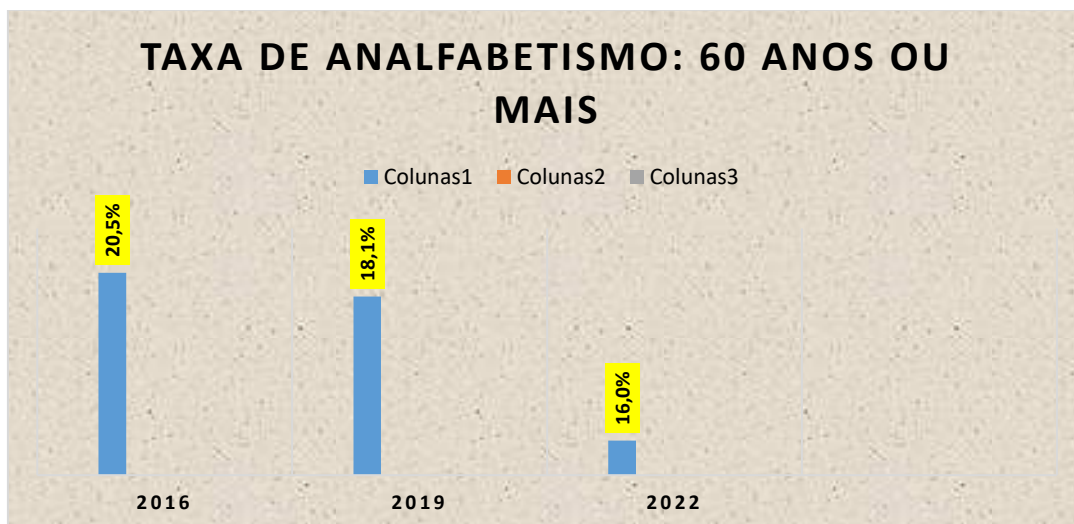
Os números são indicativos de que a taxa de analfabetos segue na contramão das falas pregadas pelas mudanças no campo da educação, a partir das estratégias para chamada qualidade da educação no país. A exemplo disso, as metas traçadas pelo Plano Nacional de Educação de 2014, em termos práticos, foram colocadas em segundo plano, a Meta: 9⁶ que previa elevar o aumento do número de alfabetizados com idade a partir de 15 anos não foi posta em prática, além do mais, o diagnóstico de amostragem para aferir quantos jovens e adultos estão fora da escola não foi cumprido; A busca ativa não foi cumprida por falta de mecanismos econômicos para garantir a permanência dos estudantes na escola; As avaliações para testagem do aprendizado não saíram do papel; programas suplementares de transporte, alimentação, saúde, inclusive com atendimento oftalmológico não foi cumprido; programas de capacitação técnica para jovens e adultos, em parte foi implementado nas escolas técnicas, mas são casos pontuais; a inclusão dos idosos com mais de 60 anos com escopo de erradicação do analfabetismo, em termos práticos, ficou preso à legislação, os índices abaixo demonstram quanto trabalho é necessário para confrontar os números que fazem parte da realidade de jovens e adultos no país.



Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf

⁵ Pesquisa Nacional Por Amostra em Domicílio (PNAD) – Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>

⁶ Plano Nacional de Educação – Lei Nº 13.005/2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/>



Fonte: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf

No Pará, os números não são diferentes dos entes federados, procurei fazer o levantamento do quantitativo de escola e número de estudantes matriculados na EJA, tentei informações via e-mail, através da CODES/SEDUC-PA, não obtive resposta acerca das minhas solicitações. Esse silêncio, por um lado, procura evidenciar que a própria SEDUC-PA não tem a intenção de mostrar para os pesquisadores e para sociedade em que situação está a educação de jovens e adultos.

Na página eletrônica <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/3986-ed--jovens-e-adultos-eja>, as informações estão totalmente desatualizadas, inviabilizando a compreensão da quantidade de escolas e estudantes que estão regularmente matriculados na EJA.

A coleta dessas informações, em tese, são fundamentais para compreensão de como o governo do Pará vem atuando, no sentido, de atendimento aos alunos trabalhadores que frequentam o turno da noite nas escolas públicas do Estado. Porém,

Em 2022, a Taxa de analfabetismo no Pará chegou a 7,1% da população com 15 anos ou mais, cerca de 1,7 p.p. superior ao resto do país e cerca de 0,7 p.p. inferior ao resto da região. Apesar da tendência de queda nas últimas décadas, ainda havia aproximadamente 476 mil jovens e adultos que não sabiam ler e escrever no estado em 2022.⁷

⁷ Indicadores da Amazônia Legal e de seus Estados Agrupados por tema (Educação). Disponível em: <https://amazonialegalemDados.info/dashboard/pre-perfil.php?regiao=Amaz%C3%B4nia%20Legal>

O Estado do Pará⁸ com uma população de aproximadamente 8.819,337⁹ habitantes ainda apresenta um significativo contingente de cidadãos que jamais frequentaram a escola, ou seja, 476.000 jovens e adultos que precisam ser incluídos na escola para se alfabetizarem ou continuar alfabetização.

A função desse breve levantamento é colocar em pauta que o Estado não vem cumprindo com sua agenda voltada para os estudantes noturnos, se os recursos para atender a modalidade de ensino não estão sendo investidos, por trás dessa política de exclusão, de represamento de recursos, identifica-se: os valores preconceituosos em voga no século XIX, presentes na mentalidade dos gestores do século XXI. Assim sendo

Para que as metas de elevação da escolaridade e das taxas de alfabetização de jovens e adultos sejam atingidas, é imprescindível a ampliação de escolas que ofertem matrículas para a Educação de Jovens e Adultos e do quantitativo de turmas e de docentes. Os dados sistematizados no âmbito deste estudo mostraram que, de 2007 a 2019, o número total de escolas reduziu em 39,5%. Que as escolas que mais ofertaram matrículas para a Educação de Jovens e Adultos foram as da rede municipal, com 76,7% do total, em 2019. Contudo, foram reduzidas em 45,1% e na rede estadual de ensino, em 13,1%. Esse cenário de diminuição das escolas da rede pública de ensino ilustra a ausência de incentivo no que diz respeito à ampliação do atendimento da EJA na rede estadual de ensino do Pará.¹⁰

Portanto, observa-se que a educação de jovens e adultos vem sofrendo ao longo do tempo, traduz-se em pleno desprezo do Estado, no caso do Pará, os números são indicativos que não basta ter recursos para serem empregados, pois há uma política de enxugamento da folha salarial dos professores, que por sua vez implica nos discurso que defendem o fechamento de escolas que trabalham com a educação de adultos.

De certa forma esse posicionamento confronta o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e também confronta a lei 8.186 de 23 de Junho de 2015 que trata do Plano Estadual de Educação (2015-2025) com metas específicas voltadas para serem cumpridas com vistas a

⁸ Este site é uma importante ferramenta para consultar os indicativos na parte denominada **Perfil** na barra de ferramenta Análise evolutiva e comparativa **Indicadores Amazônia Legal e de seus estados agrupados por tema** aparecem os dados atualizados sobre Demografia, **Educação**, Saúde, Segurança, Desenvolvimento Social, Economia, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura, Saneamento, Meio Ambiente e Institucional. (Grifo meu)

⁹ Demografia do Pará – Disponível em: <https://amazonialemdados.info/>

¹⁰ AQUINO, Perla Sofia Andrade de; ROLIM, Rosana Maria Gemaque. O financiamento da educação de jovens e adultos no estado do Pará –desafios históricos. Revista Linhas. Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 143-169, jan./abr.2023. <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/23426/15282>

erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, que na prática, não estão sendo devidamente cumpridos.

2.1 - DESPREZO PELO ADULTO POBRE

No Brasil, criou-se um pensamento que tende a refletir sobre as especificidades dessa modalidade de ensino propondo políticas públicas as questões inerentes a esse público e ao currículo dentro de uma perspectiva atual, seguindo padrões pedagógicos julgados cabíveis ao ensino diurno, caso das reformulações curriculares, a exemplo da BNCC que trata com invisibilidade os jovens e adultos, cabendo aos sistemas de ensino, as escolas criarem um “jeitinho” para adaptar os itinerários formativos a vivência dos alunos da cidade e do campo. Acontece que na prática, há uma imensa complexidade de reunir habilidades e competências planejadas para serem executadas com estudantes do ensino básico e outra para ser aplicada com adultos, por conta da carga de experiências que trazem para escola.

Essa visão improvisada marcha com passos históricos que nasceram nos idos finais do império na Amazônia e continuam até o presente acompanhando os estudantes das aulas noturnas: falta de formação para os professores, tempo reduzido de aula, ausência de materiais didáticos adaptados, falta de um planejamento diversificado anual proposto pela SEDUC-PA, infraestrutura inadequada da maioria das escolas, evasão, preconceito aos alunos relacionando-os ao estigma do analfabeto, principalmente, a função da escola que se restringiu a certificar os que aprenderam a “ler e escrever”, devolvê-los para o mercado de trabalho, raras exceções os que conseguiram aprovação em vestibulares.

O Art. 37 da LDB 9.394/96 ao afirmar “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.”. A lei destaca o compromisso do Estado em ofertar a modalidade de ensino, entretanto, as mudanças de governo nem sempre garantem que as medidas de combate ao analfabetismo de adultos serão cumpridos e defendidas pelos governos locais.

(HADDAD, 2000, p.102) argumenta que desde anos de 1940 do século XX, quando o Estado varguista iniciou políticas públicas, com programas de fomentação de redução de analfabetismo na faixa etária de adultos, sucessivas experiências foram colocadas em prática, caminhando por governos democráticos e reacionários, mas que poucos foram os resultados positivos, identificando que esse problema estavam atrelados as políticas de trocas

governamentais com inferências no MEC, as consequências desse processo resultaram em atraso de repasse de verbas e fechamento de escolas fazendo que todo trabalho retorne ao início.

Em 2021, a Resolução CNE/CEB no 1, de Maio 2021, o governo federal deu ênfase a educação de jovens e adultos com algumas novidades como: a (EJA/ EAD), formação técnica em nível profissionalizante no ensino médio, flexibilização curricular, alinhamento da EJA a BNCC. Essas inserções variantes da EJA fazem parte da luta dos movimentos sociais, da organização de seminários pelo país e de fóruns EJA Brasil¹¹ que atuam diretamente com a educação de jovens e adultos que defendem políticas específicas para atender quem depende da modalidade para continuação dos estudos para finalizar o fundamental e médio.

Essa questão é fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa sobre as aulas noturnas, em particular, na Província do Grão Pará entre 1871-1879. As aulas noturnas nasceram no processo de transformações do capitalismo industrial europeu, na Inglaterra, começo do século XIX, encampadas por mudanças que exigiam a alfabetização de trabalhadores adultos das comunas operárias inglesas, entre os fundamentos destacava-se a redução do analfabetismo e a preparação técnica dos operários para o mercado de trabalho. Para (SANTOS, 2011, p. 40) “Esse ensino funcionava de forma precária e improvisada e os professores recebiam apenas gratificações pelas aulas ministradas”.

Compreender de que forma as elites irão colocar em prática as iniciativas para inserir o público adulto nas aulas noturnas, revelam as contradições de uma legislação educacional que invisibilizava esse público, tornando o surgimento dessa instituição apegada as agremiações políticas e instituições particulares filantrópicas como a maçonaria, nascidas, no contraponto de críticas ao império, a maçonaria, por exemplo, abre escolas noturnas em São Paulo com recurso próprios, financia o pagamento de professores e incentiva a matrículas daqueles que tinham abandonado a escola. No Grão Pará, não será diferente a escolarização de adultos começa nas transformações do capitalismo que imprimia mudanças na estrutura da sociedade, colocando a escola nos cânones das educacionais importados principalmente da Europa.

Escravos, pretos, ingênuos, crioulos, pardos, pobres, mulatos, libertos, alfaiates, estrangeiros, brancos miseráveis, militares, sapateiros e muitos outros sujeitos moradores da periferia da cidade e das vilas interioranas da província do Grão-Pará viam no ensino noturno

¹¹ O primeiro fórum da debater a educação de jovens e adultos foi criando no Estado do Rio de Janeiro em 1996, neste site há uma linha temporal indicando os seminários, debates, vídeos temáticos, lançamentos de livros, revistas. Além de informações sobre o ENEJA. No Pará XI ENEJA - Belém/PA - 17 a 20 de setembro de 2009. O XI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - ENEJA aconteceu de 17 a 20 de setembro em Belém no Pará e teve como tema: "Identidades dos Fóruns de EJA: conquistas, desafios e estratégias de lutas". Consultar: <http://forumeja.org.br/node/2023>

a possibilidade de iniciar a alfabetização, instruindo-se nas lições dos livros escolares, no sentido de inverter o histórico processo de exclusão, discriminação e racismo que dominavam a mentalidade da elite local e nacional.

A instrução nascia signataria da civilidade, da modernização, dos bons costumes, em oposição aos vícios, os maus costumes, poderiam na visão dos homens daquele tempo retirar o país do “atraso” em que se encontrava. Educar, instruir os adultos significava ampliar a visão de mundo dessa parcela da população em idade produtiva, contribuido para que se tornassem “úteis à sociedade”.

Com isso, o acesso aos empregos em setores que exigiam habilidade de leitura, escrita e formação para o exercício da ofício, como por exemplo: no comércio, no serviço público, no serviço técnico. As aulas noturnas, portanto, foram o começo de uma experiência que ganhou força por mais de um século e meio no Pará, ainda no presente, tenta ajustar-se as mudanças da contemporaneidade no campo da educação para adultos.

2.2 - REGULAMENTAÇÃO DAS AULAS PARA ADULTOS

As primeiras iniciativas para escolarização de adultos foram protagonizadas por sujeitos anônimos como: médicos, particulares, literatos, maçons, padres, subdelegados, políticos, juízes, professores, funcionários públicos, no interior da sociedade escravista, objetivaram incluir no processo de alfabetização uma parcela significativa da população que jamais havia frequentado os bancos escolares: os adultos.

Tal experiência já vinha sendo fomentada no: Maranhão, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba, Santa Catarina, Ceará, Mato Grosso entre outros Estados da Federação. Isso mostrava uma preocupação com a educação dos adultos pelas autoridades provincianas que já discutiam no parlamento, na imprensa, nos setores educacionais os meios para combater o alarmante número de analfabetos que se criaram no pós independência dentro do país.

Por isso, as décadas finais do império os debates educacionais, principalmente, nos jornais, nas revistas, conferências pedagógicas e na sociedade de modo geral frente a potencialização do comércio, a chegada das fábricas e as mudanças estruturais que vinham operando-se no interior do Grão Pará, climatizaram a discussão sobre a educação dos adultos.

A escola passou a ser responsabilidade do Estado, a partir da primeira constituição de 1824, aprovada pelo parlamento, lê-se no art. 179, XXXII “a instrução pública é gratuita a todos os cidadãos”, sem, entretanto, categorizar o funcionamento e quem estavam aptos a frequentá-

la, cerceava do direito de estudar o maior contingente da população: livres, os escravos, libertos, mestiços, pobres, estrangeiros, indígenas, justamente o número absoluto de moradores residentes das cidades do Estado brasileiro daquele período. (CARVALHO, 2012, p.23) discorre que apenas 16% da população do país sabia ler e escrever, a farsa da cidadania que se colocava com a constituição de 1824, o império estava pouco interessado na escolarização da população que estava à margem social.

Conforme adianta (SAVIANI, 2006, p. 16) a lei das escolas de primeiras letras criada em 15 de outubro 1827, anterior ao Ato Adicional, foi uma iniciativa paliativa que não atacou o cerne do problema da educação pública, pois se ateve em divulgar o “plano pedagógico de Lancaster” que não se encaixava na realidade do país. Numa época em que se começava a debater as permanências das estruturas arcaicas da colônia no ensino, a escola desempenhava um papel fundamental para elevar o país a condição de independente, porém esbarrava numa falta de tradição de escolarização, os improvisos tomaram de conta da burocracia imperial, com a nomeação de pessoas que não tinham interesses em expandir a rede escolar, colaborando para o subdesenvolvimento educacional primário.

Não havia uma sistema de arrecadação nacional que pudesse financiar abertura de escola, os professores que ensinavam na sua maioria eram leigos, as famílias que tinham filhos matriculados não tinham renda para manterem a permanência das crianças nas escolas, as usavam no trabalho das lavoura e nos serviços autônomos. Como resultado, desse processo eram crianças mal instruídas, que iam crescendo distante das ações da escolas, com o tempo, tinha-se uma geração inteira de adultos em idade produtiva que se formavam no aprendizado prático do dia a dia, longe dos bancos escolares.

A lei Nº 16 de 12 de Agosto de 1834, Art. 10. Compete às mesmas Assembléas legislar: § 2º Sobre instrução publica e estabelecimentos proprios a promovel-a¹². Com isso isentava o regime monárquico de investir recursos para abrir escolas, ao mesmo tempo, transferia a responsabilidade para as províncias sobre questões relacionadas a fundação de escolas de primeiras letras, a partir de então, começava a peregrinação da educação pública brasileira por receitas para serem aplicados na construção de escolas, na maioria dos casos, as câmaras municipais eram pobres e tinham o mínimo para fazer o repasse para abrir escolas.

A contradição da lei proposta no Ato Adicional trouxe a curto e a longo prazo um grande prejuízo para educação pública, na medida que responsabilizava as províncias pela organização

¹² Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm

da educação primária e secundária, dois pilares fundamentais para sintonizar o desenvolvimento social, na prática, não gerou resultados, visto que as unidades administrativas do império possuíam autonomia para criar e vetar suas decisões particulares.

Esse desencontro de entendimento em relação aos objetivos da educação, inibia uma concepção “uniforme e centralizada”, contribuiu, para fortalecimento de uma grande distorção, pois umas províncias ficaram adiantadas economicamente, enquanto outras permaneceram atrasadas. Tal desequilíbrio contribuía para uma fragmentação educacional regional, pois não se tinha uma unidade capaz de gerenciar os rumos a que se deveria marchar a escola.

A consequência desse processo gerou um selecionamento de quem tinham direito à frequentar as poucas escola autorizadas a funcionar. Essa inflexão da lei deixava de fora os escravos e segmentos pobres de acesso à escola, segundo a interpretação da legislação educacional do XIX eram impedidos de exercerem um direito garantido na constituição, na prática, a lei não os reconhecia como cidadãos brasileiros, negando-os, portanto, a frequência escolar.

Porém a legislação tinha seu caráter focal, mirando justamente aqueles considerados vulneráveis, como bem assinalou o político, advogado e ministro do império Luís Pedreira do Coutto Ferraz (1818-1886), no Decreto - n. 1.331-A de 17 de Fevereiro de 1854 que estabelecia no seu “Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas; § 2º Os que não tiverem sido vacinados § 3º Os escravos.”¹³.

Para o ministro, na escola poderiam estudar apenas os considerados perfeitos, não eram aceitos quem tivesse qualquer tipo de imperfeição, os doentes e escravizados eram os alvos da legislação que contrariava o direito de estudar, pois eram proibidos pela lei e pela mentalidade conservadora que não admitia a presença grupos considerados opostos aos ideais de civilização.

Nesse mesmo decreto assinado por Coutto Ferraz, em 1854 no Art. 71:

Quando huma escola do segundo gráo tiver dois professores, serão estes obrigados alternadamente, por mez ou por anno, a ensinar as materias da instrucção primaria duas vezes por semana, nas horas que lhes ficarem livres, ainda que seja em domingos e dias santos, aos adultos que para esse fim se lhes apresentarem¹⁴

¹³ Legislação Informatizada - Decreto Nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 - Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>

¹⁴ Legislação Informatizada - Decreto Nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 - Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>

Coutto Ferraz deixava como proposta a sugestão de ensino noturno nas escolas, porém dentro uma forma vaga e sem fundamentação que esclarecesse devidamente como seria posta em prática, caberia portanto aceitação das províncias. Segundo (RIZZINI; SHUELLER, 2017, p.4) o regulamento da instrução pública da corte já previa cursos noturnos, mas as acanhadas experiências muitas das vezes acabavam ficando presas à letras mortas dos regulamentos da instrução pública. Justamente por não haver meios, isto é, recursos para provê-las, tão quanto quem deveria de atendido em conformidade pela lei.

Para abrir escolas havia uma certa burocracia, sendo que muitas vezes esbarrava na mentalidaded dos homens brancos (vereadores e deputados provinciais) que não tinham interesse em querer alfabetizar uma massa de homens e mulheres que consideravam “(...) homens brutos, essas machinas sem acção própria, criados e educados á semelhança dos irracionais e destituídos da inteligência”¹⁵

A experiência das escolas noturnas ganhou força a partir da década de 1870. No entanto, o que favoreceu a súbita entrada das escolas noturnas no cenário educacional brasileiro frentes as mudanças geopolíticas internacionais e internas da sociedade brasileira daquele período. Desde a independência política o Estado privilegiou o ensino primário, mas o tempo mostrou que esse projeto de escolarização possuía suas dicotomias, poucos eram os alunos que conseguiam completar o ciclo escolar de alfabetização, o abandono escolar, principalmente em áreas distantes, no caso Pará era alarmante.

Por isso, a partir da década de 1870 vai haver um movimento de intelectuais que se posicionavam contrários a forma de como vinham sendo conduzidas a escolarização no império, a influência do ideário francês de civilização e modernização, o desenvolvimento industrial, as transformações econômicas, no caso da Amazônia, com exportação gomífera, o abolicionismo, o nascimento das ideias republicanas formavam uma conjuntura que favorecia a disseminação da valorização dos métodos de ensino, o crescimento das escolas normais, principalmente, a escola de artífices, contribuíram para que a escola assumisse um posicionamento diante das mudanças do capitalismo.

A aulas noturnas evidenciaram-se nesse conjunto de renovação de concepções que percebiam o desgaste da ordem imperial, que não dava conta de responder as transformações que vinham operando-se no interior da sociedade, a “modernidade” a “civilidade” trazida pela *Belle Époque* estava postada na imprensa, comerciais de produtos estrangeiros, a eletricidade,

¹⁵ Eschola Nocturna para Escravos. O liberal do Pará, N.273, P.1, 04 Dez 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

arquitetura de influência européia, constratrava com as casas de taipais, mas o dito progresso estava em curso e não havia como tirá-lo de cena. Esse clima proporcionava uma circularidade de ideias que exigiam a inserção no chamado mundo “civilizado”.

2.3 - OS NÚMEROS DE ANALFABETOS E AS PRIMEIRAS INICIATIVAS

O primeiro censo realizado em 1872, levou anos para os resultados serem contabilizados, devido as dificuldades operacionais da época, o periódico O Liberal do Para ao publicar os dados, em 1876, revelava que o país possuía

Total de habitantes: 9.700.187 total de habitantes. Sendo Livres. 8.223.620; Escravos: 1.476.567; Sabem ler: 1.022.679 (homens); 538.089(mulheres); São analfabetos: 3.159.990 (homens); 3.466.862 (mulheres); Dos escravos sabem ler: 909 (homens); 429 (mulheres); Escravos analfabetos; 785.666 (homens); 689.263 (mulheres).¹⁶

O analfabetismo, conforme os números do censo atingia uma parcela considerável da população de adultos em idade produtiva, o posicionamento frente a uma situação secular, que existia por ineficácia do próprio aparelho estatal relegando a educação a segundo plano, Os números deixam amostra a urgência em se pensar estratégias visando abertura de escolas para incluir na política do Estado grupo de pessoas invisibilizadas, mas que se fazia presente dentro da sociedade.

Com limitados investivestimento nas escolas era preciso resolver o quadro dominante de adultos iletrados que participavam ativamente da vida do país, fossem de cor ou não, mas o problema do analfabetismo era dominava sociedade. Caso do eleitorabaixo citado.

Lista geral dos cidadãos votantes da parochia de S. Anna da Campina qualificados pela junta parochial na forma da lei. 10º quarteirão. 501 –Nicoláo José Pereira, 34 annos, solteiro, carpina, não sabe ler, filho de Olympia Maria do Espirito Santo, Rua dos Martyres [atual 28 de Setembro], renda 400\$, incluído (...)¹⁷

A lista de votantes publicadas nos periódicos, exemplificam que os participantes necessitavam declarar o nome, local, estado civil, renda e a escolaridade. A relação dos votantes são indicativos de como a manipulação das urnas ocorria em decorrência de falta de escolaridade dos eleitores que eram usados nos tempos de eleições para eleger candidatos ligados as forças

¹⁶ Recenseamento do Império. O Liberal do Pará, N. 85, P.2, 18 Abr. 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

¹⁷ Qualificação de Sant’Anna. O Liberal do Pará. N.131, P.2, 11/06/1879. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

políticas liberais e conservadores. Mesmo aqueles que sabiam ler e escrever não escapavam das campanhas manipulatórias organizadas pelos políticos que pleiteavam cargos na Câmara Municipal da cidade.

Em 1859, José do Ó de Almeida responsável pela colônia agrícola, industrial de Nossa Senhora do Ó (Atual Ilhas das Onças- em frente de Belém), recebeu o incentivo de 30\$000 do imperador D. Pedro II para trabalhar com a exploração de madeira, exploração de engenhos, agricultura, produtos da floresta, bem como destinava-se incentivar a vinda de colonos livres casados, dispostos ao cultivo de produtos agrícolas, foi um dos precursores de aulas para adultos.

Diz o responsável pela colônia, na parte que se refere à instrução dos moradores que fundou uma escola de primeiras letras para alfabetizar os colonos de ambos os sexos e idade, assim também como para moradores próximos da vizinhança da colônia. Como viu a pequena frequência dos alunos por serem obrigados, logo “desgostou-se” e fechou a escola. Dos que frequentaram a escola aprenderam a ler e escrever “sofrivelmente”¹⁸

As regras da colônia de Nossa Senhora do Ó, sob responsabilidade do comerciante Ó de Almeida, com suas finalidades econômicas, a educação visava alfabetizar os “proletários” residentes na ilha, para tanto foi contratado o professor Antônio Jozé Lisboa responsável por reger a escola localizada dentro da povoação, em esclarecimento no mês de dezembro de 1856 ao presidente Henrique de Beaurepaire Rohan o dito professor afirmava

(...) Posso hoje apresentar resultados, que dão boas esperanças para o futuro. A boa vontade com que procuram instruir-se pais e filhos, homens e mulheres, anima essas esperanças, prova o acerto da caridosa medida do proprietário. Dos bens que eles adquirem pela instrução serão devedores a V. Ex^a (...) ¹⁹

Pela observação do professor Antônio Lisboa a colônia de Nossa Senhora do Ó procurava instrumentalizar seus colonos a conhecerem as letras, cujo objetivo era lhes ensinar as melhores técnicas na área da agricultura que, naquele momento, estavam sendo tratadas nos manuais que chegavam de fora da província e do exterior que ensinavam como aumentar a produção racionalmente. Por isso, os filhos dos agricultores, juntamente com os pais eram obrigados a frequentar a escola. Percebe-se pela experiência da colônia voltada para escolarizar

¹⁸ A pedido. Relatório. Gazeta Oficial, N. 159, P.2, 20 Jul. 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

¹⁹ O Colono de Nossa Senhora do Ó – Enciclopedia Popular de Agricultura, Indústria, Comércio, Navegação e Artes Mecânicas. N. 28, P.4, 01 Dez 1856. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

os adultos uma sintonia com o decreto de Coutto Ferraz, em 1854 com a educação de adultos.

Na “Ilha das Onças” nordestinos e demais trabalhadores foram alocados nos ofícios diversos. O emprego de homens livres e não escravizados na colônia indicava uma determinação do governo em fomentar a vinda de estrangeiros para substituir os escravizados; fosse no entendimento do governo exemplo para outros particulares das vantagens que o trabalho livre pudesse proporcionar em relação ao aumento da produtividade.

Na Amazônia vai prevalecer o incentivo a vinda de trabalhadores da região nordeste, sobretudo cearenses da região do sertão que atingidos por rigorosas secas, viam na migração para região norte a possibilidade substituir os escravizados na coleta de produtos da floresta, sendo que a maioria fora empregado no extrativismo da borracha, criando, uma outra modalidade de escravidão entre seringalistas e seringueiros, no interior da floresta amazônica.

O processo migratório ativou uma preocupação das autoridades com alfabetização de adultos, pois o ingresso em determinados cargos públicos, antes ocupados por “cidadãos” que não sabiam ler e escrever, foi sendo alterada com o tempo, essa concepção posta como regra definia que somente poderiam determinadas funções no Estado, por exemplo, quem provasse ser alfabetizado, na sessão da Assembleia Legislativa de 01 de Outubro de 1868, foi colocado o projeto nº 862 do Sr. Hildebrando que procurava reformar o corpo policial da província, acusado de recrutar “vadios”, “analfabetos” e “criminosos” na proposta:

O sr Hildebrando, por parte da comissão da força pública, envia a meza o seguinte projecto que toma o N. 862. (...) achou conveniente reformal-o em parte na sua organização creando a 1ª companhia de homens que saibão ler e escrever para o serviço especial da policia da capital.²⁰

Compreende-se que havia uma preocupação, embora dispersa em exigir o grau de escolarização dos adultos. Em 13 Abril de 1871, a Lei Nº 669, “Artigo 1º Fica o presidente da província autorizado á fazer na instrucção publica, tanto primaria, como secundaria, as reformas que julgar mais conducentes, ao fim de dar-lhe maior e mais proficuo desenvolvimento”²¹. Para isso, o pernambucano Joaquim Pires Machado Portella (1827-1907) reformou o regulamento da instrução pública, no mesmo mês, baixou a Portaria de 20 de Abril de 1871 “Dá novo regulamento a Instrucção Publica”.

Entre as observações feita pelo regulamento Portella como ficou conhecido destacava-

²⁰ Assembleia Legislativa da Província – Sessão Ordinária. Diário de Belém, n. 83, P.1, 14 Nov. 1868. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

²¹ Coleção das Leis dos actos do Governo do Gram Pará. Tomo XXXIII, Anno 1871 – Belém-Pará: Typographia do Diário do Gram Pará, Travessa de São Matheus, 1871. P.1

se: a organização da direção dos estabelecimentos escolares, a função responsável dos delegados literários e visitantes municipais para fiscalizarem as escolas se estavam cumprindo, devidamente a ordem do regulamento. As metas que pregavam o desenvolvimento do ensino e da escola, também definiam a obrigatoriedade da família que passava a ser punida, caso os pais que não matriculassem os filhos no perímetro em que funcionava a escola.

Assim como o delegado literário poderia levar aos juiz de órfãos menores que tivessem vagando em estado de mendicância para trabalharem em oficinas pela cidade. No conjunto, o regulamento procurava ampliar a fiscalização do governo sobre as escolas, entretanto com número reduzido de servidores ficava difícil cumprir as fiscalizações remetendo ao bordão demagógico da época “lei para inglês ver”.

No regulamento da instrução pública de Abril de 1871, precisamente, no “Art.27. Para o ensino primário de adultos haverá uma escola nocturna em cada uma das cidades da província e duas pelo o menos na capital”²². Iniciava, legalmente, a história do ensino noturno na capital até os dias atuais, nos primeiros meses de assinatura da lei não houve progressos, pois aprovação de leis não representava garantia de cumprimento, as coisas demoravam a ser postas em prática, em função da própria falta de interesse político do presidente da província que muitas vezes não cumpria determinação do município neutro.

Em outros casos o posicionamento político liberal ou conservador, preferia não executar medidas do governo anterior. E, assim se justificava ir deixando para segundo plano as leis definidas no governo anterior, o interesse pela instrução de adultos não despertava atenção dos políticos da assembleia legislativa e da Câmara Municipal de Belém, porém em Setembro de 1871.

A câmara municipal da capital do Gram Pará não devendo ser indiferente ao desejo, que ultimamente tem se manifestado, de derramar a instrução pelo povo (...) resolveo na sessão do 02 do corrente[Setembro] sob proposta dos srs. Vereadores Padre Felix e João Diogo, estabelecer no Paço Municipal, no dia 11 do corrente, pelas 7 horas da noite uma escola nocturna que ensinará a ler e escrever, contar, grammatica portugueza, noções de geographia e historia do Imperio, (...) Paço da câmara municipal, 06 de setembro de 1871 – Dr José Gama Malcher, presidente; Conego Ismael de Sena Ribeiro Nery, Secretario (...) ²³

²² Regulamento da Instrução Publica. Jornal do Pará, N.87, P.2,21 Abr. 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

²³ Camara Municipal. O Liberal do Pará, N. 200, P.2, 10 Set. 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

As primeiras aulas noturnas, conforme descritas na imprensa passaram primeiramente pela aprovação dos políticos, que autorizaram a criação de aulas para adultos, como se sabe a criação de leis passa pela apresentação de projeto que, posteriormente, caberia a maioria decidir pela aprovação final ou não.

Assim, numa acanhada sala da câmara municipal de Belém foi o começo das aulas noturnas, os vereadores: Padre Felix Vicente de Leão – Rua de Santo Amaro (atual Veiga Cabral), filho da senhorinha Maria de Azevedo, senhor de escravos, Vigário Geral da Freguesia de Santa Thereza de Curuçá, Vereador, professor de: gramática, leitura, aritmética e francês; membro da Ordem Terceira de São Francisco da Penitencia; João Diogo Clemente Malcher – político e professor morador da Rua do Espirito Santo (atual Dr. Assis).

Efetivamente, aula inaugural foi em 11/09/1871 e os trabalhos começaram numa Terça-Feira 12/09/1871. No entendimento do articulistas, as aulas para adultos representava uma necessidade clamada há tempos pelos moradores da cidade, pois a educação primária não os incluía nas escolas, justamente por não haver uma especificação legal dentro do regulamento da instrução pública que definisse a matrícula de pessoas adultas.

Naquele momento, as crianças eram prioridade para serem registradas nas escolas e alfabetizadas. Por isso a atitude dos vereadores em propor a continuidade da educação para maioridade, buscava alfabetizar aqueles que nunca tinham frequentado a escola na infância.

Antes de ante de hontem [11 de Setembro de 1871] ás 7 horas da noute teve lugar a instalação da primeira eschola nocturna da província sob os auspícios da câmara municipal. Até agora a criação de instituição tão necessária não passará de relatórios e regulamentos; hoje uma eschola de adultos se aberta, independente de governo. O acto de installação foi presidido pelo distincto presidente da câmara Dr Maçcher; orando o Srs vereadores padre Feliz e João Diogo, professores da nova eschola. Estiveram presentes, além de alguns cavalheiros que concorream ao acto, quatorze alunos, cujos nomes divulgamos com prazer e, são: Antônio Juliano do Espirito Santo, Bernado de Oliveira e Sousa, Gentil Augusto Paranhos, João Evangelista de Alcantra, Joaquim Augusto Soares Carneiro, Joaquim Caldeira da Rocha, Joaquim Eugenio de Oliveira, José Olímpio Pereira de Mello, José Fernandes da Silva Manta, Manoel do Nascimento Pereira, Mariano Pereira de Almeida, Mariano Herculano de Castro, Raimundo Nonato da Silva, Raimundo Antonio D'Assunção. Louvres as estes nossos concidadãos que concorreram a inscrever-se na lista dos homens do progresso. Que o povo venha adquirir conhecimento com que possa sustentar seus direitos e sua dignidade, e então veremos se ele é ou não soberano. Luz! Luz!²⁴

²⁴ Instituição Patriótica. O Liberal fo Pará, N. 202, P.1, 13 Set 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

A escola noturna encontrava acolhida nos políticos, isto é vereadores, que tomaram a frente para abrir aulas para atender os adultos, na visão do articulista deveriam ser venerados por inserir a província no caminho do “progresso”, a prova de soberania estava marcada pela presença da escola, responsável naquele momento por respaldar “o direito e a dignidade” dos cidadão. A escola viria a contemplar esse direito há muito esperado pelos cidadãos adultos da cidade e de outras partes do território provinciano.

Por isso a escola noturna, instalada no térreo da Câmara Municipal acompanhou as idas e vindas que desde sua instalação no século XVII ficava abrigada em prédio alugado nas mediações do Largo do Carmo e da Sé. Foi dentro da câmara municipal de Belém que nasceu a escola noturna do Pará, pela articulação política ganhou força de lei, saiu realmente do papel e ganhou vida com seus primeiros professores e alunos.

3 - AS PRIMEIRAS AULAS NOTURNAS NO GRÃO-PARÁ

Segundo o historiador Ernesto Cruz (1898-1976) o legislativo municipal passou por vários endereços até ser definitivamente instalado no “Palacete Municipal”, em 15 de Agosto de 1883 no 62º ano de comemoração da Independência do Império, data que marcava a comemoração de Adesão do Pará a Independência do Brasil. Começou seus trabalhos em uma casa alugada na antiga Rua do Espírito Santo, hoje Dr. Assis. Antes “Ficava a primitiva casa do Senado da Câmara no Largo da Sé (atual Praça Frei Caetano Brandão), junto ao edifício que se destinava ao Palácio do Governadores, ângulo com a Rua do Espírito Santo”²⁵.

Entretanto, durante a segunda metade do século XVIII foi instalada na Rua dos Mercadores, conhecida também com Rua da Cadeia, atualmente Rua Conselheiro João Alfredo. Esse prédio que servia ao legislativo nos altos e na parte inferior de cadeia, foi vendido ao comerciante português Antônio Rodrigues Quelhas. Após 1860 teve início a construção do Paço Municipal²⁶ em terreno que pertenceu a Eduardo Francisco Nogueira Angelim²⁷.

²⁵ CRUZ, Ernesto. Das Casas Câmara ao Palácio “Antônio Lemos”. Belém, s/n, 1973. P.14

²⁶ No mês de Agosto de 1883 em nota sobre os festejos de inauguração do novo Paço Municipal o secretário Egidio Peres Duarte relata que o valor de sessenta contos de reis (60:000\$000) obtidos com a venda do antigo prédio fora investido na construção da Palacete que passou definitivamente a Câmara Municipal pela lei nº 980 de 5 de Abril de 1880 para tal Cf. Câmara Municipal. O Liberal do Pará, N.189, P.1, 17 Ago 1883.

²⁷ O terreno onde fica situada o Palacete pertencia a Eduardo Angelim, cuja herdeira fora sua esposa Luiza Clara, em 1860, a obra fora embargada, já que a municipalidade tentava construir a obra sem indenizar o legítimo proprietário, em Outubro de 1868 o litigio encerrou-se, obrigando a municipalidade a indenizar o dito proprietário. Cf. Cruz, Op. Cit, P. 26-27.



Fonte: Litografia Joseph Léon Righini - Largo do Palácio, Antiga Praça da Independência, atual Praça D. Pedro II, segunda metade do século XIX, ao centro vê-se terreno baldio, sem construção, hoje funciona o Palácio Antônio, Litografia Joseph Léon Righini²⁸

A pobreza da câmara e o elevado custo do projeto de José da Gama Abreu com finalização do neoclassismo de Antônio Landi, fez com que a obra se arrastasse por mais de uma década. Provisoriamente, a passou a funcionar em uma casa alugada, conforme presunção



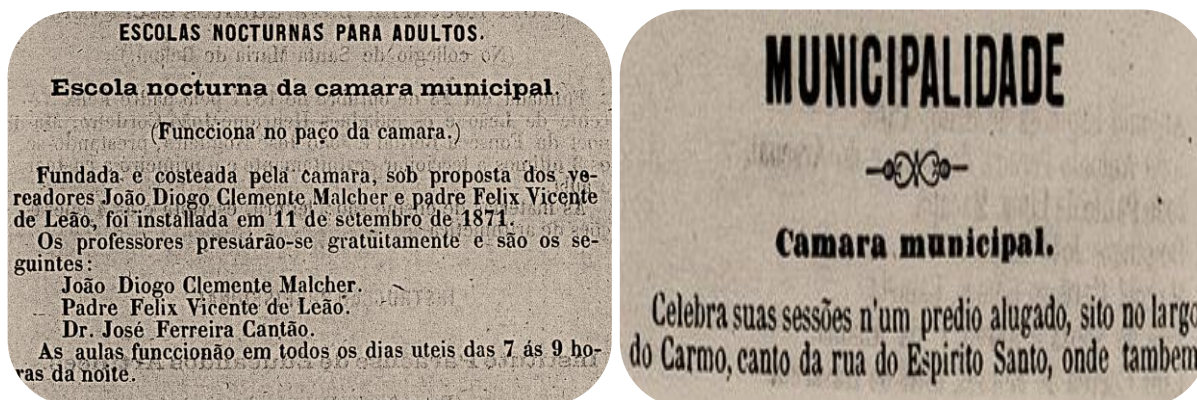
Fonte: Litografia Joseph Léon Righini Largo da Sé, atualmente Praça Frei Caetano Brandão, a direita Rua do Espírito Santo (Dr. Assis), mais à frente, à direita Rua do Norte (Siqueira Mendes, 1ª Rua de Belém).

²⁸ Joseph Léon Righini (Turim, Itália ca.1820 - Belém PA 1884). Pintor, desenhista, gravador, fotógrafo, cenógrafo, professor. Estudou na Academia de Belas Artes de Turim. Vem para o Brasil por volta de 1856 e fixa-se no Maranhão e no Pará. Em 1867, é publicada por Conrad Wiegandt a série de litografias Panorama do Pará em Doze Vistas. Desenhadas por J. L. Righini. É autor de um raro álbum de doze gravuras de Belém do Pará. A obra aqui exposta pertence a Biblioteca Guita e José Mindlin, e foi gentilmente cedida ao Centro de Memória. A digitalização das imagens foi feita por Lucia Mindlin Loeb, com apoio da Pró-Reitoria da Administração da UFPA. <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>

de Ernesto Cruz “(...) era, possivelmente, situada a Travessa da Vigia²⁹ (antes se chamada da Rosa, da Residência, atualmente, Felix Rocque) esquina com a Rua do Norte, hoje, Rua Siqueira Mendes.

Até 1868, constava que a Câmara municipal funcionou no Lago do Carmo, esquina com Travessa do Espírito Santo³⁰; próximo, contudo à sua inauguração, os trabalhos da vereança eram realizados na Rua do Norte nº 15³¹. Neste endereço, no térreo, por anos funcionou a primeira escola noturna mantida pela municipalidade. A descrição da movimentação da Câmara Municipal de Belém, durante os últimos

Decênios do século XIX, procurando seu albergue fixo, foi necessário por ter nascido justamente naquele local, as primeiras experiências das aulas noturnas, a falta de um prédio, funcionando em espaço cedido no centro de Belém, deixava claro que a educação noturna não se constituía em prioridade dos homens públicos.



Fonte: Alamanack, Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará, 1868-1863 - Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Com isso a escola emerge como lugar de poder, da diferenciação soberana entre as nações, disciplinadora e responsável pela modelamento dos sujeitos adultos, que assim, poderiam avançar através do conhecimento e das aulas ministradas pelos professores no caminho do “progresso”. Em poucos dias a matrícula atingia o número considerável de alunos, em 21 de Setembro de 1871 chegava a 119 matriculados, procurando as aulas para iniciarem a alfabetização. Em 01 de Outubro de 1871 registrados estudando: 166 nacionais, 10 portugueses e 1 Inglês³². A rápida notícia divulgada na imprensa fez com que os primeiros alunos

²⁹ VALENTE, José Duarte. A história das ruas de Belém – Belém: Cejup, 1993. P.21

³⁰ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), 1868. P.137-138 – Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>,

³¹ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA), 1883. P.270 – Disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

³² Factos diversos. O Liberal do Pará, N.218, P.1, 01 Out. 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

trabalhadores procurassem o ensino noturno, traziam consigo diferentes experiências tangenciadas pelas suas profissões, na escola noturna da câmara estavam inseridos: livreiros, relojoeiros, carpinas, empregados públicos, alfaiates, tipógrafos, marceneiros, calafates, barbeiros, fundidores, carpinteiros, empregados públicos, sapateiros, ourives e estrangeiros.

Os profissionais diversos mostram que as profissões eram ensinadas na prática do cotidiano, onde a sabedoria ia sendo transmitida de um para o outro, não havia escolas técnicas, anterior a 1870 na província do Grão Pará voltadas para direcionamento do ensino técnico, os profissionais iam forjando-se no dia a dia manuseando e praticando o trabalho com seus mestres, a cultura da experiência era hegemônica ao saber escolar. Com isso se tinha uma população de adultos criada trabalhando sem jamais ter pisado numa escola.

Dessa forma, em Setembro de 1871, não demorou para que Joaquim Pedro Correa de Freitas – Dr. Freitas³³ (1829-1888), através da Associação Promotora da Instrução Publica³⁴, em seu estatuto objetiva propagar o ensino primário na classe popular. Essas associações eram comuns, na sua maioria eram formadas por homens entusiastas de diferentes classes sociais e profissões, que de alguma forma, procuravam defender uma causa fosse abolicionista, filantrópica, educacional.

Com as primeiras aulas funcionando no estabelecimento particular denominado de Collegio de Santa Maria de Belém³⁵ – Travessa do Chafariz do Bispo³⁶ (Atual Dr. Moraes), em Outubro de 1871 a escola chegava a 60 alunos lotados em menos de 15 dias de sua inauguração.

³³ Sobre uma breve biografia da vida e de obra do Cametaense Joaquim Pedro Correa de Freitas, inclusive com uma imagem rara desse educador paraense. Cf. CUNHA, Raimundo Ciryaco Alves da. Paraenses Illustres. Paris: Jablonski, Vogt, 1896. 141 P., P.122-126.

³⁴ Foi criada pela Portaria de 15 de Setembro de 1871. No Estatuto constava no Ar. 2º “A Associação tem por fim único promover para todos os meios que a lei lhe facilite e ella possa pôr em pratica, o desenvolvimento da instrucção pelas classes populares de ambos os sexos.” Cf. Actos da Província do Gram-Pará que formão a segunda parte da Collecção das leis do anno de 1871. Tomo: XXXIII – Belém: Typ. Do Diário do Gram-Pará, 1871. P. 82.

³⁵ Foi fundado este collegio em Fevereiro de 1857, por meio de um contracto, entre o presidente da província Henrique Beaurepaire Rohan e cônego Antônio Feliciano de Sousa (...) Em 30 de Abril de 1860 (...) com a permissão do presidente da província houve a si o cidadão João Diogo Clemente Malcher a transferência do estabelecimento (...) por Portaria de Fevereiro de 1862 do presidente Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque foi rescindido o contracto (...) todavia tem este estabelecimento continuado a viver mantido pelos seus directores o cidadão João Diogo Clemente Malcher, e o Padre Felix Vicente de Leão. (...). Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial (PA) 1868 a 1873. P.182-183. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

³⁶ A escola Santa Maria de Belém começou suas atividades na Rua do Rosário (Aristides Lobo), porém quando vai abrir as aulas noturnas esteve funcionando no endereço da Travessa do Chafariz do Bispo. Cf. Almanack, Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará, 1871. Coordenado por Carlos Seidh e Otaviano José de Paiva – Belém, 1871, P.54 – Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

Assim, o objetivo da escola primária estava sendo cumprido pelos seus idealizadores que se comprometiam em abrir escolas e estender a educação primária para aqueles que dela mais precisavam naquele momento, os pobres da capital e interior da província.

3.1 – A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA NOTURNA DE BELÉM

Embora estabelecida no regulamento da instrução pública, nem sempre a abertura das aulas noturnas representou uma incumbência fácil, pois dependia de autorização do presidente da província e dos recursos das câmaras municipais, como inferência: as escolas acabavam funcionando em casas particulares e alugadas, salas de espaços públicos cedidos para abrirem as aulas noturnas – “Cezar Augusto de Andrade Pinheiro, professor público da escola nocturna do 2º districto, faz ciente ao publico que esta escola continua funcconar no pavimento térreo do Lyceo Paraense”³⁷.

No Art. 28 do regulamento da instrução pública de 1871 enfatizava as condições para abertura uma escola noturna entre as quais: comunicar ao delegado literário; ensinar doutrina cristã, entregar, semestralmente, o mapa de frequência com as respectivas avaliações para o diretor da instrução pública que definia, se a escola continuaria ou não funcionando. Em 1871, constava na grade curricular da Escola noturna da Sociedade Protetora do Ensino Primário

Conforme anunciamos, foi aberta esta escola hontem as 7 horas da noite no Collegio Santa Maria de Belém onde provisoriamente se acha installada ate que se possa obter no bairro da Campina uma casa com as precisas acomodações. Assistiram a este acto vários membros da sociedade e muitos outros cavalheiros distinctos, que não são indifferentes ao progresso intelectual do povo. As aulas começo as 7 horas da noite e terminam as nove(9h) O programma provisório dos estudos é o seguinte: **Segunda-feira** – Grammatica da língua nacional e arithmetica; **Terça-feira** – Geographia do Brasil e desenho linear; **Quarta-feira** – Grammatica da língua nacional e arithmetica; **Quinta-feira** - Leitura da Biblia e preleções de História do Brasil; **Sexta-feira** - Geographia do Brasil e desenho linear; **Sabbado** – Leitura da Bibia e analise da nossa constotuição política e código criminal. E todos os dias haverá exercícios de leitura, escripta e calculo. A matricula está aberta no Collegio durante as horas de ensino.³⁸

Conforme se observa as aulas noturnas, já apresentavam uma organização curricular com

³⁷ Avisos diversos. Jornal do Pará, N.107, P.3, 14 Maio 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

³⁸ Escola Nocturna da Sociedade Propagadora do Ensino Primario. O Liberal do Pará, N.219, P.1, 03 Out 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

rotação de disciplinas para ser desenvolvida com os alunos, os tópicos de leituras com ensino de gramática, história, geografia e leitura da bíblia destacavam-se em relação as outras disciplinas. As matérias que ensinavam os cálculos aritméticos estavam na escala secundária, embora importantes para o desenvolvimento cognitivo dos alunos. A escola em seus anos iniciais, na perspectiva dos fundadores, buscava cumprir seu objetivo de ensinar a ler, escrever e contar.

Tinham direito a matrícula alunos maiores de 7 anos em diante do sexo masculino sob a direção de um professor normalista, com assinatura da lei de 669 de 13 de Abril de 1871 que organiza a Escola Normal do Pará fica definido que os professores primários para ocuparem o cargo legalmente no magistério deveriam ter formação obrigatória de três anos. O regulamento Portella foi uma tentativa do Estado para encontrar uma saída respaldasse os titulados a lecionarem nas escolas primárias, inclusiva nas aulas noturnas

Alguns normalistas do 1º anno compenetrando-se da necessidade de uma escola para adultos de todas as classes da sociedade que por circunstancias não poderam aprender na infância resolveram abrir uma; que funcionara todos os dias uteis, de 4 as 9 horas da noite, e na qual se há de leccionar todas as matérias concernentes ao ensino primário, assim como applicação de Gramattica Portuguesa e Arithmetica até Proporções, tudo por insignificante contribuições. Acha-se aberta a matricula na escola á Rua do Rosário entre a Rua da Trindade e Travessa das Mercês (nos baixos do Sobrado do Sr Costa); podendo os pretendentes informar-se na taberna do canto. Chamma-se atenção do público, e com especialidade a dos artistas, que podem sem interrupção do trabalho, cultivar a intelligência. Começa-se a funcionar no dia 1º de Setembro [de 1876].³⁹

Na cidade a fiscalização dos delegados literarios imprimia uma olhar atento a nomeação de professores, mas no interior a continuidade professores leigos sente pouco os efeitos das normativas assinadas na capital. As aulas noturnas apresentaram características de seguirem o modelo de escolarização multisseriadas, nas classe estavam matriculados alunos adultos, menores e até crianças fizeram parte desse primeiro momento, pois não havia criterios que debatessem a separação de idades entre os alunos, todos eram vistos na condição isonomica dentro sistema escolar.

Nas escolas noturnas apenas os professores tinham autorização para abrir escolas, as professoras não gozavam dessa prerrogativa, isso acontecia por conta que durante o século XIX havia uma divisão por gênero das escola, assim tínhamos aulas para meninos e aulas para meninas. Por isso, na tradição escolar primária, as professoras estavam encarregadas de lecionar

³⁹ Escola nocturna para adultos. A Constituição, N.197, P.3, 01 Set 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

para as crianças menores.

Assim como o direito a matrícula cabia somente ao sexo masculino, a visão patriarcal e conservadora do XIX impedia as mulheres de serem alfabetizadas no turno da noite por vários motivos entre os quais: a escuridão das ruas, insegurança, criminalidade e a própria tradição cultural da época que não aceitava as mulheres estudando à noite. O fato de já existir instituições que atendiam a escolarização de mulheres na cidade como por exemplo a Escola do Amparo, criou-se a a visão de que as mulheres não necessitavam frequentar as aulas a noite.

Muito embora algumas mulheres estivessem empregadas em atividades cotidianas, trabalhando durante o dia, podiam muito bem exigir a efetividade desse direito, porém essas experiência femininas irão ser encontradas em outras províncias como caso da Bahia, mas no Grão-Pará não encontrada nenhuma documentação que fizesse referência as aulas noturnas para mulheres, Entretanto nos internatos do Amparo havia uma extensão das aulas diurnas para serem executadas no turno da noite.

A cidade, principalmente, de Belém nas sombras da noite emergiam diversos personagens que circulavam no perímetro urbano: bandidos, ladrões, desertores, escravos fugidos, vadios, caloteiros, mendigos, prostitutas, trapaceiros – *bas-fonds*⁴⁰ e muitos outros que faziam parte do submundo da cidadão. Uma cidade perigosa que inibia a presença de mulheres andando pelas ruas escuras, para se preservar a integridade física: pais, maridos e responsáveis, nesse justificativa não se atreviam a incentivar as mulheres a estudarem a noite.

O desenvolvimento do ensino noturno ganhou força “(...) Oxalá que as comarcas do interior da província, compenetrando-se da magnanimidade d’este patriótico e philantropico serviço procurem imitar a capital”⁴¹. Em poucos meses e anos houve uma adesão considerável dos municípios do interior: Vigia (1871), Alenquer, Marapanim (1877), Vila do Conde (1877), Chaves (1877), Moju (1876), Bragança (1877), Monte Alegre, Baião (1878), Faro, Benevides, Muaná, Soure, Cametá, Viseu, Cintra (Maracanã), Ponta de Pedras (1877 - Escola Nocturna Aurora), Igarapé-Miri, Acará, Gurupá, Óbidos, Benevides. Foram as Vilas por onde começaram a inserção das escolas noturnas.

Com o tempo os periódicos liberais, conservadores e católicos, passaram a dar publicidade escolarização noturna. Porém estereótipos criados na imprensa, que estavam em disputa pelo controle do espaço escolar, como por exemplo: fechamento de escolas noturnas sob acusações de baixa frequência dos alunos, inabilitação do mestre-escola, interesse

⁴⁰ Kalifa, Dominique. Os Bas-Fonds: História de imaginário; Tradução Márcia Aguiar. São Paulo: EDUSP, 2017.

⁴¹ A Regeneração. N. 5, P.1, 15 Mai 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

eleitores “passou a ephoca (eleição) tudo desapareceu”⁴², patrulhamento da atividade docente, pobreza das câmaras municipais que não tinham recursos financeiros para bancar as despesas de uma escola para adultos, falta de pagamento da casa alugada que servia de escola, suposto abandono da escola pelos alunos, falta de querosene, não pagamento do ordenado dos lentes. O professor Manoel da Cruz Ribeiro da escola noturna de Óbidos agredido por adversários políticos⁴³.

A soma desses fatores estava concatenada a uma falta de planejamento que não apontava uma diretriz organizacional para escola fosse diurna ou noturna a exemplo disso o visitador das escolas primárias da província Joaquim Pedro Correa de Freitas, em 1876 fez o seguinte comentário sobre a situação das escolas da província:

Duas causas principais influem tanto para que frequência não seja regular, como para que ella seja diminuta; a 1.^a a pobreza e a miseria; a 2.^a a dissiminação da população por vastos território. (...) A’ uns falta o alimento diário, á outros a roupa, papel, livros, &. Algumas [escolas] são taes que despertam-me compaixão pela sua pobreza e desalinho.⁴⁴

A observação feita pelo Dr. Freitas mostra a pobreza que acompanhava a maiorias dos estudantes do campo, pois os regulamentos da instrução publica definiam em seus artigos procedimentos de como a escola deveria funcionar, mas a prática desse processo indicava a exclusão de uma parcela considerável de alunos, pois a falta de condições básicas para permanecerem na escola, cedo fazia com abandonassem as aulas, como consequência, formava-se uma geração de adultos que não conheciam as operações básicas, se quer tinham motivação para continuarem os estudos, pois o problema estava sediado na base como esclarece Dr. Freitas. “Para se lavrador, pescador, negociante, (...) para ser tudo isto, dizem eles (meninos), basta saber o que se ensina nas escólas elementares”⁴⁵.

A escola prisioneira de seu tradicionalismo, não apontava perspectivas para aqueles considerados “miseráveis” na sociedade. Nesse sentido, a instrução popular representou uma

⁴² A Regeneração. N. 5, P.1, 15 Mai 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁴³ Óbidos. O Liberal do Pará, N. 37, P.1, 18 Fev 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁴⁴ Relatório do visitador das escolas publicas da província (Joaquim Pedro Corrêa de Freitas). Jornal doPará, N. 17, P.2, 21 Jan. 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁴⁵ Relatório do visitador das escolas publicas da província (Joaquim Pedro Corrêa de Freitas). Jornal do Pará, N. 16, P.2, 20 Jan. 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

preocupação de setores específicos da sociedade brasileira do final do XIX, que viam na alfabetização dos adultos uma saída para melhorar a mão de obra no campo, em momento algum, percebiam a ascensão social desse público que se a noite para as escolas nem busca do que chamavam na época de “luzes”, por tratar-se de um seguimento renegado pelo ideário de civilização. Em artigo publicado em um periódico carioca fez o seguinte adendo:

A instrução em seus diversos graus é uma necessidade, de todos os tempos reconhecida, e hoje mais do que nunca. (...) a moralidade somente existe com a educação e a instrução popular. (...) a necessidade da instrução para o povo brasileiro. Referimo-nos á escravidão, cujos costumes perniciosos ainda mais necessária tornam a educação para o homem livre, para preservá-lo do contagio funesto, da influência maléfica, que resulta da depravação moral e intellectual do escravo⁴⁶.

A instrução popular para adultos, ao mesmo tempo que poderia ser vista como saída para resolver o histórico problema do analfabetismo, na visão do articulista e da elite era forma encontrada para separar os escravos acusados de “depravação moral”, do restante da população, essa visão preconceituosa estende-se aos alunos do turno da noite tratados como incapazes, sobretudo com as leis emancipacionistas que libertavam, porém não integravam o liberto como cidadão na plenitude de direitos à sociedade.

Entre os endereços pela capital de Escolas Nocturnas cita-se: Escola noturna dos Normalistas: Rua do Rosário [Aristide Lobo], entre Trindade e Mercês; Escola do noturna Professor Abreu Maciel: Estrada de São Brás entre Travessa da Glória (Rui Barbosa) e do Príncipe (Quintino Bocaiúva); Escola noturna do professor João Gualberto Vilhena, ao lado do Bazar Parisiense, Estrada de São Jerônimo [José Malcher]; Escola noturna do professor Cezar Pinheiro - Rua dos Innocentes [Riachuelo], próximo ao Largo da Pólvora (Praça da República).

Entre os mestres que lecionaram nas escolas noturnas temos: Antônio Bernardo Tanellas, Raymundo Ferreira, Francisco Ferreira de Vilhena Alves, José Bertoldo Moraes, Tenreiro Aranha, João de Lyra Azevedo, Major João Duarte Roiz Souto, Manoel da Cruz Ribeiro, Raymundo Dias Ferreira Portugal, Antônio Augusto Teixeira Pinto, Camilo Henrique Salgado, Juiz João Pollycarpo dos Santos, Perciliana Ferro Silva (Óbidos), quiçá a primeira mulher a reger uma escola noturna no Pará em 1888.

Francisco Ferreira de Vilhena Alves, em Vigia, em 03 de Outubro de 1871, ao fundar sua escola noturna particular, enfatizava “O povo instruído, o povo que conhece seus direitos e

⁴⁶ A instrução publica no Brazil. O Academico (RJ), N. 3, P.1 e 2, 22 Jun. 1868. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

deveres não consentirá jamais que se abuse das leis para o escravisar”⁴⁷. Com isso lançava as bases que com erros e acertos abriram as portas para os escopos do ensino noturno na província do Grão-Pará que era instruir a população adulta.

A história da escola noturna da província do Grão-Pará não se desenrolou simplesmente nos gabinetes presidenciais, mas nasceu movida pelo desejo de pessoas que se prestaram a colocar, em prática, ideias que até então se colocavam no campo da especulação, da utopia. Ao contrário das seas irmãos primogênicas (Lyceu Paraense, Instituto de Educandos, Escola Normal, Escola do Amparo e outras escola particulares da província) que tinham variados segmentos de classes, na escola noturna pode-se afirmar que estavam os pobres, os miseráveis, os desvalidos, os escravizados, a infância abandonada – Daí a denominação de escola popular, escola do povo.

Seus precursores acreditavam nos fundamentos educacionais em voga no Império, nos métodos de ensino, nos livros primários, nas cartilhas, na emergente pedagogia que viajava da Europa até o Brasil, mas também significou disputas e conflitos no campo da interpretação das leis educacionais. Foi marcada pelo espírito democrático e de universalização do ensino para com as classes populares, quando ousou trazer para as acanhadas sala de aula da casa dos professores da capital e interior seus alunos, garantindo o direito à escola, trouxe os personagens como os artistas que habitavam “os inferninhos da cidade” para os bancos escolares.

A educação no contexto do final do XIX representava o vetor para o desenvolvimento da civilização e do posicionamento diante das outras nações. Era a moeda de troca, no cenário internacional. Porém para acompanhar a modismo da mundialização da cultura e da circulação de ideias. As aulas noturnas criadas fossem em Belém do Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e nas demais províncias foram órfãs da falta de planejamento para quem tanto dela precisava – justamente aqueles que haviam deixado para trás a escola por motivos diversos.

Portanto, a implantação das escolas noturnas na província do Grão-Pará foi resultado dos movimentos que procuravam adequar o país a dinâmica do mercado mundial. Para isso, iniciativas particulares de homens ligados a indústria e ao comércio passaram a criticar a situação retrograda do país, que não acompanhava o desenvolvimento do restante dos países, particularmente os europeus. A junção de esforços de particulares como o Estado abriram, no imprevisto, as aulas para inserir os adultos no mundo letrado, as transformações do sistema capitalista exigiam de qualquer jeito a presença desse público nas escolas.

⁴⁷ Escola Nocturna estabelecida na Vigia. O liberal do Pará. N.224, P.2, 02 Out. 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

Foram esses personagens anônimos que formaram a vanguarda do ensino noturno no Grão Pará. Portanto, a história da escolarização noturna partindo do presente, e se encontrando com o passado, foi a maneira encontrada por essa pesquisa para se aproximar de um cotidiano sublinhado por conquistas e negação de direitos.

As escolas noturnas referendadas em 1871 na província do Grão-Pará marcou o início para alfabetização de adultos, seguiram os legisladores locais, ocorrências dessas escolas em outras partes do território nacional, o mercado exigia a presença nos cargos públicos e particulares de sujeitos que já tivessem conhecimento das primeiras letras, quanto maior o grau de instrução aumentava a possibilidade de empregabilidade. Tal como hoje, o currículo do funcionário deve apresentar o nível de escolaridade para ocupar determinada função, cada vez mais o critério da escolarização torna-se dominante. A compreensão histórica desse processo, em sintonia com o cenário global, faz dessa pesquisa histórica seguir as veredas do entendimento de como foram articuladas no âmbito local pela câmara municipal e pelos particulares as escolas noturnas na província do Grão Pará.

3.2 – AS ESCOLAS NOTURNAS NA CIDADE DE BELÉM E NO INTERIOR.

As escolas noturnas surgidas na província do Grão-Pará são resultados de mudanças que estavam em curso em âmbito nacional e local, não por caso houve a mobilização de diversos atores e associações procurando chamar atenção para necessidade de alfabetizar os adultos que viviam excluídos do direito de estudar. Mas afinal, o que despertou a necessidade das autoridades e de homens ligados à educação em fortalecer o discurso em defesa da educação de homens que viviam trabalhando, sobretudo, em serviços braçais, na agricultura, na lavoura, no comércio, lugares onde a escolarização, praticamente não era exigida para contratação.

Para que fosse cumprida essa missão educacional foi necessário institui uma forma de organização curricular e disciplinar de alunos e professores para que o projeto ajustasse as normas civilizatórias que estavam em voga em fins do XIX. A escola tinha a função de moldar o indivíduo, já que estava a serviço de uma ideologia que defendia os ideais de “ordem e progresso”, foi pensando nessa regra padronizada de formação cidadã passiva e assimiladora da regras estabelecidas que nasceram as escolas noturnas na Província do Grão-Pará para homens livres e escravizados.

Embora criadas pelo art. 27 do regulamento da instrução pública de 1871, as aulas noturnas não possuíam quaisquer preceitos organizativos que definissem a função de cada uma

na relação de ensino-aprendizado, a priori, o governo provincial preocupou-se em referendar a existência das escolas noturnas, sem porém deixar claro como deveria ocorrer o funcionamento.

Por isso, em Março de 1873 foram estabelecidas as normas de formalização criando o ordenamento para o funcionamento das aulas para adultos considerando as instruções que regulamentavam: o horário das aulas, o currículo, os exames anuais, a função dos professores, o ponto de frequência, horário de funcionamento das aulas, os compêndios de leituras, os livros, as mudanças de localidade, entre outras.

Para tanto, O periódico Jornal do Pará (funcionava na Rua de São João, atual João Diogo, esquina da Rua de São José, atual 16 de Novembro) publicou em 1873 as seguintes regras instrutivas para as escolas noturnas por determinação do vice-presidente da província correspondendo no total de 15 artigos disciplinando a função do Estado e corpo diretivo:

O vice-presidente da província em vista o officio que lhe dirigio o director da instrucção, publica em data de 31 de Janeiro ultimo, resolve aprovar e mandar [que] sejam postas em execução nas escolas nocturnas da provincia as seguintes instrucções organizadas pelo conselho de instrucção pública em virtude do § 2º do Art. 27 do regulamento de 20 de Abril de 1871.

Instrucções

Art. 1º - As escola nocturnas funcionarão, das 7 as 9 da noite de todos os dias uteis, excepto as quintas-feiras, nas salas das escolas diurnas, que são convenientemente iluminadas por conta da provincia.

Art. 2º - O curso d'estas escolas constará das matérias prescriptas pelo art. 30 e seus §§ do regulamento citado.

Art. 3º - Serão admittidos n'estas escolas os mesmos compêndios que forem pelo conselho director designados para as escolas diurnas.

Art. 4º - Ninguem poderá ser matriculado sem ter 8 annos de idade.⁴⁸

O regulamento da instrução pública referendava, através do conselho da instrução publica a dinâmica das escolas noturnas. Assim o Art. 1º definia o horário das aulas de 19h às 21h, sendo que o funcionamento dava-se na estrutura das escolas primárias alugadas pelo governo. Porém para que as ditas aulas tivessem a razão de existir havia a necessária condição que tivessem a devida iluminação que permitisse o ambiente está propício para frequência de alunos e professores.

Nesse aspecto a iluminação das casas com sistema de canalização de gás da Companhia Paraense de Iluminação levará a luz para interior das residências, bem como serve para clarear as ruas escuras da cidade. Pode-se entender que as aulas e frequência dos alunos está associada

⁴⁸ Portaria – Jornal do Pará, N.55, P.1, 09 MAR 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

as mudanças na infraestrutura que a cidade passa a receber, garantindo, inclusive segurança para quem se destinava as aulas.

Nas “instruções” consta ainda que as aulas deveriam seguir o mesmo currículo que as aulas do curso diurno primário, ou seja, não havia diferença que especificasse o que deveria ser aprendido e ensinado pelos os alunos do curso noturno, porém uma questão chama atenção que é justamente a idade em que os alunos eram matriculados como determina o Art.4º que definia que menores de 8 anos não eram admitidos, entretanto os que tivessem comprovação que estavam com 8 anos completos tinham garantidas suas matrículas.

A sociedade paraense não distinguia exatamente aqueles que poderiam ser identificados como crianças, tão quanto possuíam uma classificação definindo o adulto. A escola noturna aceitava admissão de alunos de 8 anos em diante. A sociedade imperial, no caso a do Grão-Pará naturalizava a presença mistura de várias idades dentro do mesmo ambiente escolar, a isso se refere o Phillip Ariès ao discutir a sociedade francesa do século XVII e XVIII, no que se refere a população escolar:

(...) de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 e rapazes de 19 a 25 frequentavam as mesmas classes. Até o fim do século XVIII, não se tinha uma ideia de separa-los. Ainda no início do século XIX, separavam-se por definitivo os homens feitos os “barbudos” (...) não se considerava estranha a presença no colégio de adolescentes atrasados, e a promiscuidades de elementos da idade muito diferentes não chocavam ninguém.⁴⁹

Por isso não é de se estranhar que dentro das escolas noturnas, ao menos fosse identificada a presença de crianças entre os maiores de idade, porém no Grão-Pará, a pesquisa identificou que os alunos da escola noturna eram majoritariamente compostos por adultos, onde a presença de menores foi mapeada na escola noturna para escravos. Um exemplo desse fato é apresentado na relação de alunos matriculados na escola noturna da câmara municipal serem formados por nacionais e estrangeiros, onde na relação dos matriculados havia a correspondência indicando a profissão, em Outubro de 1871.

Nacionais	166
Portuguezes	10
Inglez	1
Total	177

⁴⁹ Ariès, Phillip. História social da criança e da família [tradução: Dora Flaksman] – Rio de Janeiro, Zahar, 1978. P.176.

Distribuição pelas seguintes classes

Carpinas e carpinteiros	35
Sapateiros	29
Alfaiates	26
Marceneiros	21
Occupações diversas	13
Funileiros	10
Ferreiros	8
Pedreiros	7
Calafates	5
Somma [parcial]	154
Transporte	[?]
Typografos	4
Empregados publicos	4
Caixeiros	5
Barbeiros	4
Pintores	2
Relojoeiro	1
Livreiro	1
Pentieiro	1
Fundidor	1
Somma [total]	177

Factos diversos. O Liberal do Pará, N.248, P.1, 01 OUT 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

A relação discriminando o officio dos alunos, mostra que a escola era procurada por quem já possuía uma profissão e precisava recorrer a escola para adquirir os meios de contato com a sociedade letrada daquele tempo. As crianças dentro do regulamento da instrução publica tinham seu lugar específicos nas escolas primárias. Essa peculiaridade caracterizará a educação para adultos na província do Grão-Pará. Na pista das instruções do regulamento das escolas noturnas

Art. 5º - A escola que durante um anno não atingir a frequência maior designada pelo § único do art 17 do regulamento será fechada, e o seu professor perderá o direito á gratificação; podendo todavia, o diretor propor a abertura d'ella em outro lugar, sendo regida pelo mesmo ou por outro professor.

Art. 6º - Quando qualquer d'estas escolas tiver uma frequência maior de 60 alumnos, em dous trimestres consecutivos, poderá ser creada outra no districto mais vizinho.

Art 7º - O professor que faltar a escola nocturna, não sendo por moléstia, perderá a gratificação destinada.

Art. 8º O professor que não preencher as duas horas de lição marcadas n'estas instrucções perderá a 3ª parte da gratificação d'este dia.

Art. 9º - Os delegados visitarão estas escolas o maior numero de vezes que puderem, ficando ellas sujeitas á sua inspecção; e cumpre-lhes exercer sobre ellas as mesmas atribuições que lhe são dadas pelo regulamento citado.⁵⁰

As escolas noturnas, segundo definia a portaria estava baseado no regulamento da instrução pública que regia o ensino público e particular na província, conforme o Art.5º mostra que abertura de escolas para adultos estava relacionada a população local, as reivindicações da comunidade e anuência das câmaras municipais que pagavam as despesas das mensalidades dos imóveis alugados, tais como: a compra dos materiais didáticos e pagamento dos professores, sendo os docentes do interior recebiam soldo menor que os professores da capital.

Art. 27. Para o ensino primário de adultos haverá uma escola nocturna em cada uma das cidades da província, e duas pelo menos na capital.

§ 1º Cada uma das da capital terá pelo o menos 20 alumnos, e das outras cidades 10. Por esse accrescimo de trabalho terão os professores publicos, que forem designados pelo Director Geral com aprovação do Presidente da Provincia, os da capital 400\$000 réis de gratificação, e os das outras cidades 200\$000[réis].⁵¹

Nas regras de abertura estava claro que os professores indicados pelas câmaras e outros formados pela escola normal tinham plena responsabilidade pela manutenção do serviço, caso, fracassassem o diretor da instrução publica tinha por direito fechar as escolas ou deslocá-la para outro povoado onde a procura fosse equivalente, permanecendo com o mesmo professor, caso a localidade fosse distante a preferência que se contratasse um professor do povoado que tivesse as habilitações reconhecida pelos moradores locais.

Enquanto no Art.6º, em caso da probabilidade de uma grande procura havia a possibilidade de multiplicar as aulas noturnas nos chamados “distritos vizinhos”, embora pensada pelos homens ilustrados da instrução pública, raramente isso aconteceu por vários motivos, entre os quais a pobreza dos moradores locais, sendo a maior parte lavradores, pescadores e coletores de produtos da floresta muitos não se interessavam pela escola, a histórica exclusão dos bancos escolares, gerava nos sujeitos adultos indiferença para instrução.

⁵⁰ Portaria – Jornal do Pará, N.55, P.1, 09 MAR 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁵¹ Regulamento da instrucção publica. Jornal do Pará, N.88, P.2, 22 ABR 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

A frequência e o ponto docente eram atentamente fiscalizados tanto pelos delegados literários encarregados de verificar o cumprimento da execução das matérias ensinadas, bem como o trabalho docente. Logo, os professores que não seguissem à risca o pressupostos disciplinares eram punidos que com dias descontados, em caso de não apresentação dos documentos que comprovassem ausência nos dias letivos.

O trabalho docente cada vez mais passava a ser vigiados pelas autoridades educacionais, demissões frequentes, perseguições políticas por simpatizarem com liberais e conservadores. De modo geral os professores sofriam com assédio dos delegados literários, geralmente homens escolhidos sem qualquer critério para inspecionar o serviço dos professores. A consequência desse fator ecoava na evasão e no fechamento das aulas noturnas.

Art. 10º – Em caso de licença, a gratificação reverterá em benefício do professor que for designado para substituir o licenciado, para estas escolas na forma do regulamento.

Art. 11º – Os professores das escola nocturnas ficão sujeitos para com estas escolas ás mesmas obrigações impostas as diurnas.

Art. 12º - Os exames d'estas escolas terão lugar em acto consecutivo aos das escola diurnas; serão presididos pelos delegados e feito pelo respectivo professor e dous examinadores designados pelo diretor geral, sendo de preferencia professores.

Art. 13º - Haverá em cada escola um livro especial para a matricula e ponto diário dos alunos.

Art. 14º - A escola será franqueada á toda pessoa que a queira visitar, uma vez que não perturbe os trabalhos: sendo absolutamente entreter o professor com conversas.

Art. 15º - São applicáveis á escola todas as disposições das escolas diurnas do regulamento de 20 de Abril de 1871, na parte que fôr relativa.⁵²

A finalização das normatizações das escolas noturnas indicam que desde início a figura dos adultos, via de regra no que se concebe ao ensino, foi tratado pelo currículo como termos semelhantes, não distinguindo as diferenças existentes entre ambos. Por isso, o ensino noturno seguia as mesmas regras das escola diurnas onde os métodos de ensino eram completamente opostos daquele tratados pelos conteúdo da matérias ensinadas para os adultos.

Para tanto as escolas dispunham de livros de anotações onde era registrado a frequência dos alunos para se ter um controle sobre a presença diária dos alunos. Estrategicamente, visava ter o controle sobre a manutenção das aulas, sobretudo garantindo a existência das aulas noturnas. Assim em caso de afastamento haveria um lente para substituir temporariamente o

⁵² Portaria – Jornal do Pará, N.55, P.1, 09 MAR 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

professor titular, os exames deveriam ser feitos ao final do ano letivo em que os alunos eram avaliados por uma banca formada pelo professor titular e por examinadores externos para verificarem o aproveitamento dos alunos.

Como resultado a portaria do governo da província direcionada a organização objetivamente das escolas noturnas, ao mesmo tempo, que propunha um norteamento para direcionamento do trabalho docente com uma fiscalização rigorosa sobre suas atividades e defendendo o cumprimento das matérias ensinadas, por outro lado, não agregava novidades já que mantinha a mesma proposta curricular do ensino primário, já que os professores eram os mesmos que trabalhavam nas escolas de primeiras letras, não havia, portanto, interesse do professor em mudar a metodologia de ensino, a diferença estava somente no público a ser atendido.

O percurso através do universo simbólico da educação democrática quando se populariza as escolas voltada para atender o homem adulto pobre, o escravo, o miserável que habitavam as planícies do Grão-Pará não levava em consideração a diferenças que havia entre crianças e adultos – a perspectiva de que todos eram iguais era naturalizada pela diretoria da instrução pública, ainda hoje, o ensino noturno carrega esse espólio sem um devido currículo para ser ensinado para os trabalhadores e jovens adultos. Assim, o discurso político da educação, eu diria que pela voz desse passado é o presente que nos ensina (BOTO, 1996, p.17)

A pobreza entranhada no interior da sociedade paraense calibrava as desigualdades e permitia que desde a infância as condições de frequência constituíam-se no maior desafio para permanecer na escola frequentando as aulas, cujo reflexo desse fator reproduzia-se em idade produtiva analfabetas. Como observou o visitador das escolas primárias, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas ao visitar, em 1873 uma escola em Cametá;

Já entreguei ao sr. Director da instrucção publica sua copia desse mappa com as competentes observações sobre a idade, frequência e adiantamento dos discípulos. Todos os alunos estavam limpos vestidos, ainda com pobreza: uns de calças e camisas de panno branco, outros de riscado; uns descalços, outros de chinelas.

Esses meninos morão nas proximidades da escola, para o qual vão de canoas remadas por eles mesmos. Os mais adiantados, dos que entraram analfabetos, leem o 2º livro de leitura, os outros o 1º livros. Não deve causar isto admiração, pois a escola abrio-se no dia 17 de Fevereiro deste anno. O professor é um moço inteligente, modesto, delicado e com a notável vocação para o ensino. São estas justamente as principaes condições para o professorato. A escola não tem mobília fornecida pelo governo. A que existe é emprestada e compõe-se de 2 mesas velhas, 4 bancos e 1 cadeira.

Eis aqui 31 meninos, que vivem a mezes na mais completa ignorância, e isto em um paiz, em que a soberania nacional reside no povo! Felismente, com a criação da escola, esses meninos, hontem semisselvagens, serão, no futuro,

cidadãos uteis á pátria habilitados para conhecerem os seus direitos e portanto apreciarem os doces frutos da liberdade. O governo nunca deve arrepender-se de facilitar ao povo os meios de educação.⁵³

A descrição feita pelo visitador escolar demonstra como funcionava as escolas primarias de primeiras letras, “uns vestidos, outros descalços” mostrando as condições de pobreza dos filhos dos lavradores e pescadores, as “mobílias são emprestadas” que eram usadas pelo professor e pelos alunos e como pensar no “futuro cidadãos uteis à pátria”, já que estavam durante muitos meses em “completa ignorância” e por fim completa o inspetor escolar “o governo deve facilitar ao povo os meios de educação”.

Acontece que o estrutura escravocrata e latifundiária da província não interessava formar cidadão plenos de direitos. Portanto a descrição de Dr. Freitas caracteriza o retrato continuo das escolas primárias que são o embrião para o nascimento das escola noturnas, porque se todos tivessem sido alfabetizados na idade certa, não haveria necessidade da existência das aulas para adultos. Isso confirma a necessidade da portaria de 1873 que buscava em tese corrigir uma falta de organização, repasse de verbas e acompanhamento dos métodos de ensino nas escola noturnas.

3.2 - ENDEREÇO DAS ESCOLAS NOTURNAS

Objetivamente, aulas noturnas foram experiências colocadas em práticas que dela participaram diversos sujeitos de políticos a normalistas todos entusiasmaram-se em abrir suas escolas para adultos que funcionaram na capital e interiores da província, o mote desse tópico é procurar analisar como as escolas foram ganhando espaço e se multiplicando pela geografia do território paraense. Não havia restrição para abri-las, bastava autorização do diretor da instrução pública, um professor habilitado, uma casa particular ou imóvel alugado tal fim.

A primeira oficialmente aberta foi na câmara Municipal de Belém que recebeu seus primeiros alunos

Camara Municipal – Na sessão de sábado; 02 do corrente, a câmara municipal desta capital resolveo, por proposta dos srs. Vereadores padre Felix Vicente e João Diogo, que se estabelecesse na mesma municipalidade uma escola nocturna na qual se ensine a ler, escrever, contar, grammatica portugueza, noções de geographia e historia do Imperio, oferecendo-se os mesmos dois srs. vereadores para leccionarem as referidas matérias. Louvemos a idéa.⁵⁴

⁵³ Negocios em Cametá. Jornal do Pará, N.92, P.2, 25 ABR 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁵⁴ Factos diversos. O Liberal do Pará, N.197, P.1, 05 SET 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

A escola noturna municipal nasceu a partir de uma proposta votada pelos vereadores da câmara, instalada no centro histórico do bairro conhecido como Cidade Velha, não foi aleatoriamente fundada, seus percussores Padre Félix Vicente de Leão e João Diogo Clemente Malcher⁵⁵ eram professores da escola particular Santa Maria de Belém, assim tinham experiência no ramo da instrução primária.

Mas, a criação das aulas noturnas, ao mesmo tempo que pode ser vista como iniciativa para alfabetizar os alunos adultos, por outro lado, deve ser entendida como fator de propaganda política, já que seus percussores ocupavam cargos políticos, no período eleitoral a escola poderia servir como discurso de convencimento para conquistar votos dos eleitores masculinos. A respeito disso o político Samuel MacDowell ressalta as manipulações feitas para uso eleitoral da escola noturna câmara municipal

E parece que não erramos no juízo enunciado. A Comissão Central, com quem unicamente temo a obrigação de justar contas na qualidade de súditos *infinitesimos* e reverendíssimos de sua SUPREMA autoridade, nas *proximidades da eleição do do anno próximo passado* fez com que se creasse na câmara municipal desta capital uma escola nocturna para adultos, particularmente em beneficio da classe dos operários, assim como se creou uma outra também nocturna que funcionava no collegio Santa Maria de Belem, ensinando-se em ambas ellas, além da língua nacional e rudimentos de arithmetica e de doutrina religiosa, a *Constituição Política do Imperio*, explicada em linguagem accommodada a todas as intelligencias. Feliz e fecundíssima idéa, cuja duração foi rápida, como a de um metoro fugaz,

⁵⁵ **João Diogo Clemente Malcher** (1818-1892)– “Lista de eleitores – A Constituição, N. 94, P. 2, 28 ABR 1876) – 460 – João Diogo Clemente Malcher, 59 annos, viúvo, empregado publico, filho de Felix Vicente Macher, Domicilio a rua do Espirito Santo, 15, renda conhecida 2:400\$” - Pai de João Augusto Ribeiro Malcher (funcionário da câmara municipal – A Regeneração, N.91, P.3, 12 MAR 1874), Pai de Theodoro de Miranda de Ribeiro, “Foi estudar na Academia de Medicina, Rio de Janeiro”. A Constituição, N.45, P.2, 26 FEV 1877) teve uma filha chamada Raymunda de Miranda Ribeiro Malcher,- A Boa Nova, N.59, P.2, 01 AGO 1877); Vereador, Deputado, Delegado de Polícia, Professor de Retórica do Lyceu, Professor de Grammatica Phyllosophica no Collegio de Santa Luzia, na r. de São João, Professor particular em sua casa, Examinador escolar, presidente da Câmara Municipal, Tenente-Coronel da Guarda Nacional, negociante de escravos, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, senhor de escravo (“escrava Zeferina”. A Ephoca, N.142, P.2, 30 JUN 1859); (“Thereza. A Constituição, N.4, P.4, 5 JAN 1877); (Escrava Gregoria. Diario de Belem, N. 227, P.3, 4 OUT 1877), falecido em 20 de Abril de 1891, conforme nota publicada no periódico O Democrata de 1892 “A família do finado tenente-coronel João Diogo Clemente Malcher, convida aos parentes e amigos do mesmo para assistirem a missa com libera-mé [liberta me] a qual terá lugar na capella do Cemitério de N.S. da Soledade no dia 20 do corrente pelas 7 horas da manhã, primeiro anniversario do seu falecimento. Pará 16 de Abril de 1892. Inedictoriaes. Convite. O Democrata, N.84, P.2, 17 ABR 1892), Antes, porém em 1891 teve destaque a seguinte nota: “Tenente-Coronel João Diogo - A jazigo eterno foram levados ante-hontem aos despejos finais do tenente-coronel João Diogo Clemente Malcher, chefe de antiga e numerosa família. Há muito que o finado João Diogo vivia inconsciente do que se passava em torno de si, devido a enfermidade que despaupeou-lhe o organismo e enfraquecendo-lhe o cérebro. Fôra um cidadão prestante e respeitável; exerceu o cargo de professor de rethorica no Lyceu Paraense, foi presidente da câmara de Belém e desempenhou outras funções em virtude do sufrágio de seus concidadãos. Ao nosso particular amigo e confrade de imprensa João Augusto Ribeiro Malcher enviamos as mais afetuosas e sentidas condolências pela perda de seu amado progenitor.” (Eccos de Ante-hontem. A Província do Pará, N.4445, P.2, 23 ABR 1891). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

porque não era tudo isso outra cousa mais, do que uma phantasmagoria para produzir efeitos eleitoraes. Passou a época, tudo desapareceu, como por encanto. (...) Não iludam o povo de uma nobre para aproveitar-se de uma popularidade vã para aproveitar-se aquelles que tem a nobre missão de dirigil-o, digam com franqueza, que ainda esta muito atrasado, instruem-o, acostume-no as reuniões populares, não para eles concorrerem como que vai a um concerto, apreciar a voz que lhe agrada melhor o ouvido, mas como quem vai a uma aprendizagem, á uma escola⁵⁶

Entretanto chegar aos interiores colocava-se como objetivo para atingir seus fins, o articulista de o Liberal do Pará não escondia seu entusiasmo “Oxalá que as câmaras do interior da província, compenetrando-se da magnanimidade d’este patriótico e filantrópico serviço, procurem imitar a da capital.”⁵⁷. Dessa forma, a educação para adultos passa ser vista como projeto de “filantropia” para disciplinar homens ignorantes para não declinarem na marginalidade. Os ideias civilizatórios em voga procuravam emoldurar os costumes socioculturais, a escola não estava escusa desse processo.

Escola Nocturna - Em novo horizonte abrio ao Pará a nossa patriótica câmara municipal, creando e instalando no anno ultimo[1871] a primeira escola nocturna da província. Tão nobre e generosa ideias, sendo acolhida pela nossa população com os amis sinc podia deixar de encontrar aplausos, não podia deixar de encontrar quem de prompto a imitasse. Foi assim que logo após a instalação dessa primeira escola popular vimos apparecerem na capital mais duas escolas nocturnas costeadas e dirigidas por amigos nossos, sendo uma d’essas á educação de alunos escravos. Pouco depois a **Loja Maçonica Harmonia** abrio também uma escola que já conta mais de 50 alumnos. Não ficou circumscripto á capital e grande movimento iniciado por aquella distincta corporação. Nas cidades da **Vigia** e **Macapá** abrindo-se também escolas nocturnas para o povo, agora acaba, de ser installada na freguesia do **Acará** uma outra a esforços do respectivo professor publica, e sr. Antonio Roiz de Lima, que também , se encarregou de dirigil-a. No dia da abertura matricularão-se n’esta escola 17 alumnos, Em nome dos habitantes da província e dos mais vtaes interesses de nossa chara patria agradecemos com a mais sincera efusão de reconhecimento o nobre e louvável cometimento desses apóstolos do progresso, que assim procurarão prestar aos paiz tão assignalado serviço; e fazemos votos para que tão belos exemplos continuem a ser imitados, a fim de poder a instrucção primaria derramar-se por todos os pontos da província como reclamão o nosso estado de atraso, e os interesses geraes da população.⁵⁸ [grifo meu]

⁵⁶ A Regeneração. A Regeneração, N.5, P.1, 15 MAR 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁵⁷ Variedades. O Liberal do Pará, N.206, P.2, 17 SET 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁵⁸ Factos Diversos. O Liberal do Pará. N.44, P.1, 27 FEV 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

Dessa maneira tendo como centro de gravidade a capital, houve um sequência de outras escolas que foram nascendo espontaneamente fora da cidade Belém, isso mostrava que havia uma procura por esse tipo de escolarização, sendo as principais a da câmara municipal, da sociedade propagadora da instrução pública e da Maçonaria. No interior as da Vigia, Macapá e Acará, foram a vanguarda desse processo, seguiram os passos da capital “a instrução primaria derramar-se por todos os pontos da província como reclamão o nosso estado de atraso, e os interesses geraes da população”

A escola noturna colocada em prática estava a serviço da superação do atraso educacional dos adultos, recuperar o tempo perdido, dando-lhes a instrução necessária representava uma avanço no sentido de fortalecimento do patriotismo. Á medida que a experiência ia tornando-se conhecida outras escolas iam sendo abertas na província.

Por motivos imperosos não pôde instalar-se no dia 24 do mez p. passado a escola particular nocturna para meninos e adultos, o que teve lugar na manhã do dia 1º corrente no paço da câmara municipal. A sala estava mobiliada com a maior elegância, e uma banda de musica dirigida pelo sr. Raiol tocava na sala imediata escolhidas peças. O acto foi presidido pelo sr. Delegado litterario, que proferiu um resumido, mas substancial discurso, mostrando as vantagens e utilidade da instrução publica, pediu depois aos directores da escola, que apresentassem as bases do ensino e direcção da mesma. Essas bases são os artigos regulamentares que inclusos remeto a v.s.,(1) e que li na ocasião. (...)Os Estados Unidos são, para assim dizer , a pátria da liberdade; mas qual não é o grão de illustração d’este povo? Já disse em alguma parte a nação norte americana é a mais illustrada do mundo; por isso também não admira que seja a mais livre de todas. Dai a instrucção ao povo, diz o sr. Mendes Leal, e consolidareis a liberdade.(....)⁵⁹

A escola noturna particular fundada, em Vigia no mês de Outubro de 1871 pelos professores Vilhena Alves e Araújo Nunes são indicativos de que aos poucos a ideia de ensinar adultos ia corporificando-se pela província, mas criação dessas escolas não se fazia aleatoriamente, seguia um rito, cuja sociedade precisava ser convidada para participar do ato, conforme o lugar em que iam sendo estabelecidas, a presença dos munícipes na abertura dos serviços representava despertar a todos a importância da instituição.

Por isso, as “bandas musicais”, os discursos, as condições de funcionamento “cadeiras e mesas”, “o paço municipal”, “peças teatrais”, ou seja, as condições necessárias que permitissem o convencimento de todos no interior na escola, sobretudo, obedecer as regras do regulamento da instrução pública. A disciplina no cumprimento dos artigos da lei educacional.

⁵⁹ Factos Diversos. O liberal do Pará, N.224, P.1, 08 OUT 1871. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Porém, a liberdade da alma, afligida pela ignorância devia ser refutada pelo estudo, pela formação ainda que tardia na escola, outras nações consideradas civilizadas passavam a ser a referência naquele contexto de transformações: os “Estados Unidos” lidos pelos intelectuais daquele tempo servia de parâmetro para conquista da liberdade. A escola primária e noturna criada na Vigia propunha-se trabalhar os fundamentos que permitissem seus alunos compreenderem os valores que constituíam as bases do direito dos cidadãos na sociedade.

Em Outubro 1872, a Sociedade Propagadora da Instrução Pública tendo à frente como presidente Joaquim Pedro Corrêa de Freitas⁶⁰ (Dr. Freitas), Antônio Gonçalves Nunes (Barão de Igarapé-Miri), Manoel Roque Jorge Ribeiro e Guilherme Francisco Cruz encampavam seus objetivos procurando difundir na sociedade a importância da escola na transformação social, sem a qual estariam, os homens condenados a ignorância.



Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas. Fonte: CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Paraenses Illustres. Paris: Jablonski: Vogt, 1896, 141. P.122

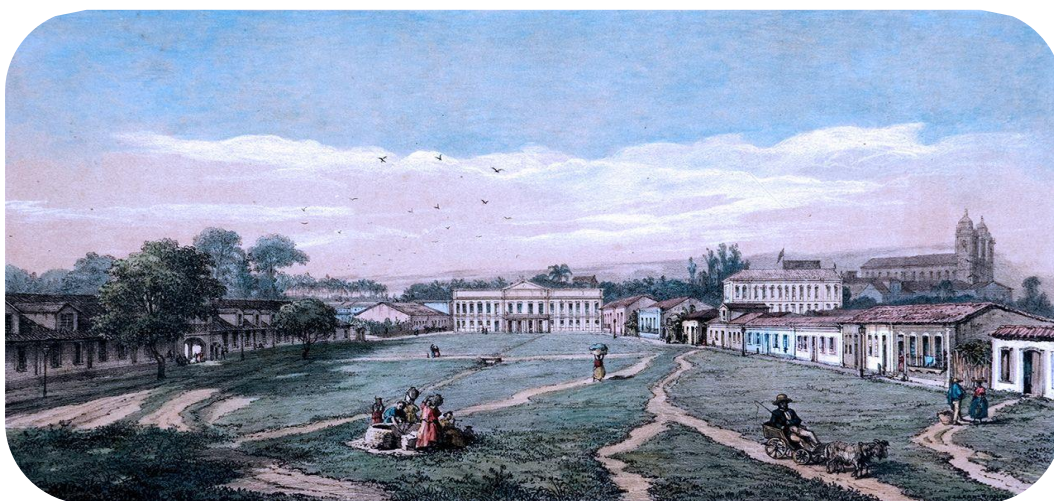
Animados pela ideia das escolas noturnas, essa agremiação pedagógica com vínculo de alguns de seus membros pertencentes ao partido conservador, vai abrir suas aulas defendendo o fim das casas alugadas, a construção de prédios próprios para as escolas, a “higiene e a educação física” e as escolas noturnas. Em requerimento de 13 de Outubro direcionado a Assembleia provincial, no teor do conteúdo constava:

A diretoria província da Associação Promotora da Instrução Pública abaixo assignada, desejando, quantos antes, dar começo aos seus trabalhos literários, creando cursos nocturnos do ensino primário em diversos pontos da capital;

⁶⁰ Nasceu em Cametá a 17 de Agosto de 1829, morreu a 12 de Abril de 1888. Estudou em vários países da Europa. Formou em Medicina, foi um dos homens que mais se interessou pela instrução pública. No Pará foi emérito professor e Secretário da Instrução. Eleito Deputado provincial propugnado pelas causas populares. Compôs um Compêndio de Geografia e História do Brasil: um paleógrafo e vários livros de leitura. Foi propagandista da abolição e concorria com seu próprio dinheiro para a instrução de pessoas pobres. Recusou vários títulos nobiliárquicos. (Síntese disponível no Catálogo de Obras Raras da Biblioteca Pública “Arthur Vianna”, P.52.) - <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

há empregado todos os meios possíveis para obter casas apropriadas para tal fim; infelizmente não as tem encontrado; apenas recebo promessas de algumas com as condições hygienicas. (...) Todas as nações civilizadas, que considerão a instrucção publica a base principal do seu engrandecimento e da felicidade dos povos, têm reconhecido a necessidade de construir edifícios escolares nas condições exigidas pela sciencia, e n'elles tem gasto avultadas sommas. Sabeis, srs, como são construídas as casas da capital, o preço á que têm chegado os seus alugueis, sobretudo d'aquellas que têm as proporções convenientes oferecerem salões, onde possam funcionar escolas frequentadas por numero superior á 50 alumnos.⁶¹

No documento encaminhado a câmara, Dr. Freitas reivindicava as condições necessárias definidas pela “sciencia moderna” como padrão para construção de escolas: arejadas, higiênicas e com áreas amplas. Embora segundo, consta, ter procurado pela cidade casas que oferecessem os devidos espaços e condições higiênicas não as tinha encontrado. Por isso, a escola noturna pretendida pela Associação, por hora, havia ficado na “promessa” dos legisladores da câmara municipal.



Fonte: J.L Righini, 1867. Largo do Quartel, Atual Praça da Bandeira, 1867.

Acontecia que o elevado preço dos alugueis das casas no centro da cidade de Belém acabavam inviabilizando a locação, um problema, já que o governo não tinha recursos suficientes para investir na construção de estabelecimentos próprios destinados as escolas. Na imagem acima, aspectos do cotidiano filtrado pela litogravura do italiano Joseph Léon Righini, mostram aglomerados de casas coladas umas as outras.

⁶¹ Associação Promotora da Instrução Publica. Jornal do Pará, N.232, P.1, 18 OUT 1871. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Dessa forma, as residências com “salões” amplos para 50 alunos e quintais grandes eram poucas, além do mais o valor elevado do aluguel favorecia a especulação imobiliária, dificultando, conforme Dr. Freitas a instalação das aulas noturnas pela Associação Promotora da Instrução Pública.

Entretanto, em Outubro de 1871 a Associação Promotora da Instrução Popular trazia a seguinte nota publicada nas páginas do Almanaque Paraense, um revista onde constava a relação anual que servia de guia para compra de produtos e uso de serviços na província, sobretudo, no comércio de Belém, entre as propagandas destaca-se:

AULA NOCTURNA PARA ADULTOS LIVRES DA SOCIEDADE PROPAGADORA DA INSTRUÇÃO POPULAR.

Funciona no collegio de N.S. de Belém das 7 ás 9 horas. Installada em 2 de Outubro de 1871.

Professores

Leitura e escripta – Augusto N. d’Assis Maciel.

Arithmetica – Henrique Cordeiro.⁶²

Grammatica Portugueza – Fabriciano Alves de Menezes.

Geographia – Camilo Henrique Salgado.

História – Dr. Americo Marques Santa Rosa.

Explicações da constituição politica do Imperio – Dr. Joaquim José de Assis.⁶³

O corpo docente composto de professores renomados como Camilo Salgado, Américo Santa Rosa e Dr. Assis, cujas cátedras ligadas a Escola Normal e ao Lyceu Paraense, mostram que se pretendia atrair o público adulto para estudar a noite, a localização no centro comercial do colégio, horário organizado de funcionamento, as instalações da escola particular, principalmente, o que se pretendia ensinar: Leitura, Aritmética, Gramática, Geografia, História e Constituição do Império.

Obviamente, a distribuição das matérias do currículo escolar seguia uma ordem definida no regulamento da instrução pública, embora algumas escolas procurassem acrescentar novos conteúdos, mas na prática, o padrão definido para ser cumprido pelos professores nas escolas primárias tinha que acompanhar a organização estabelecida pelo Estado. Assim:

Art.30. O ensino primário nas escolas publicas deve compreender:

Ensino Primario, Instrucção moral e religiosa, Leitura e escripta, Noções praticas de grammatica de língua portugueza, os princípios elementares de

⁶² Henrique João Cordeiro, professor e 1º secretário da Associação Filantrópica para Libertação de Escravos, Advogado, Membro da Maçonaria, (Aug.: e Resp.: Loj.: Cap.: Har.:), residente a Est. De S. Jenonymo.

⁶³ Almanak, Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Provincia do Pará, 1873, p.103-104, 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

arithmeticas e suas operações fundamentaes em números interiros e fraccionários. Noções praticas do systema métrico.⁶⁴

A compreensão das matérias ensinadas de que faziam menção aos elementos de leitura e escrita, com domínio das operações básicas era o que se esperava que os alunos aprendessem. Como o currículo do ensino primário era o mesmo que deveria ser trabalhado nas escolas noturnas. Em tese, a presunção de frequência maior por serem matérias “fáceis” em que os adultos aprendessem com maior rapidez incentivava a câmara municipal aumentar o número de alunos.

Porém, uma situação particular ligada a vida, a rotina dos alunos trabalhadores logo se fez apresentar: a inconstância da frequência nas aulas do professor Raymundo Dias Ferreira

Portugal que lecionava na escola noturna da câmara municipal, registrada pelo oficial maior da câmara Antônio Dias Guerreiro Junior. Apenas 21,4% dos alunos regularmente matriculados não possuíam nenhuma falta caso de: Antonio Nascimento do Amaral, Bertino Antonio, João Ferreira dos Anjos, Julio Antonio de Miranda, Manoel Nazareth Ferreira e Pedro José Ferreira.

Os demais, conforme a disposição do gráfico entre número de alunos e a quantitativo de faltas, ou seja, 78,6% dos alunos do professor Portugal possuíam uma e outros acima de uma falta. O mapeamento da frequência dos alunos era obrigatória pelo responsável das aulas semanais e mensalmente publicada no periódico Jornal do Pará. Entretanto, o que levava os alunos a terem baixa assiduidade nas aulas, podem ser nomeados vários fatores que contribuíam para evasão, entre os quais: rotina de trabalho, disciplina de frequência, cansaço entre outros, contribuíam para que os discentes não tivessem interesse pelos conteúdos trabalhado pelo professor.

Importante destacar que na relação de alunos que participavam das aulas na Rua do Norte, onde funciona a câmara municipal que entre os matriculados poderia haver menores, quicá adolescentes, já que na escola noturna não havia restrição para matrícula de alunos livres.

Por isso, os alunos eram matriculados conforme o nível que se encontravam alfabetizados, resultado, a classificação em “1ª Classe” eram aqueles que não sabiam ler e escrever; “2ª Classe” eram aqueles que estavam desenvolvendo as primeiras habilidades de

⁶⁴ Regulamento da Instrução Publica. Jornal do Pará, N.88, P.2, 22 ABR 1871. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

leituras e cálculos e os de “3ª Classe” que já sabiam plenamente escrever e desenvolviam cálculos aritméticos.

NOME	CLASSE	FALTAS
Antonio dos Santos de Jesus	1ª	21
Antonio Nascimento do Amaral	1ª	Nenhuma
Bertino Antonio	1ª	Nenhuma
Eduardo Lourenço Maia	1ª	9
Jeronimo José Nunes	1ª	2
João Ferreira dos Anjos	3ª	Nenhuma
João Magalhaes Bastos	1ª	19
Joaquim Antonio	2ª	3
Joaquim da Rocha Lima	2ª	4
Joaquim Junior	1ª	4
Joaquim Rineiro do Amaral	2ª	17
José Braz da Silva	3ª	8
José Pataleão Soeiro	2ª	1
Julio Antonio de Miranda	1ª	Nenhuma
Madoel Julião Borralho	1ª	2
Manoel Bernardino da Silva e Cruz	2ª	1
Manoel Nazareth Bastos	1ª	11
Manoel Nazareth Ferreira	1ª	Nenhuma
Manoel Pedro de Araujo	2ª	19
Nicoláo Tolentino dos Santos Lopes	3ª	9
Pedro Borges	1ª	3
Pedro José Ferreira	1ª	Nenhuma
Pedro Nolasco Pastana	2ª	22
Quintino Gonçalves Cavaleiro	3ª	12
Raymundo Antonio	2ª	6
Raymundo Antonio da Vera Cruz	1ª	19
Raymundo da Silva e Cruz	1ª	12
Victor Joaquim Rôla	1ª	20

Fonte: Câmara Municipal. Jornal do Pará, N.211, P.3, 17 SET 1875. <https://memoria.bn.gov.br>

Em Janeiro de 1876, O jornal A Constituição em seu caderno de comerciais apresenta a seguinte manchete:

Declara-se para conhecimento dos srs. paes, mestres, tutores de meninos, ou, aos próprios interessados, que, desde já se acha aberta, a matricula dos alunos da escola nocturna fundada pela câmara municipal de Belém, e que ella funcçãoará do dia 10 do corrente mez em diante, ás horas e no lugar do costume. As matérias do ensino consitem em Leitura, Calligrafia, Arithmetica, Pratica, Chorographia, Systema Métrico Decimal e Doutrina Cristã. São admittidos á matricula os alumnos de qualquer idade e nacionalidade, excepto os menores de 7 annos, os que soffrem moléstia incuráveis e os de conducta irregular.⁶⁵

⁶⁵ Escola Nocturna Municipal. A Constituição, N. 5, P.1, 08 JAN 1876. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

A escola da câmara municipal chamava atenção de leitores para abertura das aulas naquele dia 10, segunda-feira de 1876. O currículo da escola ao longo do tempo foi sofrendo modificações para se adaptar à realidade - “Leitura, Calligrafia, Arithmetica Pratica, Chorographia, Systema Métrico Decimal e Doutrina Cristã”. As mudanças certamente visavam acompanhar melhor o aprendizado dos alunos.

A escola fazia restrição somente para matricula de menores de 7 anos, de pessoas com ficha criminais, condutas imorais e irregulares: malandros, vadios, trapaceiros, apostadores, - a horda da sociedade. Assim também como para aqueles que não tivessem sido vacinados e portadores de moléstias transmissíveis como tuberculose, cólera, varíola, e outros tipos de doenças contagiosas. No mais estava liberada para estrangeiros que poderiam frequentá-la livremente e todos os que tivessem acima de 8 anos em diante.

Entretanto, ainda em 1876 alguns estudantes da Escola Normal irão abrir sua escola noturna, no centro de Belém, a escolha geralmente estava relacionada a proximidade das casas e da vida dos trabalhadores, o centro histórico de Belém concentrava a maioria da população que trabalhava em diversas atividades econômicas.

Na secção competente publicamos o annuncio que nos remeteu o sr. Epaminondas Doce, que com outros seus collegas normalistas do 1º anno resolveu abrir uma escola nocturna para adultos. Aquelles que se dedicam á uma causa tão nobre sempre credores de applausos; applaudimos, pois, o empenho desse moços em levar a instrucção áquelles de nossos concidadãos que em sua infância não puderam recebel-a. Para esse novo fóco de luz chamamos atenção que seus instituidores vejam [sejam] coroados os seus esforços.⁶⁶

Os normalistas, através do jovem professor Epaminondas Doce seguiu o caminho da obra iniciada na câmara municipal, o articulista reconhecia o esforço dos iniciantes professores que estavam cursando o 1º ano do magistério. A escola noturna que ainda seria aberta trazia entre seus objetivos cuidar da alfabetização dos homens que não tiveram a oportunidade de estudar na idade na idade certa. A vanguarda desse processo, juntamente com os professores normalistas visavam ensinar os homens o caminho da civilização para afastá-los da criminalidade.

⁶⁶ A Escola Nocturna. A Constituição, N.196, P.1, 31 AGO 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

Sendo assim, em Setembro de 1876 os jovens professores inauguram sua escola noturna, anunciada nas páginas de A Constituição. Dessa forma, nascia mais uma escola para instrução de adultos na cidade.

Alguns normalistas do 1º ano compenetrando-se da necessidade de todas as classes da sociedade, que por sua circumstancias não poderam aprender infância, resolveram abrir uma [escola noturna] que funcionará todos os dias uteis das 7 ás 9 da noite, e na qual se há de leccionar todas as matérias ao ensino primário, assim como aplicação de grammatica portuguesa e arithimehica até proporções, todo por uma insignificante contribuição. Acha-se aberta a matricula na casa da escola, á rua do Rosario entre da Trindade e travessa das Mercês (nos baixos do sobrado do sr Costa); podendo os pretendentes informar-se na taberna do canto. Chama-se a atenção do publico, e com especialidade a dos artistas.⁶⁷

A escola noturna dos normalista funcionou na Rua do Rosário (atual Aristides Lobo), improvisada embaixo de um sobrado, casa tipicamente característica da cidade naquele tempo, os alunos que desejassem aprender teriam que pagar uma quantia em dinheiro para serem matriculados, as matérias eram mesmas ensinadas nas outras escolas noturnas. Porém cada classe recebia uma instrução diferenciada de acordo como se apresentava para os estudos, ou seja, se sabia ler, escrever e contar ou não, o aluno era enquadrado de acordo, portanto, com suas habilidades e competências.

Assim sendo: “Para scientificar a todos os que desejarem frequentar esta escola, resolveram os professores organizar a seguinte tabela das matérias que constituem o curso da mesma, que dividiram em trez classes”⁶⁸

1ª CLASSE – 3\$000
1º Ensino de leitura (1º livro pelo dr. Abilio ou dr. Freitas)
2º Instrucção religioso
3º Escripta (primeiros rudimentos)
2ª CLASSE 3\$000
1º Leitura (2º e 3º livros dr. Abilio)
2º Escripta (bastardo e bastardinho)
3º Religião (Historia Biblica)
4º Noções de grammatica elementar
5º Principios elementares d’arithmethica

⁶⁷ Escola nocturna para adultos. A Constituição, N.206, P.3, 14 SET 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

⁶⁸ Anuncios. Escola Nocturna para Adultos. A Constituição, N., 210, P.3, 19 SET 1876. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

6º Paleographo (dr. Freitas)
3ª CLASSE 5\$000
1º Leitura (Constituição política do Imperio)
2º Grammatica (Analyse)
3º Noções de geografia (pelo dr. Freitas)
4º Noções praticas do systema métrico.
5º Calligraphia
6º Noções de musica
Das 7 ás 9 da noite

Numa casa alugada, resolverem portanto os jovens professores da Escola Normal abrir uma escola noturna, no primeiro ano estavam inscritos apenas os alunos que não possuíam habilidade de leitura e escrita. Por isso, o ensino seguia uma metodologia que buscava aproximar os estudantes da leitura e envolvê-los no processo de aprendizado básico, em que a identificação das letras do alfabeto e contorno das grafias observadas tornavam-se o escopo da “1ª classe”.

A respeito disso um romance publicado em uma revista pedagógica no Rio de Janeiro, em 1873, por Rosely de Lourges, abria o debate explicando os fundamentos do método individual, segundo o qual comprometia o tempo e o aprendizado dos alunos. Enquanto, no método simultâneo, o professor e os alunos conseguiam obter mais resultados no desenvolvimento das aulas:

O ensino simultâneo funda-se na classificação exacta das capacidades; e d’essa exacta classificação é que os bons resultados dependem. Divide-se os discípulos em classes, segundo o seu graó de saber; a lição que o mestre toma a um deles. É seguida por todos (...) os decuriões são escolhidos de entre os melhores discípulos; dão lição ao mestre, e transmitem-na aos condiscípulos (...)⁶⁹

Não à toa que os normalista aplicaram na sua escola noturna o método de ensino simultâneo, onde os resultados poderiam ser alcançados com maior proficiência, visto que na própria classe os alunos com maior destaque nas lições poderiam ajudar aqueles que ainda encontravam dificuldades para compreender o conteúdo. Por isso, “os decuriões” passavam a

⁶⁹ O Mestre-Escola – Romance Religioso de Rosely de Lourges – Capitulo V – As Crianças (Metodo de Ensino). A Instrução Publica. Hebdomadaria – Dirigida por J.C.de Alambary Luz, Anno II, n. 31 - 03 DE Ago 1873. P.263. - <https://memoria.bn.gov.br/>

ter um papel fundamental no auxílio ao mestre-escola, comprometendo-se a ensinar seus companheiros de classe.

Na “2ª Classe”, os professores procuravam ensinar seus discípulos em seis níveis de conteúdos diferenciados, já observava o avanço nas lições, os métodos de leitura gramaticais que estavam em voga no final do século XIX e a própria circulação de materiais didáticos destinados às escolas como por exemplo, a gramática de Dr. Freitas e Dr Abílio⁷⁰ (Barão de Macaúbas) passavam a ser utilizadas como referências pelos professores nas escolas primárias e noturnas do Grão Pará.

História bíblica, caligrafia, tipo de escrita de letras (bastardo e bastardinho), paleografo, e princípios de aritmética formavam os objetos de ensino dos professores para ensino dos estudantes noturnos. Na “2ª Classe” estava definido o que se esperava dos alunos, ou seja, um breve domínio das noções básicas para formação do leitor. Enquanto na “3ª Classe” os estudantes mais avançados na leitura e em aritmética recebiam preleções de música, legislação imperial, caligrafia, análise gramaticais. Além de pagarem 5\$000 réis, ou seja, um preço diferenciado em relação aos alunos da “1ª Classe e 2ª Classe”.

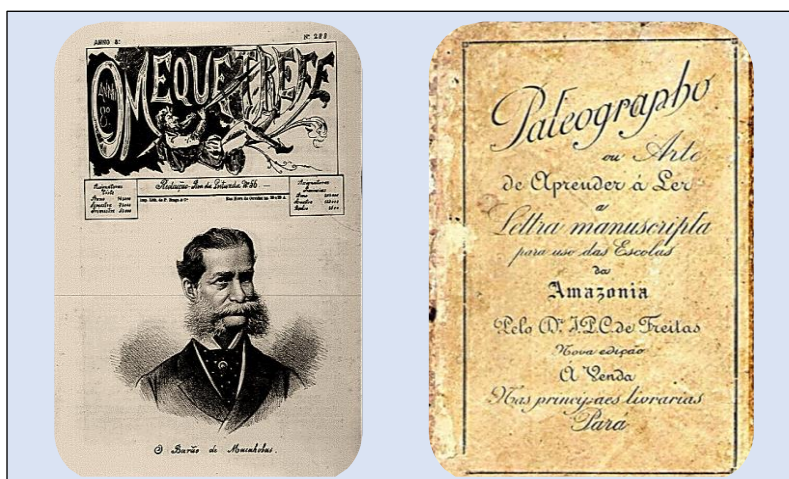
Porém, os métodos de leitura usados para adultos seguiam as mesmas diretrizes que eram orientadas para as escolas primárias da província. Ainda em 1874, chegaram, através de doação de Abílio Cezar Borges um número significativo de livros e cartilhas para serem utilizados pelos mestres-escolas conforme é identificada em notícia do mês de Abril:

- Ao director geral interino da instrucção. – Pelo dr Abilio Cezar Borges, foram oferecidos á presidência para uso das escolas nocturnas para adultos, creadas n’esta província, cem[100] exemplares de cada um dos 2º e 3º livros de leitura, 200 da grammatica elementar da língua franceza, 400 do 1º livro de leitura e 500 da grammatica portugueza, os quaes a este acompanhão, e lhe remeto para que se sirva fazer a competente distribuição pelas refereridas escolas.⁷¹

⁷⁰ Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, político do Partido Conservador, nasceu na cidade de Rio de Contas, em 1824, fez faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, e foi professor e diretor do Ginásio da Bahia entre 1858 a 1871, além de ter sido presidente da Câmara Municipal de Barra, onde fundou e dirigiu o colégio Ateneu Barrense. Assim como Martins, Borges também foi Comendador da Ordem de Cristo, diretor de escolas particulares, inventor de aparelhos de uso didático e autor de livros para aulas escolares, inclusive, alguns usados nas escolas noturnas baianas. Na década de 1850, ele foi um dos fundadores da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, escreveu artigos para o jornal O Abolicionista, e teria sido um dos primeiros a defender abertamente a causa da emancipação escrava. Ele teria atuado ainda junto à Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, associação da qual também teria sido sócio fundador. Sobre a função educativa desse senhor de escravos da Bahia Cf. SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. P. 25

⁷¹ Expediente do Governo. Jornal do Pará, N.84, P.1, 16 ABR 1874. Disponível: <https://memoria.bn.gov.br>

Portanto durante o governo do presidente da província João Pedro de Azevedo o educador Abílio Borges, Barão de Macaúbas, destinou as escolas noturnas do Pará um volume significativo de exemplares para serem doados e utilizados pelos professores nas aulas noturnas sendo livros de língua nacional e estrangeira, aliás a língua francesa que não estava no currículo dos adultos, conforme a doação dos livros passaria, quiçá a fazer parte do ensino, trabalhando a versatilidade da introdução da fonética francesa no aprendizado dos alunos.



Imagem⁷²

Imagem⁷³

Em Julho 1877, o Barão de Macaúbas faria outra doação a província só que em números maiores para que sua obra fosse expandida dentro do território paraense.

Pelo Dr. Abílio Cezar Borges foram oferecidas e remetidas ao governo da província 1000 exemplares de novo compendio da grammatica da língua portugueza, escrita pelo illustre preceptor da mocidade brasileira, com fim de servir de norma, no meio de tantos compêndios existentes, cada qual com mais diferente, sinão defeituoso, quer no que respeita á exposição e arranjo das matérias, quer acerca da doutrina. Além do serviço que s.s. presta ás escolas da nossa província com a oferta generosa que acaba de fazer, presta um outro quiçá de maior alcance ainda, qual o resultado beneficio que deve produzir o seu livro destinado a estabelecer um norma regular para o ensino de grammatica da nossa língua.⁷⁴

⁷² O Mequetrefe(RJ), N.288, P.1, 10 Out. 1882. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

⁷³ FREITAS. Joaquim Pedro Corrêa de. Paleographo ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita: para uso das escolas da Amazônia. Paris: Jablonski [1971?]. 111p. il. <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

⁷⁴ Noticiario. O Liberal do Pará, N.84, p.1, 16 JUL 1877. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

O articulista demonstrando apreço pela obra doada as escolas primárias, incluía-se as escolas noturnas, fraqueava espírito de otimismo pela quantidade oferecida de 1000 exemplares, entretanto ressaltava que a gramática de Abílio Cezar Borges não se comparavam aos compêndios que circulavam para uso de ensino dos professores, pois era escrita por um conhecedor das normas lexicais da língua portuguesa, portanto, corrigiria os desvios conservados nos livros destinados as escolas públicas da província.

Com isso o trabalho do Barão de Macaúbas passava a ser referências para todos os níveis de ensino primário. Mas, se engana quem acha que no jogo de métodos de ensino Macaúbas levava vantagem sobre os demais compêndios, em pesquisa no campo da literatura voltada para o ensino primário, Adriana Schueler procura mostrar a partir da década de 1870 as propostas pedagógicas desenvolvidas pelos próprios professores ganhavam visibilidade, principalmente, pelo cotidiano da sala de aula, tornar-se o laboratório para o desenvolvimento e aplicação do sentido correto da leitura e escrita.

E, com base nisso que Schueler vai chamar atenção para um outro método que vai ser receptivo para as escolas daquele tempo, O método Bacadafá criado por Antônio Pinheiro de Aguiar, encontrará muitos adeptos em Minas Gerais, no Rio de Janeiro e em muitas outras províncias, inclusive no Grão-Pará.



Fonte: Fundo: Diretoria Geral de Instrução Pública da Província – Área; Educação e Cultura – Documentação Encadernada - Correspondências Recebidas – (1866-1883) – Notação: 08 – APEP.

Por essa metodologia pedagógica de ensino os alunos aprenderiam através da combinação e soletração das letras de forma lenta e acelerada, ao mesmo tempo, que faziam a combinação de ortografia, regras gramaticais, fonética e sintaxe, ainda segundo Schueler:

Pelo sistema do método Bacadafá, as crianças aprendiam a ler e a escrever partindo do mais elementar ao mais complexo, do concreto ao abstrato, sobrepondo-se, sucessivamente, a aprendizagem gráfica, fonética e semântica de letras, sílabas, palavras e frases. Começavam então a entrar em contato com a visualização concreta das letras, cujas imagens se grafavam em ardósias ou em quadros desenhados.⁷⁵

Como não havia distinção entre os materiais didáticos usados na província para crianças e adultos. A combinação de fatores fazia com ambos fossem utilizados pelos professores, a leitura do “concreto para o abstrato” facilitava absorção do aprendizado tanto na leitura corrida, quanto pausadamente. E, para aqueles que estavam há muito tempo sem estudar a metodologia Bacadafá fazia um perfeito encaixe nos trabalhos para o ensino de adultos. Com amparo nas muitas propostas com que flertavam os professores, políticos, alunos normalistas, entre outros como o bacharel Gentil Ribeiro que fez o seguinte anuncio no caderno de comerciais:

O bacharel Gentil Ribeiro faz ciente aos srs. Mecânicos e pessoas, empregadas durante o dia, que já se acha funcionando a sua escola nocturna. A principaes matérias que lecciona são: arithemetica, álgebra, geometria, desenho linear e a língua inglesa. Tambem propõe-se a preparar pessoas para concurso e dar lições em collegios e escolas particulares. Presentemente pode ser procurado das 7 ás 10 horas da manhã no Lycêo, e das 6 ás 8 da noite em sua escola nocturna na sala do Photometro junto á da Biblioteca.⁷⁶

A escola noturna criada no centro da cidade de Belém, próxima a biblioteca pública⁷⁷ pelo bacharel Gentil Ribeiro nas proximidades do Largo do Carmo, trazia entre suas novidades

⁷⁵ Schueler, Alessandra Frota Martinez de. O Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial (1870-1880). História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 173-189, set. 2005 - <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view>

⁷⁶ Anuncios. A Constituição, N.71, P.2, 29 MAR 1878. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

⁷⁷ Segundo consta no Alamanak de 1868-1873 a Biblioteca Pública “estabelecida em uma das salas do convento do Carmo (...) as suas estantes contam 430 obras, a maior parte escriptas na língua franceza e outras em portuguez, latim, inglez, alemão, hespanhol, italiano. (...)Almanak:Administrativo, Mercantil e Industrial (PA): 1868-1873 – p. 68. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>; Enteretanto, no de 1883 “Biblioteca Publica, Rua de São João, Palacete da Assemblêa, pavimento térreo. Creada pela lei provincial n.166, de 3 de abril de 1871, Reg. Por ports. De 6 de abril de 1871 e 14 de setembro de 1875. Tem 9.000 volumes. Funciona somente durante o dia, das 8horas da manhã ás 3 da tarde.” - Almanack Paraense: Administração, Commercio e Estatística para o ano de 1883. 1883 - P. 271. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>

a matrícula para os trabalhadores profissionais em geral que exerciam suas funções em atividades diversas, além dos mecânicos que podiam frequentar as aulas, de acordo com o anunciado, como o trabalho do professor não visava atender somente os adultos, procura diversificar suas aulas, inclusive para preparação de estudantes para ingressarem, através de concursos nos melhores colégios da cidade.

Sendo, inclusive uma das aulas destinadas ao ensino da língua inglesa, estrategicamente a sala em que funcionaria as aulas noturnas estava próxima a biblioteca pública da cidade que possuía um número considerado de livros, revistas. Entretanto a maior parte do acervo estava escrita em língua francesa, com número menor de livros em língua nacional além de outros idiomas que compunham os volumes da biblioteca pública; e quem poderia ler esses impressos da biblioteca, apenas quem tivesse conhecimento das línguas estrangeiras. Por outro lado, a escola noturna do professor e bacharel Gentil Ribeiro, sugerindo no currículo a língua inglesa, permitiria aos seus alunos terem maior interesses pelo conhecimento da língua nacional e estrangeira.

Observando a imagem, aspectos da cidade de Belém capturadas pelas tintas do artista, Joseph Léon Righini, no Largo do Carmo, destacando no espaço empoeirado: um escravo de ganho, uma lavadeira, crianças brincando, um religioso conversando com um sujeito comum.



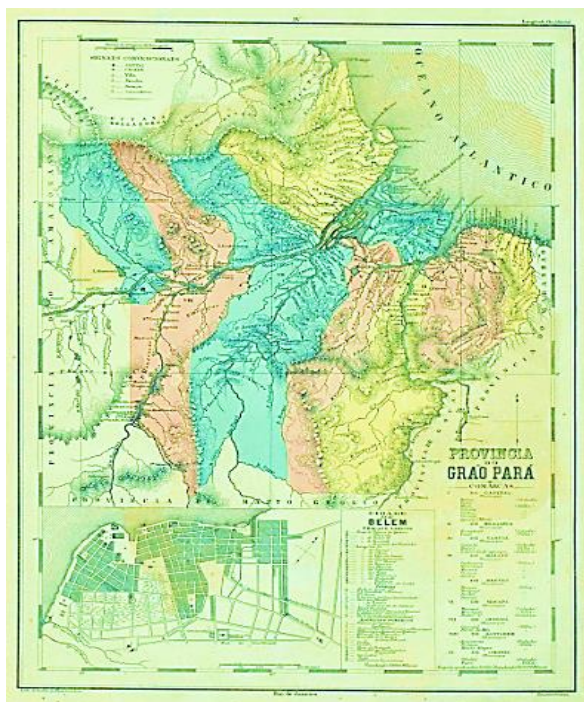
Fonte: Largo do Carmo - Joseph Léon Righini (Turim, Itália ca.1820 - Belém PA 1884).

E, o que tudo tem haver com as aulas noturnas criadas por Felix Vicente de Leão, João Diogo Clemente Malcher, Gentil Ribeiro, normalistas e muitos outros professores que autorizados pelo governo fizeram parte desse movimento de aberturas de aulas noturnas, na cidade, estava o maior contingente de pessoas adultas, em particular, de homens que precisavam ser encorajados a retornar para escola.

Portanto, no epicentro da *urbe* decisões políticas foram tecidas sobre a organização de funcionamento das aulas para trabalhadores adultos com ordenamento de: conteúdos sobre o que ensinar, o papel do professor, horário de atendimento “7h às 9h da noite”, os métodos de ensino, bem como as avaliação das bancas examinadoras ao final do ano. Tudo isso foi decisivo para que esse modelo fosse reproduzido pelo interior da província, onde outras dezenas de escolas noturnas foram multiplicando-se, conforme as câmaras municipais iam aprovando esse protótipo de escolarização voltado para alfabetizar homens adultos.

3.3- AS ESCOLA NOTURNAS: DA CAPITAL PARA O INTERIOR

Ainda em 1871, um articulista do periódico O Liberal do Pará, animado com a ideia dos primeiros resultados com a rápida procura por matrículas na escola noturna da câmara municipal de Belém afirmou: “Oxalá que chegue pelo interior” e com razão nos seus comentários, logo que proclamada na capital a inauguração da primeira escola noturna, a região interiorana seguirá os passos da capital nesse processo voltado para escolarizar adultos.



Fonte: MENDES, Cândido Mendes. Atlas do Império do Brazil compreendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias : dedica do a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, p.46. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>

Concomitante as da capital as freguesias da província começam abrir as aulas noturnas para seus moradores estudarem, ao contrário, do que se pensa as escolas noturnas do sertão

paraense são empreendidas em meio aos aplausos, mas também seguem os passos da pobreza, da miséria, das polemicas, das intrigas políticas são algumas das características que marcam as primeiras escolas noturnas do interior paraense.

Isso, entretanto não impediu que diversos atores entusiasmados com a ideia das aulas para adultos, abrissem espaços em casas e salas alugadas para colocarem, em pratica, o que outrora era considerada uma utopia a instrução popular. E foi assim que Vigia tornou-se a primeira cidade do interior a receber uma escola noturna, fundada pelos jovens professores Francisco Ferreira de Vilhena Alves e Francisco Quintiliano de Araujo Nunes, batizada de “Recreio Litterario”, no ano de 1871 publicava seus estatutos:

Artigos regulamentares de ensino e direção do “Recreio Litterario”

Art. 1º Com a denominação de Recreio Litterario fica creada na cidade da Vigia uma escola particular para meninos e adultos.

Art. 2º - O mesmo constará das seguintes matérias: leitura e escripta; grammatica elementar e philosophica; aritmética desenvolvida, especialmente o systema métrico; instrucção moral e religiosa: podendo o numero de aulas ser augmanetado quando assim se julgar conveniente.

Art. 3º Admittir-se-hão á matricula somente meninos que não estiverma matriculados nas escolas publicas: para os adultos, porem, nenhuma distincção haverá.

Art. 11º -Cada um dos alumnos aultos contrinuirá no acto da matricula com a quantia de 2\$000 reis, que será empregada na compra de livros, a fim de montar-se uma pequena bilblioteca popular: onde possam os mesmos alumnos, assim como o povo Vigiese adquirir maior somma de conhecimento uteis.

Art. 14º- O ensino para os meninos será isento de toda e qualquer contribuição.

Art. 16º - Haverá um livro de para matricula dos meninos e outro para dos adultos.

Art. 17º - O methodo de ensino será o simultâneo.

Francisco Ferreira de Vilhena Alves

Francisco Q. de Araujo Nunes.⁷⁸

Os regulamentos do “Recreio Litterario” personificam uma proposta pedagógica de uma escola voltada para atender meninos e adultos, com método lancasteriano que se servia do auxílio dos alunos (adjuntos), isto é, aqueles mais adiantados para auxiliar o professor na classe, as aulas noturnas da escola de Vilhena Alves e Araujo Nunes, empregavam leitura e aritmética “desenvolvidas”, não fazendo distinção de idade quando maiores procurassem a escola, porém para ter o registro da matricula dos alunos era exigida uma pequena quantia em dinheiro, cujo fundo destinava-se para abrir uma “biblioteca popular” para incentivar a população vigiese a

⁷⁸ A Pedido. O Liberal do Pará, N.225, P.1, 10 OUT 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

buscar nos livros os esclarecimentos para compreender a realidade política local, nacional e estrangeira.

Vilhena Alves tinha o entendimento de que a liberdade do povo e construção da civilidade estava consignada ao conhecimento. Por isso, ler e contar representavam a chave para superação do atraso, arregimentando a formação de um cidadão consciente de seus direitos, assim, a concepção de educação do literato e professor colocava a instrução como a base para superação da degeneração social. Dessa forma:

A instrucção popular? Ella é a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo; É o sustentáculo de suas liberdade (...) um povo instruído póde com maior facilidade estudar as leis do seu paíz, afim de pautar os seus actos pelas regras da equidade e não commeter esses crimes horríveis que todos os dias se põe em practica nos paizes poucos adiantados em civilização. (...) povo instruído q' conhece seus direitos e deveres (...) a instrucção é base da liberdade (...) instrui o povo e ele será completamente livre (...) ⁷⁹

Vilhena Alves pensava a escola como uma instituição responsável pela manipulação da realidade social, mas que tinha um papel fundamental no processo na formação do cidadão. Entretanto, para conhecer o que denomina de “direitos e deveres” era preciso fazer uso dos instrumentos que a escola poderia oferecer, sobretudo, a instrução popular, negada a décadas pelo Estado aos homens adultos pobre, miseráveis da sociedade daquele tempo imperial.

A solução, segundo, aponta estava em ofertar gratuitamente a escola popular a quem mais precisava para ter a o conhecimento necessário para superar o atraso educacional relacionando-se com prévio entendimento das leis que regulavam o Estado. Portanto o sentido da liberdade estava em praticar e respeitar as leis do país, infringi-la, provocava uma aproximação com “os paizes pouco adiantados em civilização”.

Assim sendo, a instrução popular vai construir-se, na cidade da Vigia, como a base para elevação dos valores pleiteados pelo “Recreio Litterario”. Engajados na primeira escola noturna da Vigia vários professore começaram a puxar esse movimento que se multiplicará pela planície paraense- “leccionaram os seguintes Srs.: Professor Araujo Nunes, na de Arithemetica; José Joaquim de Carvalho Junior, na de Phisica e Chimica; Professor Antonio R. de Souza, na de leitura e escripta e Vilhena Alves, na de Grammatica”.⁸⁰

⁷⁹ Escola Nocturna Estabelecida na Cidade da Vigia. O Liberal do Pará, N.224, P.1, 08 OUT 1871. <https://memoria.bn.gov.br>

⁸⁰ Idem.

Logo depois da cidade de Vigia haverá pela província, em função do estabelecimento das câmaras municipais, abertura de outras escolas noturnas. Em janeiro de 1872, na cidade de Macapá⁸¹, antigo território paraense a vereança municipal resolveu estabelecer uma escola noturna para o ensino de adultos:

A câmara minicipal desta cidade autorizada pelo art.27 da lei 695 de 25 de outubro de ultimo, creou uma escola nocturna de adultos, a qual foi installada, no passo da mesma câmara, no dia 8 do corrente as 7 horas da noite. Dias antes, a câmara publicou seu edital convidando não só as pessoas, que quisessem e estivessem no cazo de matriculados, como a todos os cidadão em geral (...) Foram matriculados nessa ocasião 53 alumnos (vou dizer algumas palavras em relação ao professor de 1ª letras desta cidade Manoel José de Pinho. (...) No decurso de mais de três anos tem dado bastante provas de sua negligencia e incapacidade.

O Sr. Pinho nomeado pelo exm. Sr. Abel Graça, presidente desta província, professor de uma escola nocturna, publicou um edital, annunciando a abertura de sua escola no dia 8 do corrente, na caza de sua residência, sita á rua da Atalaia, (rua que nunca houve nesta cidade).

Apparição d'este annuncio pregado em todos os cantos da cidade, provocou riso á todas pessoas que o lião. No dia anunciado, abrio-se a porta velha da casa de sua residência, onde apenas o professor apresentou um candieiro velho, do seu uso cotidiano. A sala não sofreu alteração alguma, conservando a mobília de bancos velhos da velha escola. O resultado foi que se devia esperar – não se lhe apresentou um só alumno até hoje. (...)

Os tres amigos da Instrucção ⁸²

Pelo que o foi informado pelos denunciantes “os três amigos da Instrução” a escola noturna do professor Manoel José de Pinho não estava conseguindo atender com regularidade seus alunos, pois a escola não funcionava no endereço para onde fora indicada “Rua da Atalaia”. Entretanto, os comentários publicados em um jornal oposto ao grupo politico de presidente Abel Graça deixa evidente que havia um vazio na exposição feita pelos “os três amigos da instrucção”, já que passado mais de três anos de funcionamento da escola noturna do Sr. Pinho foram mensurar sua “incapacidade e negligência”.

Essa forma de desprestigiar o trabalho, dando relevância inócuas aos fatos era maneira de buscar visibilidade para neutralizar seu adversário político e tomar posse da escola noturna.

⁸¹ Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas assina o Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, desmembrando o território do Amapá do Pará, estabelecendo suas fronteiras com países e Estados vizinhos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm

⁸² Macapá 18 de Janeiro de 1872, Sr. Redatores. O Liberal do Pará, N.20, P.2, 26 JAN 1872. <https://memoria.bn.gov.br>

Para tanto adotavam como prática caracterizar o ambiente de trabalho postergando para os leitores do periódico e para o próprio governo as decisões cabíveis sobre o fechamento e punição docente “(...) a sala não sofreu alteração alguma, conservando a mobília de bancos velhos da velha escola”. A humildade da sala iluminada por um candeeiro, as críticas ao ofício do Sr. Pinho, diziam ser responsável pelo desaparecimento dos iniciais 53 alunos que procuraram a escola para estudarem a noite.

Domingos Soares Ferreira Penna⁸³, fez o seguinte comentário sobre as aulas nas escolas do interior do Grão Pará:

Quando se vae estudar casual o intencionalmente no interior da província a macha do ensino, descobre-se involuntariamente desagradável entre o que se vê e o que se lê, (...) O estado do ensino no interior da província nada tem de lisonjeiro. A matricula dos alumnos é quase sempre *uma ficção Oficial*, é uma relação da frequência muitas vezes não é o menos.⁸⁴ (Grifo do autor)

A condição, portanto de pobreza e manipulação dos números de alunos matriculados, na opinião, de Ferreira Penna parecia ser unânime informando que a frequência nos mapas de registro de chamadas e atividades não coincidiam com as informações repassadas para diretoria da instrução pública. O interior, marcado pela distância, isolamento e abandono do Estado provincial contribuíam para que a população ficasse alheia ao que acontecia dentro da capital.

A sala suja, moveis velhos, objetos usados, o cenário característico para críticas como a descrita da escola noturna do professor Pinho de Macapá, jamais seriam notadas se denúncias não publicadas nos periódicos falsas ou verdadeiras chegassem à tona, as autoridades pedagógicas não se ocupavam apurar a veracidade das informações. O governo provinciano tratava com certo desdém a população interiorana que era vista pelas lentes da teorias racialistas como bem sublinha, Ferreira Penna:

⁸³ Nasceu em Minas Gerais em 1818. Estabeleceu-se no Pará, onde viveu por 30 anos, falecendo em Belém em 1888. Foi bibliotecário publico, professor, jornalista, geógrafo, etnólogo e arqueólogo. Dedicou – se a pesquisa arqueológica, sobretudo na ilha do Marajó. Coletou volumoso material e dessa atividade resultou a ideia da fundação de um museu em Belém. Em 1866, fundou uma Sociedade Filomática que em 1867 inaugurava as suas coleções com a denominação de Museu Paraense. Esta iniciativa, que começou modestamente, transformou – se num dos maiores centros de pesquisa de todo o mundo e o mais importante da faixa tropical. A glória de fundador do museu paraense não se ostenta na denominação deste museu, mas no jardim botânico se ergue um pedestal com a herma de Domingos Soares Ferreira Penna, homenagem do museu à memória do seu fundador. Catalogo de Obras, p.97 – Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

⁸⁴ PENNA, Domingos Soares Ferreira. Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá. Pará: Typ. Do Diário do Gram – Pará, 1874. p.21. <https://memoria.bn.gov.br>

(...) aos professores mostram todos mais o menos zelosos em cumprirem suas obrigações. O mal tem origem principal nos hábitos; costumes e, frequentemente na falta de recursos da maioria dos habitantes, principalmente, dos que nunca tiveram instrução alguma.⁸⁵

O problema estava na própria população, acusada por Ferreira Penna de maus “hábitos e costumes”, a pobreza dizia bastante sobre as pessoas, diga-se sobre os adultos. Com seus moradores formados, eminentemente, por mestiços, brancos, negros e índios, esses grupos raciais alimentam a descrença e potencializa a própria falta de investimento na instrução pública para adultos, contudo, o arqueólogo reconhece o esforço dos professores sempre “zelosos” com seus alunos.

Em nota publicada, em 1872, o articulista de *O Liberal do Pará* observa positiva a abertura da escola noturna tanto na Vigia quanto em Macapá:

Não ficou circumscripção á capital o grande movimento iniciado por aquella distincta corporação. Nas cidades da Vigia e de Macapá abrirão-se também escolas nocturnas para o povo, e acaba de ser installada na freguesia do Acará uma outra a esforços do respectivo professor publico, o sr. Antonio Roiz de Lima, que também se encarregou de dirigil-a. No dia da abertura matricularão-se n'esta escola 17 alumnos. Em nome dos habitantes da província e dos mais vitaes interesses de nossa chara pátria, agradecemos com a mais sincera efusão de reconhecimento o nobre e louvável commetimento desses apóstolos do progresso, que assim procurarão prestar ao paiz tão assignalado serviço e fazemos votos para tão belos exemplos continuem a ser imitados, a fim de poder a instrução primaria derramar-se por todos os pontos da província como reclamão o nosso estado de atraso e os interesses geraes da população.⁸⁶

A escola noturna, portanto não se restringiu a capital, ganhou o caminho do interior, consolidada na cidade de Belém, o “povo”, segundo o periódico foi receptivo as aulas para adultos, enquanto uns tratavam com pessimismo abertura dessas aulas, a descrição do texto aponta para uma outra visão sobre a motivação que levaram os professores das localidades distantes aderirem a essa forma de escolarização para homens trabalhadores.

Na Vigia os professores Vilhena Alves e Araújo Nunes, em Macapá o professor Pinho, no Acará o professor Antônio Roiz Lima com seus primeiros 17 alunos matriculados, passaram a receber o batismo de “apóstolos do progresso”, já que estavam atuando em um ramo de serviço que traria importantes resultados para o país e também para província. Por isso, os interesses gerais da população

⁸⁵ Ibidem, P.22

⁸⁶ Factos Diversos. *O Liberal do Pará*, N.44, P.1, 27 FEV 1872. <https://memoria.bn.gov.br>

estavam fortalecendo o movimento em prol da escola noturna do sertão do Grão-Pará. E, caminhando para Santarém:

Nesta cidade há duas escolas nocturnas dirigidas pelos srs. Professores João Pereira Gomes, estipendiado pela província, e Manoel Sebastião de Moraes Sarmiento, pelo cofre de nossa municipalidade. Frequentão esta mais de setenta [70] alumnos entre adultos, e menores, livres e escravos. Nesta cidade vae-se derramando largamente a instrucção publica, por todas as classes e mais tarde serão colhidos os resultados de tão salutar medida. Quizeramos que também nos rios de maior importância pela sua população e industria agrícola, como Aritapera e Arapixuna se creasse uma escola em cada um deles, para alli beberem os primeiros rudimentos do ensino primário todos aquelles que por sua condição e circumstancias não podem frequentar as escolas desta cidade. Como tal medida depende de acto do poder legislativo provincial confiamos no acrisolado patriotismo dos nossos deputados, para que na próxima legislatura confeccionarem uma lei a respeito.⁸⁷

A escola noturna dos professores João Pereira Gomes e Manoel Sebastião de Moraes Sarmiento, professores financiados pelo Estado e pela municipalidade nas suas respectivas escolas reuniam mais de 70 alunos que se misturavam entre livres e escravos, menores e adultos, cujo objetivo era popularizar nos meios sociais a presença da escola. Contudo havia nas imediações de Santarém nos rios Arapixuna e Aritapera, comunidades agrícolas e industriais habitadas, por significativo número de adultos que precisavam “beber os primeiros rudimentos do ensino primário”, inclusive solicitando aos legisladores aprovarem leis que destinassem atenção aos moradores dessas duas localidades.

Na região nordeste da província, em Bragança, foi publicada a seguinte nota sobre a escola noturna do professor Augusto Heleodoro de Azevedo Corrêa:

A câmara municipal de Bragança – Conforme solicita a câmara municipal de Bragança em officio datado de 5 do corrente mez, dou o meu consentimento para que possa a escola nocturna instituída por essa municipalidade, funcionar d’ora em diante na casa em que funciona a escola publica de ensino primário regida pelo professor Augusto Heleodoro de Azevedo Corrêa, visto como é este mesmo professor o encarregado da dita escola nocturna q não pode continuar estabelecida no Paço Municipal por falta de commodos, e para a qual não póde a câmara alugar casa especial por deficiência de meios precisos conforme alega. Communicou-se ao director geral interino da instrucção publica e ao tesouro provincial.⁸⁸

⁸⁷ Escola Nocturna. Baixo Amazonas, N.15, P.2, 19 OUT 1872. <https://memoria.bn.gov.br>

⁸⁸ Expediente do Governo. Jornal do Pará, N.125, P.1, 06 JUN 1874. <https://memoria.bn.gov.br>

O representante da câmara municipal de Bragança justificando ao professor primário Augusto Heleodoro que embora o paço municipal tivesse incentivado a criação da escola noturna, mas não havia local para instalação da mesma, visto a falta de recursos e espaço adequado que a câmara não dispunha. Assim, a escola noturna deveria continuar funcionando na mesma residência do professor para evitar seu fechamento e aumento de despesas, observa-se, “o jeitinho” que os vereadores encontraram para ter em atividades as aulas para adultos. E, de Santarém vem uma nota também no Jornal do Pará com a seguinte esclarecimento:

Santarem – Esta câmara no seu relatório, entre outras coisas medidas reclamando á bem do seo município, pede-vos o seguinte: (...) Que marqueis a gratificação anual de 120\$000 rs, á um ajudante do professor da escola noturna, visto ser grande o numero de alunos que frequentão aquella escola, e não poder o professor, por si só, desempenhar as funções do seu cargo sem esse auxiliar.⁸⁹

A propagação da escola noturna pelo interior, nem sempre, conforme a solicitação da câmara de Santarém representava a esperança pelo financiamento do Estado, visto que a diretoria da instrução publica responsável pelo repasse de recurso deixava o professor em situação difícil, caso de Manoel Sebastião de Moraes Sarmento que exigia da câmara a contratação de um professor adjunto para lhe ajudar nas aulas, pois a classe noturna, estava bastante lotada. Por isso, não havia como garantir o ensino, a instrução sem a presença de um auxiliar para aplicar as lições e corrigir as atividades dos alunos.

No Marajó, na vila de Chaves, contra costa do Marajó, no ano de 1875, o Juiz de direito Dr. Joaquim Jonas Bezerra Montenegro

(...) Tenho a satisfação de acusar o recebimento do officio em que vmc. comunicou-me haver realizado no dia 28 de janeiro do anno corrente, a instalação de uma escola noturna do ensino primário gratuito para adultos na villa de Chaves. Louvando o seu desempenho que o coadjuvarão, aprovo o procedimento do professor publico d’aquella villa que encarregou-se da regência da dita escola.⁹⁰

⁸⁹ Parte Official. Jornal do Pará, N.90, P.1,22 ABR 1875. <https://memoria.bn.gov.br>

⁹⁰ Expediente do governo. Jornal do Pará, N.94, P.1, 27 ABR 1875. <https://memoria.bn.gov.br>

O Juiz foi responsável pela abertura de uma escola noturna, indicando um professor para assumir as funções na escola primária para moradores adultos do sexo masculino, da mesma forma, na freguesia de Ponta de Pedras, em 1877, a “Directoria da Sociedade “Palestra Litteraria” cria sua escola noturna:

Directoria da sociedade “Palestra Litteraria” em Ponta de Pedras, 13 de agosto de 1877 - - Ill e exm.sr.[João Capistrano Bandeira de Mello Filho] – (...) da mesma sociedade, creada no dia 1º de março do corrente anno, por iniciativa do professor adjunto da escola publica desta localidade com fim de crear uma biblioteca e manter uma escola para adultos, na qual ensina as matérias seguintes: grammatica da língua nacional, arithmetica, princípios elementares de musica e francez.

Importante diferencial da escola noturna de Ponta de Pedras está em seu currículo, diferente daquele das escolas da capital, incluindo o francês e aulas de músicas para os alunos, Dessa forma as escolas iam sendo criadas por iniciativas de professores, no caso de Ponta de Pedras, um professor adjunto, ou seja, um aluno teve que assumir a frente da educação para adultos, e no dia 13 de Agosto de 1877, conseguiu estabelecer uma biblioteca que serviria para todos os moradores, especialmente para homens, jovens que haviam sido matriculados para assistirem as aulas noturnas.

Em Monte Alegre, região do baixo Amazonas, porém a escola noturna fomentada pelo vereador e professor público João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja terá outro objetivos, conforme declara seu fundador:

Professor João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja, vereador suplente da câmara. A câmara actual creou para seu município uma escola nocturna e que consome anualmente seis sentos mil réis (600\$000) !! (...) Há desesseis anos estiveram a frente do município [Monte Alegre]. Coloca os na câmara municipal os liberaes, nada absolutamente fizeram, em prol do município, que merecesse aprovação de seus munícipes, apeião estes aquelles da câmara, collocão ali os conservadores, que inicião o seu tirocínio por um acto o mais magnânimo, a criação de uma escola, onde gratuitamente dá educação a classe prolectaria da sociedade, cujo meio mais tarde se virá reduzir a estatística criminal, concorrendo para o desenvolvimento da agricultura e artes no município (...) Y.⁹¹

A escola do noturna do professor João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja, na visão dele procurava criar um contraponto em relação a presença dos liberais no poder em Monte Alegre, pois

⁹¹ A pedido (Monte Alegre 10 Março de 1878.). A Constituição, N.71, P.2, 29 MAR 1878. <https://memoria.bn.gov.br>

tinham feito uma despesa de 600\$000 reis anuais, fato que teria provocado um grande desperdício de recurso público, em relação aos fins da educação. Para o professor a chegada dos conservadores trouxe “progresso” já que a escola noturna viria com a possibilidade tanto de atender ao grupo denominado de “proletários”, contudo apostava seus objetivos com livramento dos homens adultos estarem longe das transgressões.

Portanto, havia identificado que a ociosidade era responsável pelo aumento da criminalidade, para resolver esse problema a escola viria com status de salvamento para aqueles considerados perigosos dentro da sociedade montealegrense. Além do mais, propagaria o desenvolvimento nesse meio social adulto fazendo com que os homens tivessem maior disciplina pelo trabalho na agricultura, bem como nos ofícios técnicos.

A câmara municipal de Monte Alegre, entretanto passou a ser taxativa com duplo exercício de função pública, o alvo passou a ser o professor da escola noturna João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja:

Ao presidente da câmara municipal de Monte Alegre, Miguel Calmão d’Assunção – transmitindo, por copia, incluso officio de 12 do corrente, que me dirigiam os vereadores dessa câmara Joaquim Barbosa d’Amorim e Nunes Loureiro, recomendando a vmc. Que informe, com urgência, sobre o assumpto do mesmo officio, ficando desde já sciente de que foi regular o seu procedimento, convocando e juramentando para tomar assento na câmara, como suplente de vereador, ao professor João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja, pois que, além de serem incompatíveis os cargos de vereador e professor publico, conforme é expresso nos avisos de 22 de Julho de 1843 e n.385 de setembro de 1861, o art. 77 do regulamento da instrução publica prohibe que os professores exerçam qualquer emprego ou cargo alheio á sua profissão; sendo que acresce á circumstancia de ser o professor, de quem se trata, empregado dessa câmara, visto como acha-se regendo a escola nocturna ahí estabelecida a expensas da municipalidade.⁹²

O presidente da câmara, nas suas atribuições de fiscalizar os serviço que lhe cabia, supõe-se que por ter filiação liberal, mandou os vereadores Joaquim Barbosa d’Amorim e Nunes Loureiro, em caráter de “urgência”, proceder regulamente e colocar como opção para o professor João d’Annuniação d’Oliveira Pantoja, que por juramento e baseado em avisos de 1843, 1861 e no art. 77 do regulamento da instrução publica que o dito professor teria que escolher se permaneceria no cargo de suplente de vereador ou se continuaria à frente da escola noturna sustentada pela municipalidade.

Mas, ficava evidente que opção política encurralou a decisão em continuar como vereador ou se continuava afastando seus adultos da criminalidade. Na vila de Faro, ao contrário, de Monte Alegre o professor noturno tinha grande respeito e aceitação da população local:

⁹² Expediente do governo. Jornal do Pará, N. 51, P.1, 02 MAR 1878. <https://memoria.bn.gov.br>

Escola Nocturna – E ainda de Belém, do Pará, a seguinte noticia que extrahimos do *Constituição* de 20 de Dezembro próximo passado. “– A câmara de Faro comunicou a presidência que inaugurara a sua escola nocturna no dia 1 do corrente tendo nomeado para reger-a o ex-professor publico dessa villa o Sr. Francisco de Salles Borges, que sempre foi bem quisto, não só pelos seus alumnos como pelos paes dos educandos”. Ainda bem que lá professores publicos gozam de apreço!⁹³

O periódico da cidade do Rio de Janeiro, voltado para tratar de assuntos pedagógicos, reforçava a importância que a escola noturna passava ocupar na Amazônia, a circulação de informações mesmo com as dificuldades da época, não eximiu o positivo elogio do articulista, referindo-se ao trabalho do professor Francisco de Salles Borges que possuía elogiada qualidades para o exercício do cargo que lhe fazia ter respeito dos pais e alunos. Essa positividade, não era mesma na capital do império, em que os professores eram perseguidos e muitos não tinham a mesma adjetivação do professor de Faro.

No quadro abaixo, a Escola Noturna do subdelegado de polícia Joaquim da Silveira Campos, em Faro, com movimento de matricula:

Relação dos alunos que frequentão a escola publica nocturna d'esta Villa de Faro Installada pelo respectivo subdelegado de polícia no dia 1º de Fevereiro de 1879, segundo o regulamento em vigor				
Numeros	Nome dos Alumnos, Sua Filiação e Naturalidade.	Idade	Nome dos Educadores	Observações
1º	Marcos Antônio Pereira, filho de João Nunes Pereira, natural de Santarém	21		Este Aluno é Official de sapateiro.
2º	Pedro José dos Santos, filho de Crescêncio Antonio dos Santos, natural de Faro.	19	Seu próprio pai	
3º	Antonio Marcio de Moraes, filho de Acacio José de Moraes, Natural de Faro.	17	Antonio Joaquim Pinto	
4º	Isidoro Manoel Bentes, filho de Antonia Maria da Costa – Natural de Faro.	18	Sua própria mãe.	
5º	Thomas Augusto Rosa, Filho de Luis Rosa, Natural de Belém.	19	Prudencio das Mercês Coelho	
6º	Antonio D'Araujo Duarte, filho de Manoel de Araujo Duarte – Natural de Portugal	16	Idem	

⁹³ A Escola (RJ). Revista de Educação e Ensino, N.3, P.37, 19 JAN 1878. <https://memoria.bn.gov.br>

7º	Miguel Pereira Gonçalves, filho de João Batista Gonçalves – Natural de Faro.	16	Idem	
8º	Manoel Pedro Freitas, filho de Zeferino José de Freitas – Natural de Breves.	17	Idem	
9º	Manoel José Bernardo, filho de Julio José Bernardo – Natural de Teffé do Amazonas	30	Raimundo Remigio Mello Caxias	
10º	Tomás D'Aquino da Silveira Campos, filho de Januario da Silveira Campos, Natural de Faro.	22	Seu proprio Pai.	
11º	Manoel José da Fonseca, filho do finado José Matheus da Fonseca, Natural de Faro.	17	Sua própria Mãe.	
12º	Benedicto da Silveira Campos, filho da finada Joanna Picanço – Natural de Faro.	14	Januario da Silveira Campos.	
13º	Manoel João Baptista, filho d' Arnaldo José Baptista – Natural de Faro.	20	Seu próprio Pai.	

Fonte: Escola Pública Nocturna em Faro, 5 de Fevereiro de 1879. Subdelegado de Polícia Joaquim da Silveira Campos, Professor Manoel Joaquim Campos Machado - Área: Educação e Cultura - Fundo: Diretoria Geral de Instrução Pública da Província - Documentação Encadernada – Série: Termos de exame, Ano, 1873, Notação: 15 – APEP.

A escola noturna fundada pelo subdelegado de polícia e regida pelo professor Manoel Joaquim Campos Machado, matricularam –se, inicialmente: 7 adultos e 6 menores. Uns foram direcionados pelos pais e outros pelas mães. Nessa escola, os alunos eram oriundos da cidade de Faro, entretanto havia um Português, outro vindo de Belém, outro da cidade de Tefé, Amazonas, outro de Breves, no Marajó, inclusive um dos alunos já trabalhava profissionalmente como oficial de sapateiro. O lugar, portanto mostra o grande fluxo migratório que havia na Amazônia, no caso, na província do Grão-Pará.

As escola noturnas acabaram tornando-se uma esperança para quem não havia a frequentado os bancos escolares, contudo, a manutenção de algumas dessas escolas pela planícies da província era o grande desafio para educadores e alunos. Em ofício datado do mês de Novembro de 1879, o professor Conrado Conceição Nicolau comunica a autoridade superior as condições e compromisso de sua escola:

Escola Publica de 2ª Entrância em Óbidos, 23 de Novembro de 1879.
 Illustríssimo senhor. Remeto a vs^a os mapas de annuaes e os do ultimo trimestre do anno lectivo findo, das escolas diurna e nocturna regidas por mim: por intermédio do sr presidente da câmara municipal que se acha no exercício da casa e do delegado litterario; serão remetidos os termos de exame daquellas escolas, por eles será vs^a que compareceram 53 alumnos, 39 na diurna e 14 na nocturna; da primeira sahirão 2 promptos em todas as matérias do curso primário e aprovados com distincção, os outros tiveram acesso. O governo nunca forneceu a escola nocturna candieiros para sua illuminação, e há sete anos que sua despeza caise por minha conta: peço a vs^a que se digne prociências a respeito. Reitero os meus protestos de alta estima e consideração Illustrissimo Senhor - Joaquim Pedro Correa de Freitas - M.D Director Geral da Instucção Publica. - Professor Conrado Conceição Nicolau.⁹⁴

Obrigatoriamente, os discentes primários para garantirem o recebimento dos recursos da municipalidade deveriam enviar os mapas de frequência com presença e ausência dos alunos. O professor Conrado Nicolau cumpria liturgicamente sua obrigação, mostrando no ofício o quantitativo de alunos comparecidos e faltosos nos exames finais. Todavia, um fato descrito mostra a falta de compromisso do estado “O governo nunca forneceu a escola nocturna candieiros para sua illuminação, e há sete anos que sua despeza caise por minha conta”.

A escola funcionava por intermédio dos recursos financeiros do professor que a sustentava na illuminação comprando querosene ou outra substancia inflamável para clarear o ambiente da sala de aula. Certamente, o governo devia ter conhecimento da situação da escola noturna do professor Conrado Nicolau, já que reclamava há 7 anos das dificuldades que passava junto com seus alunos, No documento transmitido a Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, quiçá providencias tenham sido tomada ou não, mas a verdade era que nem sempre a existência da escola noturna representava prosperidade e “progresso”, já que manutenção das despesas eram elevadas. Por isso, a presença do Estado tornava-se fundamental para assegurar assistência ao professores e alunos.

⁹⁴ Diretoria Geral da Instrução Pública - Ofícios recebidos, ano: 1871 – 1881, Notação: 12 – APEP.

<p>Art. 27. Ficão autorizadas desde já as camaras municipales cujas rendas excederem a sua despesa, a estabelecer uma aula nocturna de instrucção primaria, e a despendar com a gratificação ao professor e aquisição de utensilios para esta, até a quantia de quinhentos mil réis.</p> <p>Jornal do Pará⁹⁵</p>	<p>Art. 27. Ficão autorizadas as camaras da cidades de Cametá, Santarém, Obidos, Macapá, Vigia e Bragança a estabelecer uma aula nocturna de instrucção primaria, e a despendar até a quantia de 400\$ rs. com os utensilios, costume e gratificação a um professor.</p> <p>Jornal do Pará⁹⁶</p>	<p>ESCOLA NOCTURNA DE BRAGANÇA. —A Provincia de hoje trouxe com a epigrapha supra, uma censura a re e tanto mais acre por improcedente. contra o digno professor, « cujo cargo está a escola nocturna de Bragança. Servimo-nos da phrase do collega: —Maldicta politica de butucudos!</p> <p>A Constituição⁹⁷</p>
<p>O professor publico de Faro creou uma escola nocturna nessa localidade e pediu autorisação á presidencia da provincia para a criação de outra.</p> <p>Mandou-se ouvir a respeito o sr. director geral.</p> <p>Crear-se escola nocturna em Faro, quando não ha frequencia para ella, não só é immoralidade, como protecção escandalosa ao professor.</p> <p>A Constituição⁹⁸</p>	<p>MARAPANIM. — Desta localidade communicão-nos o seguinte:</p> <p>No dia 30 de maio ultimo, honrando-nos com sua visita o meritissimo sr. dr. juiz municipal João Pollicarpo dos Santos Campos, que aqui veio em diligencia de seu cargo, foi por iniciativa sua, fundada a associação — Gabinete Litterario de Marapanim, e effectivamente as 7 horas da noite desse dia e a convite do mesmo dr. reunio-se na casa de sua residencia o que havia de mais gráo na villa e dirigindo o dr. juiz municipal a palavra aos circumstantes, fez ver a necessidade da fundação de uma sociedade litteraria, que, fundando uma Bibliotheca e mantendo uma escola nocturna para adultos, concorresse para o progresso moral dessa villa, que no material tem dado passos tão gigantescos.</p> <p>A Constituição⁹⁹</p>	<p>SOLUÇÃO DE CONSULTA. — A camara de Chaves foi declarado q subsistindo o art. 27 das disposições geraes da lei do orçamento municipal n. 827 de 28 de abril de 1874, visto não ter sido revogado por leis posteriores, devo continuar a funcionar a escola nocturna ali estabelecida a expensas dessa camara e em virtude do disposto naquelle artigo.</p> <p>A Constituição¹⁰⁰</p>

Nos recortes de jornais, aspectos do cotidiano das escolas noturnas que foram constituindo-se, enquanto instituição pelos interiores do Grão-Pará, dela fizeram parte, distintos

⁹⁵ Lei Nº 827 de 28 de Abril de 1874. Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província do Grão-Pará, etc,etc. Jornal do Pará, N. 123, P.1, 03 JUN 1874. <https://memoria.bn.gov.br>

⁹⁶ Lei Nº 625 de 26 de Outubro de 1871. Abel Graça, presidente da província do Grão-Pará, &. Jornal do Pará, N. 123, P.1, 13 Dezembro de 1871.

⁹⁷ Escola Nocturna de Bragança. A Constituição, N.254, P.1, 07 NOV 1876. <https://memoria.bn.gov.br>

⁹⁸ Professor de Faro. A Constituição, N. 74, P.2, 01 ABR 1879. <https://memoria.bn.gov.br>

⁹⁹ Escola noturna de Marapanim criada pelo Juiz João Pollicarpo dos Santos Campos. A Constituição, N.136, P.2, 16 JUN 1877. <https://memoria.bn.gov.br>

¹⁰⁰ Solução de Consulta. A Constituição, N.202, P.1, 04 SET 1877. <https://memoria.bn.gov.br>

personagens ricos e pobres: políticos, padres, professores adjuntos, juízes, políticos, vereadores, suplentes de vereadores, literatos, homens de posse, normalistas, subdelegados, escravos e alunos.

A escola noturna não foi pensada para atacar a origem do problema do analfabetismo, por traz da intencionalidade de seus criadores repousava um discurso dominante “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certos procedimentos que têm por finalidade conjurar seus poderes e perigos”¹⁰¹. Em alguns casos viria para resolver o problema da criminalidade, livrar seu público da barbárie e moldá-los nos cânones da civilidade.

O interior da província, Vigia, Cametá, Bragança, Óbidos, Marapanim, Faro, Monte Alegre, Soure, Santarém, Ponta de Pedras, além de outras freguesias irão ganhar suas escolas para adultos, por outro lado, a efetivação da escola não garantia seu funcionamento, professores tiveram que optar entre a sala de aula ou púlpito da câmara dos vereadores, outros eram acusados de não cumprirem com suas obrigações docentes não enviando o mapa de frequência para diretoria da instrução pública na capital “ maldita política de Butucudos”.

Dessa forma, as escolas noturnas do sertão do Grão-Pará foram criadas na efervescência do sangue de liberais e conservadores, logo não era se estranhar que estivesse na seara dos conflitos eleitorais envolvendo as duas principais forças políticas no império brasileiro do século XIX. Mas, não há como se negar que havia aqueles que acreditavam nos princípios sociais que a escola poderia oferecer e ensinar aos seus alunos como os princípios do “conhecimento do direito” para construir um pensamento crítico, libertário, conscientizando seus alunos do valor que a cidadania tem na equidade social, como foi desenvolvido pelo vigiense Francisco Ferreira de Vilhena Alves.

4 - ESCOLA PRIMÁRIA NOTURNA PARA ESCRAVOS

Passado o natal do ano de 1873, um periódico local publicava em seu anúncios comerciais o caso de um escravo fugido, cujo rumo era ignorado:

Fugio a Clemente Ferreira em 2 do corrente o seu escravo de nome Jeronimo, carafuz, 17 annos de idade, alto, magro, carpina; aprendeu o officio com o mestre Ventura, de casa da viúva Mello, e **a ler e escrever** na escola nocturna

¹⁰¹ FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1870[Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio]- 4ª Ed. - São Paulo, Loyola, 1998. P.9.

do sr. Padre Felix; deo nome de Jerônimo Antonio dos Santos, na carpintaria de Coelho e C.^a Gratificasse a quem o apresentar a seu senhor.¹⁰²

O caso do escravo, em fuga, chamado Jerônimo, posteriormente, adotou o codinome de Jerônimo Antônio dos Santos, passou a usar essa estratégia de liberdade para circular na condição de falso homem livre pela cidade, portos e interior. Entretanto, a notícia procura trazer uma preciosa informação sobre a participação dos escravos nas escolas, mas afinal o que levará senhores(as) de escravos a matricularem suas “peças” nas aulas noturnas do Colégio Santa Maria de Belém, compreender de que forma esse processo de inserção de homens na condição escravos ocorreu, através da escolarização, num tempo em os dispositivos da legislação nacional proibiam a entrada desse grupo social nas escolas primárias do país, torna-se um dos objetivos desta seção.

Nos rastros da documentação histórica tentar-se-á mostrar que a experiência proposta por seus fundadores em alfabetizar escravizados era movimentada por uma utopia por aqueles que acreditavam nos fundamentos da educação em voga no contexto do século XIX, transformando-os em seres civilizados, honestos, trabalhadores e avessos a corrupção dos costumes e a “barbárie”.

A presença da escola evidencia que nem sempre os afro-brasileiros foram vistos como sujeitos escolarizados. Tal negação deve-se uma corrente historiográfica tradicional que procurou construir a imagem dos escravizados resumindo a condição de pessoas coisificados, imputados de ações, sobretudo, distantes, dos aprendizados do cotidiano. Com isso, se produziu uma visão de sujeitos-objetos que deviam plena obediência, desconsiderando suas habilidades “aprendeu o officio com mestre Ventura”. Nesse sentido, a escola a partir do final do século XIX apresenta-se como instrumento de mudanças para os grupos socialmente dominantes na sociedade, destinada aqueles que estavam na condição de livres, mesmo considerando as dificuldades da implementação das escolas aos grupos socialmente pobres, mas se fazia presente.

A escola, portanto, inexistia para os considerados escravos, essa visão foi sendo traçada, segundo as interpretações da sociedade escravista que enxergava os negros fora da sua subjetividade seja na condição de livres ou escravos como se o aprendizado fosse exercício de construção de conhecimentos adquire, unicamente, dentro do espaço escolar e deixando de lado

¹⁰² Anuncios Diversos. Diario de Belém, N.292, P.3, 27 Dez 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>

outras experiência onde o saber das tradições afro-brasileira que eram repassadas para outras gerações como: a cultura, as festividades, o saber religioso entre outras foram sendo silenciadas pela escrita da história no Brasil.

É nesse ponto que se faz um contra-ataque a historiografia tradicional que investiu por décadas naquela visão do negro preso ao campo e ao trabalho de ganho doméstico, sem que tivesse qualquer vínculo com os processos educacionais, para tanto o rompimento com essa perspectiva coisificada tem possibilitado o surgimento de novas pesquisas, “procurando demonstrar os procedimentos de construção das interpretações que os desconsideraram como sujeitos, sobretudo através da permanente negação de sua relação com os espaços escolares”¹⁰³

Essa visão dominante foi caracterizada por compreender a escola como lugar para socialização dos grupos considerados “perigosos” na sociedade que potencializavam, diziam a época por elevarem a violência na sociedade “criar-se pelo ao menos uma escola[noturna] em cada município para os ignorantes adultos”¹⁰⁴. Nesses ignorantes incluíam-se todos aqueles considerados degenerados na sociedade, diga-se os escravizados. Antônio de Almeida (1843-1887) ao discorrer sobre a instrução pública do final do império acenava para possibilidade de estender a matrícula nas escolas primárias aos ex-escravos e escravizados.

Dessa forma, o silenciamento, que durante muitos anos tornou-se hegemônico sobre a escolarização de negros vem, atualmente, buscando, através de novas abordagens investigar, detalhadamente, como se deu o processo de entrada desse grupo social nos bancos escolares. Isso se deve a uma ampliação, sem dúvida, da operacionalização de fontes documentais sejam nos arquivos, bibliotecas públicas, hemerotecas digitais que possibilitam fazer uma triagem das informações, gerando, portanto novas narrativas acerca da presença dos escravizados nas escolas. Assim,

A partir do momento que da historiografia da escravidão, começou a considerar a possibilidade de entendimento em a violência é relativizada na relação entre senhores e escravos somos levados a construir uma visão bem mais complexa da sociedade escravista, tal resignificação implica em deixar de tratar os escravos como *coisa* para transforma-los em *sujeitos*.¹⁰⁵

¹⁰³ FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. (Org.). A história dos negros no Brasil, Niterói, RJ, Cead-UFF, 2016, P.24.

¹⁰⁴ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. O Ensino Público. V.4 - Brasília, Senado Federal, 2003.p.177.

¹⁰⁵ FONSECA, Op.Cit., p.45.

Ou seja, somente as práticas de violência por si, não fornece insumos suficientes e explicações plausíveis sobre os acontecimentos da sociedade escravocrata nacional, pois em cada local a escravidão agiu com suas forças e costumes particulares, o que impede uma compreensão generalizada dos fatos. Na Amazônia imperial, teve suas peculiaridades, onde escravos foram tratados ora como coisas e comercializações à revelia de suas vontades para trabalhar na praça de Belém do Pará nas distintas profissões e compulsórias ocupações ditadas por seus(as) proprietários(as) ou na fortaleza de São José de Macapá para onde os chegados de Cachéu e Luanda iam trabalhar.

Na revolução popular Cabana foram protagonistas de ações ao lado de outros camaradas que sonhavam com uma pátria livre do jugo da escravidão. O historiador Vicente Salles (1931-2013), em sua clássica obra: “O Negro na Formação da Sociedade Paraense”, em que destaca episódios publicados em jornais sobre a presença dos negros no cotidiano do Grão-Pará, mostrando que o saber socialmente construído a partir das práticas cotidianas faziam parte das vivências e de “usos e costumes” dos escravizados.

Salles ao citar o caso do negro Isidoro, por ser grande conhecedor da botânica e da floresta amazônica foi contratado para servir de guia para o naturalista, geógrafo e biólogo britânico Alfred Russel Wallace¹⁰⁶ que esteve no Grão-Pará, em 1848, que reconheceu Isidoro “como seu melhor professor de português, além de iniciá-lo nas primeiras explorações dos produtos naturais nas cercanias de Belém”¹⁰⁷. As habilidades identificadas nas profissões de vários escravizados identificam que embora a escola lhe fosse negada pela legislação educacional, no cotidiano, tinham contato com a leitura e escrita.





Assim sendo, a importância da leitura na vida desses escravizados pode ser explicada por diversos fatores, entre os quais: o contato cultural que tinham com livros, manuais técnicos, revistas, jornais, bibliotecas, aprendizes de carpinteiros, pedreiros, calafates, sapateiros, marinheiros, viajantes e muitas outras atividades técnicas que exigiam do profissional

¹⁰⁶ Naturalista e filósofo, nasceu em 8 de janeiro de 1823 e faleceu em 7 de novembro de 1913. Emitiu, independente de Darwin, a ideia de seleção natural, que apresentou a sociedade lineana de Londres. De maio de 1848 a julho de 1852 visitou o Amazonas e o Pará, colhendo material botânico e zoológico na companhia do entomólogo Henry Walter Bates. Suas anotações foram publicadas em 1853 sob o título: *A Narrative of travels on the Amazona and Rio Negro with na account of the native tribes* (Relato de excursões pelo Amazonas e Rio Negro com uma descrição das tribos nativas). Escreveu: *Palmtreeés of the Amazon* (Palmeiras do Amazonas); *The Geographical distributiomn of animails* (A distribuição geográfica dos animais); *Natural selection and tropical nature* (Seleção natural e natureza tropical), etc. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>

¹⁰⁷ Salles, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Textos reunidos. — Belém: Paka-Tatu, 2004. P. 169.

conhecimento que lhe permitisse ter o básico de leitura para poder ser reconhecido como “official”. Conforme se observa no quadro abaixo:

<p>Ao Tenente Coronel Anselmo Joaquim da Silva, lhe fugio da cidade do Pará, em noite de 2 de Fevereiro deste anno, um seu escravo de nome Thomáz, com os signaes seguintes, altura regular, robusto, cheio de corpo e retincto, olhos grandes, o semblante alegre, barbudo, buço bem serrado que a 1ª vista parece ser Soldado pelo bigode (...) representa ter de 30 annos de idade; falla inglês e alemão (...) quem o aprehender o referido escravo será bem recompensado pelo anunciante, morador na Rua da Paixão[atual 13 de Maio] canto da Travessa de S. Matheus[atual Padre Eutiquio], e protesta-se contra quem o acoutar. Avizos. Treze de Maio, N.475, P.3, 22/01/1845. https://memoria.bn.gov.br</p> 	<p>A Antônio Domingos Pecegueira fugio-lhe no dia 23 de Fevereiro corrente um seo escravo crioulo, official de çapateiro de nome Izaías, com os seguintes sinais: idade 22 annos pouco mais ou menos, baixo de estatura, core retinta, falto de um dente dianteiro, apressado no falar, e no andar, sabe lêr alguma cousa, já algum tempo esteve fugido na Vigia; era escravo da D. Thomásia Perdigão, e ultimamente de Miguel Raiol a quem o anunciante do dito escravo comprou. (...) Avizos. Treze de Maio, N.300, P.8, 04/03/1854. https://memoria.bn.gov.br</p> 
<p>A Pedro Miguel de Moraes Bittencourt, fugio em abril de 1857 o seu escravo de nome Izidro, mulato claro, cheio de corpo, olhos pardos, cabelos louros e anellados, alto, sabe ler pouco, official de carpinteiro e também de marceneiro – de idade de 22 annos pouco mais ou menos – gosta de dançar e toma suas bebedeiras. Consta que embarcou para as partes do Amazonas. (...). Escravos Fugidos. Diario do Commercio, N.13, P.4, 18 JAN 1859. https://memoria.bn.gov.br</p> 	<p>Acha-se fugido desde 14 de dezembro ultimo, o escravo mulato João, official de carpinteiro, cujos sinais são os seguintes: cor pallida, cara chata, cabelos anelados, olhos pequenos, sem barba, estatura baixa, idade 19 a 20 annos, sabe ler e escrever e contar, toca violão, anda calçado, faz-se passar como livre e assgina-se João Paulo de tal. Este escravo foi discípulo do sr. Jorge, pardo, que mora actualmente no Mirisal (...) o apreendendo o façam conduzir a Rua do Norte casa n.16. (Correio Geral. Diário de Belém, N.12, P.3, 16 JAN1869. https://memoria.bn.gov.br</p> 
<p>Vende-se um escravo moço sabe ler e escrever e próprio para qualquer serviço, a tratar com o procurador de causas Tiberio Augusto Freire. Avizos Diversos. Jornal do Pará. N.130, P.3, 10 JUN 1869. https://memoria.bn.gov.br</p>	<p>A' João Raymundo d'Almeida, morador no lugar - Tapera. 1º districto da cidade de Cametá, fugio o seu escravo preto de nome Raymundo, altura regular, gordo, de 40 annos de idade pouco mais ou menos, falar descansado com boca cheia, quando trabalha tem a língua um pouco para fora, sabe ler e escrever, sabe tocar rebeca, entende de carpinteiro, de calafate e de pedreiro. Tendo o dito escravo pedido licença para chegar a cidade por dois dias, 14 de Janeiro, até hoje não se apresentou(...) Escravo fugido. Diário de</p> 

	Belém, N.89, P.3, 22/04/1870. https://memoria.bn.gov.br
<p>A' Francisco Henriques Mattos, fugio no dia 22 de dezembro do anno próximo passado, o seu escravo creoulo de nome Simplicio, preto retinto, alto, magro, cara redonda, dentes alvos, com pouca barba, tem idade 22 annos sabe ler e escrever. E official de pedreiro e trabalhava quando fugio do cais da rua do Imperador; tem sido visto a trabalhar pelo officio n'esta cidade em diversas obras: quem o prender e entregar na casa da residência do seu senhor no arraial de Nazareth, ou na doca do Reducto no escriptorio de Mattos & Vianna; (...). O Liberal do Pará, N.24, P.3, 29 Jan 1871. https://memoria.bn.gov.br</p> 	<p>Da fazenda Pé-na-cova na noite do dia 24 do corrente fugiram, sete escravos em uma galeota de toldo de madeira pintada de verde e branco, sendo os escravos seguintes: Antonio, moleque de 25 annos de idade, alto delgado, tem pouca barba no queixo, é muito atilado[correto], pé largo e grande e sabe lêr (...). Luiz carafuz (...); Camillo, 18 annos (...); Joseffa, 30 annos (...); Felicidade, 20 annos (...); e Militana, preta e seu filho Pelagio, 6 annos.baixa (...). Fuga. Jornal do Pará, N.27, 29 JAN 1871. https://memoria.bn.gov.br</p> 
<p>Fugiu no dia 15 do corrente ao padre José dos Santos da Silveira Souto, de Portel, o seu escravo carafuz de nome Cassiano, indo em uma montaria [barco a vela]. Seos signaes são os seguintes: vinte anos [20] de idade, estatura regular, pouca ou nenhuma barba, rosto comprido, magro sabe ler e escrever. – é Alfaiate. (...) quem o capturar e o entregar em Portel á seu senhor, ou nesta capital ao conego Clementino José Pinheiro receberá a gratificação de cem [100] mil réis. Desconfia-se que foi para o districto de Cametá, onde tem parentes. Avizos Diversos. Jornal do Pará, N. 273, P.3, 21 OUT 1873. https://memoria.bn.gov.br</p> 	<p>Fugido da abaixo assignada desde o dia 17 do corrente a escrava de nome Thereza, carafuza baixa, de dentes apontados muito contadeira de histórias, costuma a dizer a quem não a conhece, que é livre e quem a conhece, constantemente, e que já se libertou, tem o habito de fugir anda pelas ruas desta capital durante a noite e o dia leva acoitada em caza de pessoas que sabendo que ella é escrava não recusa tal agasalho, chegando ao ponto de escrever bilhete em nome e da abaixo assignada para iludir de que a referida escrava não está fugida. Protesta-se com todo rigor da lei contra o acoutador, fazendo o pagar o jornal de todo tempo que ella se tem ausentado, e levando ao conhecimento das authoridades o facto criminoso da falsificação, para que seja o autor punido. Faz o presente para que ninguém se chame a innocencia. Pará, 21 de Junho de 1877. Vitoria M. de P.A. Malheiros.</p> <p>Escrava Fugida. Diário de Belém. N. 140, P.3, 22 JUN 1877. https://memoria.bn.gov.br</p> 

Ainda continua em fuga, desde Janeiro de 1877, o mulato, José, atapuiado, de estatura regular, cheio de corpo, com signaes de bexiga pelo rosto; **tem principio de leitura**; intitula-se liberto pelo seu legitimo sr. É



elle natural da Vigia, onde foi escravo do finado José Estevão Ferreira Guimarães. Gratifica-se à quem o entregar a policia ou a seu dono. Pará 13 de Fevereiro de 1879. José do Ó de Almeida.

Escravo Fugido.

A Constituição, N. 78, P. 3, 05 FEV 1879.

<https://memoria.bn.gov.br>

Fugiram na noite de 21 do corrente mez os escravos da fazenda Itacuam, da propriedade do abaixo assignado, cujos nomes e signaes são os seguintes: Manoel 32 annos, desdentado do lado de cima, preto, alto, cheio do corpo, **sabe ler e escrever e gosta de livros**; (...) tendo vindo do Rio Madeira (...); fala mansa um pouco



descaçado; Paulino 19 annos, (...) preto alto, magro, muito falante e conhecido aqui na cidade como capoeira; é escravo de D. Anna Costa (...) servia de vaqueiro na dita fazenda Itacuam (...). Suppõem-se que fugiram para Marajóassú, contra costa, [de] Cachoeira [do Arari], ou Abaeté, visto Paulino ser filho deste lugar e ter alli o pae carafuz de nome Joaquim Angelo, que mora em companhia do sr. Theodoro Chaves. (...) Pará 25 de Junho de 1878. Frederico Costa. **Escravos Fugidos. A Constituição, N.148, P.3, 04 JUL 1879.** <https://memoria.bn.gov.br>

Izias, Izidro, Raymundo, João, Thomaz, Manoel, José, Cassiano, Antônio e Thereza são exemplos de casos que demostram que os escravos não estavam alheios ao universo cultural da leitura, pelo contrário, conseguiram burlar as regras jurídicas impostas que restringiam o acesso as escolas e à leituras aos negros.

A escrava Thereza usava suas habilidades de escritas, para comprar fiado nas tabernas dentro da cidade Belém, a mesma escrevia bilhetes, em nome de sua proprietária: Vitoria Malheiros para adquirir bens pelo comércio; enquanto Manoel caracterizado pelo seu proprietário da fazenda Itacuam como sendo um escravo que “sabe ler e escrever e gosta de livros”. Por outro lado, Thomáz apresentava-se como poliglota que falava português, alemão e inglês, vindo da província de Pernambuco, demorou pouco tempo na posse de seu dono, Assim como João que dominava a leitura, ao se deslocar pelo espaço da planície amazônica trocava de nome: “João Paulo de tal” estratégia para garantir a falsa condição de livre.

Portanto, a jurisprudência represava o acesso à escola, mas não impedia que tivessem contato com impressos, com a literatura, com circulação de noticias que se pulverizava pelas centenas de revistas e jornais que contribuíam para formação do leitor no Brasil. Dessa forma:

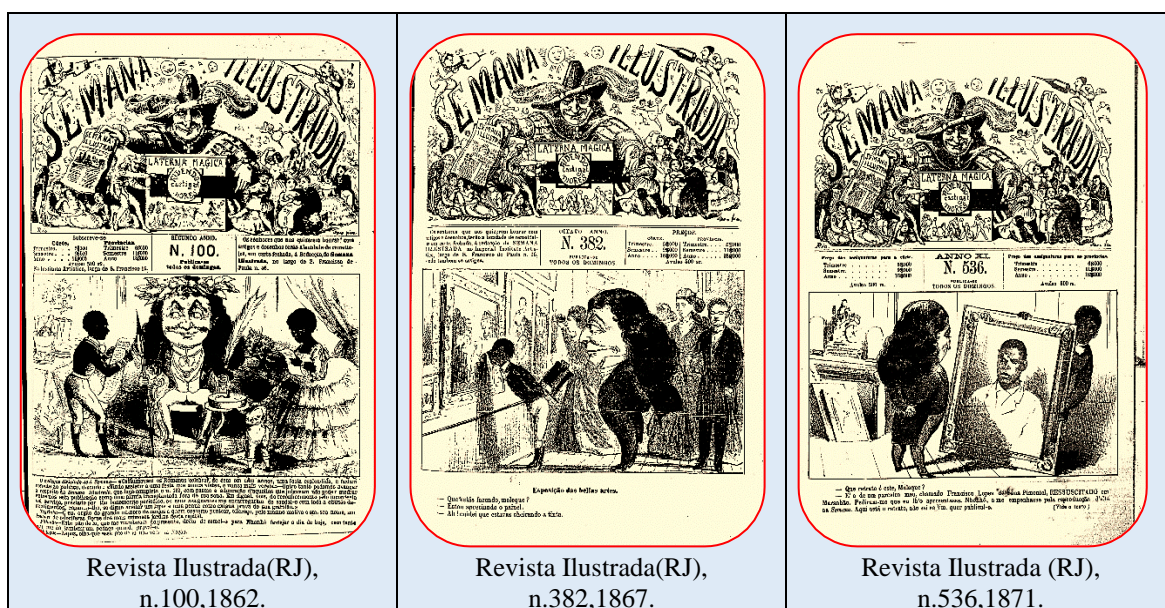
Só por volta de 1840, o Brasil do Rio de Janeiro, (...) passa a exhibir alguns traços necessários para o fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura,

como tipografias, livrarias, e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema; (...)¹⁰⁸

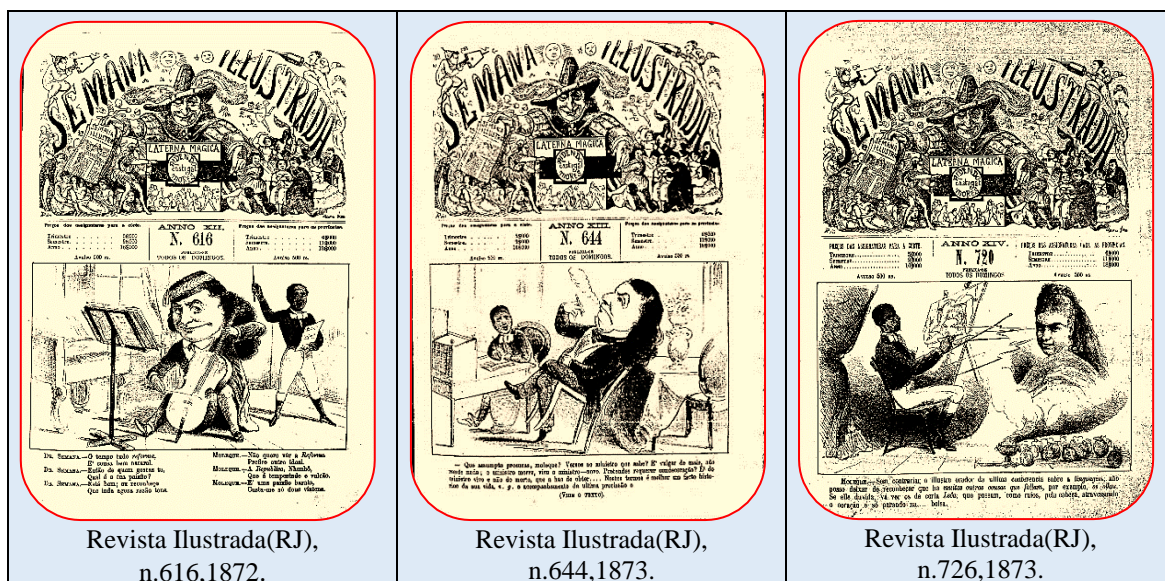
A leitura, a partir do momento em que a massificação dos impressos começou a chegar as mãos da população, havia curiosidade em desvendar o que estava escrito nas colunas dos jornais, nas revistas, nos livros, partituras, a criação de bibliotecas públicas, a expansão das livrarias e tipografias agilizaram significativamente a chegada dos materiais escritos aos leitores.

Dessa forma, as generalizações em que os escravos estavam restritos aos espaços do trabalho domésticos, e do campo, cada vez mais vem sendo debatida, rompendo com aquela visão estruturante que os remetia a relação entre dominante e dominados. Para tanto é necessário, compreender como as relações do cotidiano marcadamente amarradas no campo da violência, em certas circunstâncias cediam lugar para negociação, em certos momentos a resistência dava-se com as fugas que eram frequentes no universo da escravidão fosse no Grão-Pará ou em qualquer outra partes do país.

No cotidiano da sociedade escravocrata a cultura escolar estava presente, agindo não formalmente, contudo se manifestava por meio da prática do ensino técnico praticados pelos chamados mestres. A revista “Semana Illustrada (RJ)” destaca alguns dos ofícios exercidos pelos escravizados:



¹⁰⁸ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. – ed.rev. – São Paulo, UNESP, 2019. P.29.



Fonte: Semana Ilustrada(RJ), <https://memoria.bn.gov.br/>

Como se pode observar no quadro acima, “Dr. Semana” (“Nhonhô”) e “o Moleque” formavam a dupla que ilustrava a revista satírica e irônica dos costumes da corte. Esse periódico, criado pelo desenhista Carlos Fleiuss (1863), tinha finalidade de chamar atenção de seus leitores acerca dos problemas que faziam parte da vida dos cidadãos do Rio de Janeiro no final século XIX. Como figuras principais estavam:

(...) um jovem escravo alfabetizado, sempre pronto para auxiliar seu senhor branco, uma figura bizarra, dotada de cabeça avantajada, coberta por vasta cabeleira e que cultivava relações com a elite e circulava livremente pela corte, o que lhe oferecia oportunidades para observar condutas, acompanhar fatos e comentá-los com seu leal companheiro. Em cena, a dupla materializava a empreitada satírica da revista, que incluía a denúncia dos problemas urbanísticos da cidade, como passeios públicos inadequados, falta de arborização, insalubridade, inundações e a falta de abastecimento de água.¹⁰⁹

A questão que se colocava era como alguns escravos conseguiam alfabetizar-se num universo onde o preconceito, o racismo, a teorias racialistas imputavam aos africanos a degeneração social. Culpados por uma parte do atraso social por conta dos seus costumes culturais, a sociedade imperial, procurando blindar os escravos de ingressar na escola. A revista Ilustrada, por outro lado, procurando denunciar as cenas urbanas e os problemas enfrentados pela da cidade cosmopolita daquele tempo, nas entrelinhas, de suas

¹⁰⁹ PEREIRA, Renan Rivaben. O Rio de Janeiro de 1860 pela revista Semana Ilustrada: O progresso, os espaços públicos e os trabalhadores. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>

capas e no corpo do conteúdo, detalha outras reflexões sobre a história da educação dos negros no Brasil.

Nas caricaturas deixadas pelos pinceis de seus autores, uma importante contribuição restou para se compreender como os desenhos são importantes fontes históricas para se pensar o processo de alfabetização dos escravos, ao contrário, dos autores tradicionais que os descreveram com seus distintos pontos de vistas, especificamente, no labor do trabalho, negando a presença desse segmento na escola, sem habilidades para leitura, escrita e cálculos geométricos, reforçando o mito da democracia racial: do negro ignorante, analfabeto e alheio ao mundo.

Considerando esses fatores o quadro ilustrativo da revista carioca, a figura do negro, opostamente, daquele pormenorizado nas senzalas, nas cidades e no eito. É representado pelo “moleque” que está exercendo a função de arauto ao lado da esposa que também sabe ler e escrever, identificado no ano de 1862; como pintor e desenhista apreciando uma obra artística, num salão de Belas Artes, em 1867; na capa da revista de 1871 o “moleque” apresenta o desenho de Francisco Lopes de Sena Pimentel, um escravo da província do Maranhão; no ano de 1872 o “moleque” apresenta-se como professor de violoncelo do “Dr Semana”; na capa de 1873 destaque para o “moleque registrando versos na escrivaninha e por último o talento do “moleque” desenhando “o belo sexo”.

Quando se estabelece um paralelo das caricaturas da revista Ilustrada com os casos de escravos que estavam em fuga na província do Grão-Pará. É possível perceber o quanto a escolarização realçava o *status quo* na sociedade, pois, a leitura era privilegio de uns poucos na sociedade daquele tempo. Por isso quem tinha o domínio dessa habilidade usufruía de conhecimento para manejar e burlar a lei a seu favor, caso dos poucos escravos que sabiam ler e escrever.

Assim a escola, enquanto instituição social foi constituindo-se no projeto de nação como o espaço proibido aos pretos, negros, ingênuos, crioulos, mulatos, pardos, por entender, os senhores(as) que estes podiam alcançar estratos mais elevados que os ocupados por seus donos(as), muitos dos quais ser quer dominavam os mecanismos básicos da leitura. O analfabetismo estava disseminado no tecido social, naturalizado desde o miserável até membros da elite agrária. Mas, afinal, o que provocava essa interdição da escola para os homens e mulheres não livres? Os escravos procuravam as escolas para matrícula? Havia grupos interessados na educação para os escravos?

A legislação e os regulamentos da instrução pública formalizavam essa perseguição na lei, de forma preconceituosa a restringir a entrada dos não livres, libertos e pretos para frequentarem a escola. Porém, como alguns escravos conseguiram aprender a ler e escrever? A lei tem sua peculiaridade local e deve ser compreendida a partir de sua formalidade legal, porém impede que se verifique como no

cotidiano, constroem-se formas e tramas para ludibriar o que foi estabelecido juridicamente, assim as estratégias adotadas pelos escravos para ultrajar o cerceamento que a legislação os colocavam como protagonista. No censo de 1872, em números gerais contabilizados, a tabela mostra o número os residentes na província do Grão-Pará, segundo, a contagem dos que “sabem ler e escrever”:

PROVINCIA DO GRÃO PARÁ - CENSO: 1872		
SEXO	RAÇA	INSTRUÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Homens: 128589 ❖ Mulheres: 11919 ❖ Total: 247779 (soma correta: 240508) 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Dos Homens ❖ Brancos: 49663 ❖ Pretos: 9200 ❖ Pardos: 46899 ❖ Cablocos: 22827 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Homens ❖ Sabem ler e escrever: 39718 ❖ Analphabetos: 88871
		<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mulheres ❖ Sabem ler e escrever: 20677 ❖ Analphabetas: 98513
	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Das Mulheres ❖ Brancas: 42971 ❖ Pretas: 7629 ❖ Pardas: 46828 ❖ Cablocas: 21762 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ POPULAÇÃO ESCHOLAR DE 6 A 15 ANOS ❖ MENINOS ❖ Frequentão a escola: 5768 ❖ Não frequentao: 25753 ❖ Total: 31521
		<ul style="list-style-type: none"> ❖ MENINAS ❖ Frequentão a escola: 3441 ❖ Não frequentao: 25020 ❖ Total: 28461

Fonte: Império do Brasil. Quadro geral da população livre considerada em relação aos estados civis, sexos, raça, religião, nacionalidade e grão[grau] de Instrução, com indicação dos números de casas e fogos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

A classificação proposta pelo censo de 1872, visava apresentar um diagnóstico para o governo usar como referência para ajustar o destino dos recursos públicos para as áreas consideradas fundamentais para atuação dos presidentes das províncias. Os setores priorizados foram nove. Evidentemente, que os dados são considerados relativos, devido às dificuldades para contagem da população que eram grandes, em função das distancias, as locomoções, os rios, a floresta, o tempo de viagem etc. Contudo o que foi apurado serviu para se ter um *layout* da sociedade brasileira dos tempos imperiais.

Na província o número homens superava o de mulheres, porém ao descrever os biótipos que faziam parte da sociedade paraense aparecia: brancos, pretos, pardos e caboclos, sendo que a mesma classificação servia para as mulheres. Agora, quando se referia a condição de instrução, leitura, e escrita o número dos que sabiam ler e escrever superava o quantitativo de

peessoas consideradas analfabetas. Todavia quando os montantes entre 6 a 15 anos o número dos que não frequentavam a escola excedia significativamente a proporção daqueles que estavam matriculados nas escolas.

Portanto, o escravos nas estatísticas do censo se quer apareceriam na ordem de contagem direta da população. No entanto, o censo fez um adendo acrescentando na “recapitulação” o número de escravos que, em tese, em todo país sabiam ler e escrever e os que estavam em idade de 6 a 15 anos poderiam está frequentando a escola, na tabela abaixo, a descrição os elementos numéricos relativos aos escravos.

RECAPITULAÇÃO: INSTRUÇÃO (ESCRAVOS) – CENSO 1872.	
❖ HOMENS	
❖ Sabem ler e escrever: 958	
❖ Analfabetos: 804212	
❖ MULHERES	
❖ Sabem ler e escrever: 445	
❖ Analfabetos: 705191	
POPULAÇÃO ESCHOLAR DE 6 A 15 ANNOS (ESCRAVOS)	
❖ MENINOS	
❖ Frequentão as escolas: soma o número da população livre com a escrava que gerou: 155651	
❖ Não frequentao: soma o número da população livre com a escrava que produziu: 786831	
❖ Total: 941782	
❖ MENINAS	
❖ Frequentão a escola: soma o número da população livre com a escrava que gerou: 165098	
❖ Não frequentao: 705554	
❖ Total: 960672	

Fonte: Império do Brazil. Quadro geral da população livre considerada em relação aos estados civis, sexos, raça, religião, nacionalidade e grão[grau] de Instrução, com indicação dos numeros de casas e fogos. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

Até 1872, segundo a contagem populacional havia no território nacional cerca de 958 escravos e 445 mulheres na condição de escravas que sabiam ler e escrever, agora, a questão que coloca como essas pessoas conseguiram aprender a escrever e ler se estavam impedidas pela legislação de frequentarem a escola? O números de homens e mulheres ultrapassava os

dados do censo de 1872, no que se refere a escolarização? Os números são é verdade complexos de analisarem-se, devido a produção desses números não terem um origem extada da região onde foram coletados.

No que se refere aos de 6 a 15 anos, após a decretação da lei do Ventre Livre os filhos dos escravizados, alguns passaram a frequentar a escola, mas no censo houve uma simbiose dos números que permitiu adicionar os livres com escravos nessa faixa etária, ou seja, não se tinha o exato valor numérico que permitisse distinguir no total de meninos “155651” e meninas “165098” que estavam matriculados na escola quem era livre ou escravo.

A legislação procurou escamotear de todas as maneiras os dados reforçando o preconceito e racismo que se definiam com práticas de uma sociedade que não abria mão de manter a tutela sobre os escravizados. A chegada dos anos 1870, traria mudanças significativas para população escravizada, já que o abolicionismo com seus ferrenhos críticos a escravidão, o prenuncio das ideias republicanas e diversas associações irão intensificar o discurso contra o elemento servil na sociedade. Em 1871 o regulamento da instrução publica assinado pelo, então presidente da província Joaquim Pires Machado Portella, propunha um novo arqueamento da organização da escolas, funções dos professores, delegados literários, entre outros, no artigo 42 do regulamento Portella:

Art. 42. A matricula será gratuita e deverá ser feita pelo professor, logo que lhe for apresentado o alumno pelo pae, tutor, curador, amo ou protector que declarará sua residência, estado e profissão e bem assim a naturalidade, idade e filiação do alumno e de tudo dará o professor uma nota ao delegado litterario. Não poderão ser admitidos meninos que padecerem de moléstias contagiosas (...) Também não poderão ser matriculados aquelles que não forem livres, nem meninos menores de 5 annos¹¹⁰

A interdição da escola para os escravos, para além dos estereótipos criados na sociedade que os reduziam a condição de objetos, nos regulamentos da instrução pública em que os presidentes da província procuravam fazer os devidos ajustes, cujas alterações chegavam com propósito de aumentar a distribuição das escolas, assim como ampliar o número de matrículas.

Observa-se que a matricula dos alunos seguia um rito que era feita presencialmente pelo responsável fosse o “pae, tutor, curador, amo ou protector” com indicações de estado civil, profissão, local de nascimento sendo todas as anotações entregues ao delegado literário que tinha a incumbência de entregar os registros para o secretario da instrução pública, por fim a

¹¹⁰ Portaria de 20 de Abril de 1871. Dá novo regulamento a instrucção publica da província. Actos do Governo da Provincia do Gram-Pará que formão a segunda parte da coleção das leis do anno de 1871. Tomo XXXIII. Typographia do “Diario do Gram Pará”, 1871, P.23.

escola estava aberta apenas os que tinham perfeito estado de saúde. Logo os doentes, não vacinados, crianças com doenças crônicas, e principalmente, os escravos deveriam não ser matriculados nas escolas de primárias.

Portanto, a lei desde os primeiros regulamentos da educação pública na província do Grão-Pará estava a serviço da exclusão dos negros, mulatos, crioulos, pretos fossem crianças ou adultos não tinham lugar da cidadania presente na legislação que permitia a inclusão de uns e a refutação de outros. Mas a lei é campo de disputa, refrega permanente na sociedade. Para (Thompson, 1987, p.250) “a lei pode ser definida como ideologia ou regras e sanções específicas que mantem uma relação ativa e definida com as normas sociais (...) não é possível conceber nenhuma sociedade complexa sem lei”.

Dessa forma, a lei nasce das complexas disputas dos grupos sociais na sociedade, em 1873, no Colégio do Amparo que recebia alunas para serem instruídas num modelo de educação voltada para o lar, prendas, ao casamento e as aulas da escola normal ao completarem 18 anos. O presidente da província Domingos José da Cunha Junior baixa a seguinte lei para o imediato cumprimento no Colégio do Amparo:

Manda que as vagas que se forem dando no Collegio de N.S. do Amparo, até o numero de 15, sejam preenchidas com admissão de menores libertadas.

Domingos José da Cunha Junior, Presidente da Provincia do Pará, etc, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial resolveu e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo único. As vagas que forem-se dando no collegio de N.S. do Amparo serão preenchidas, **até o numero de 15, com admissão de menores libertadas**, ficando revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto, a todos as autoridades, a quem o conhecimento e execução d’essa lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n’ella se contem. O secretario d’esta província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no palácio do governo do Pará, aos dez (10) dias do mez de setembro de 1873. 32º da Independencia e do Imperio.

L.S

Domingos José da Cunha Junior.

Carta de lei, marcando o numero de vagas que se forem dando no collegio de N.S. do Amparo para que sejam preenchidas no collegio de N.S. do Amparo para serem preenchidas com admissão de menores libertadas, como acima declara.

Para Vossa excellencia vêr,

Gentil Augusto da Silva Nobre, a faz.

Sellada e publicadan n’esta secretaria do governo do Pará, aos 10 de setembro de 1873. O secretario da província – Antonio dos Passos Miranda.

Registrada a folha do livro competente – 1ª secção da secretaria do governo do Pará – aos 10 de setembro de 1873. O amanuense - Gentil Augusto da Silva Nobre Vaz.¹¹¹ (Grifo nosso)

Foram essas jovens filhas de escravizados as primeiras professoras negras formadas pela escola normal do Pará? Os tempo de mudança fomentados pela crítica a escravidão, a participação da sociedade civil, o movimento republicano, a maçonaria induziam o ingresso dos escravos na escola que passava ocupar um papel central no processo de escolarização desse público segregado, mas havia desconfiança do grupo que estava no poder, composto na sua maioria por senhores de escravos, pesava na decisão os estigma da “corrupção dos costumes”.

A lenta abertura foi proposital, pois as decisões estavam amarradas na lei e muitos senhores não abriam mão em deixarem seus “objetos” longe dos cadernos e livros. Já no ano de 1874, Pedro Vicente de Azevedo, presidente da província, em portaria de 13 de Janeiro de 1874, cria um novo regulamento para instrução pública. Lia-se no “Art. 28. Não serão admitidos meninos, que soffrerem moléstias contagiosas.”.

Curiosamente, não estava mais presente o termo “não poderão ser matriculados os que não forem livres”, historicamente, esse aditivo fazia parte do corpo dos regulamentos orientadores da instrução pública, afinal, o que teria levado a supressão do termo da legislação educacional na província do Grão-Pará. Nesse campo de combate delineava-se uma luta histórica pelo direito à educação que procurava invisibilizar a presença dos escravos nas escolas desde a matrícula, assim como a lei usava os argumentos dos políticos e senhores de escravos que procuravam de todas as formas conter a entrada desse público excluído dos bancos escolares para que pudessem ler e escrever.

No ano de 1878, uma nota publicada no periódico maçônico Santo Offício, chamava atenção para a situação de analfabetismo dos senhores de escravos que colocavam em situação de prisão suas peças que circulavam fora de hora pela cidades, sem autorização legal, colocando involuntariamente seus escravizados na cadeia pública, devido não possuírem documento legal que lhes resguardasse o direito a circulação, Assim foi redigida a ironia no jornal:

Esta policia tem coisas!
A policia exige que os escravos mostrem licença dos senhores depois das 10 horas.
Bom! A policia que não prima pela moralidade, quer moralizar os escravos.
E’ como os padres – *Faz o que eu digo, não faças o que eu faço.*

¹¹¹ Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXV, 1873, parte 1ª - Lei N. 781 – DE 10 de Setembro de 1873.

Mas... os senhores que não souberem escrever, como resolverão a dificuldade, em que a policia os entalou?
 Acontece dar flato n'uma senhora analphabeta.
 Manda a escrava á botica comprar *maçan de boi* ou outra *panacéa*.
 A escrava não leva o bilhete as unhas, e pespega a escrava n'um dos *ninchos de Santo Antonio*.
 E a senhora, espera que desespera.
*Quem não tem remédio, remediado está.*¹¹²

Como se observa a escola, a escrita, a leitura, a educação tornaram-se bens valiosos na locomoção para ascensão social, aqueles que estavam a par das mudanças em curso na sociedade, iam sendo dragados pelo processo. O analfabetismo numa relação entre senhor e escravo poderia custar um preço caro para o possuidor do bem, por outro lado, os escravos conheciam as regras em que estavam envolvidos, sabiam fazer a leitura do movimento, quando presos o senhor teria que pagar os custos de permanência na prisão, apresentar documentos legais para soltura, contratar um curador, etc.

A leitura estava no dia a dia dos escravizados, antes de serem admitidos nas escolas primarias para aprenderem as primeiras letras, utilizaram diversas estratégias para burlar as proibições impostas pela legislação, as fontes históricas apresentadas remetem para uma história da escravidão na província do Grão-Pará, onde os escravos descritos, em fuga, eram identificados nas suas habilidades, entre as quais “sabe ler e escrever”.

A escola permeada pelos valores da “ordem e do progresso” sinalizava para inserção de homens, mulheres, crianças e adultos escravizados, consubstanciada ao movimento contrário a ordem imperial que usou as munições do abolicionismo para anunciar as ideias republicanas, porém a fresta aberta da escola para os escravos foi lenta e demorada, negando, portanto o pleno direito à cidadania.

4.1 - ESCOLA NOTURNA PARA ESCRAVOS

A década de 1870 marca lentamente uma mudança de mentalidade no que se refere a educação, os movimentos em curso, a exemplo dos republicanos, as lojas maçônicas criticando no coração do império a falta de instrução da população, acrescida da lei do ventre livre, irão abrir flancos para que a democratização da escola chegue com maior rapidez a todos os moradores. A cidade de Belém como também em outras províncias caso de São Paulo, Rio de Janeiro e na região nordeste a província do Ceará vão conhecer experiências de escolarização

¹¹² *Pot-Pourri*. Santo Officio, N.3, P.2, 26 MAI 1878. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

voltadas para ensinar o currículo básico para um público, historicamente excluído de ingresso na escola: os escravos.

Na geografia do território nacional as ações educativas tinham seus propósitos particulares, as especificidades da escravidão forçam o surgimento da escola para ensinar escravos seguindo orientações de grupos interessados em refutar o “retrogrado império” que já não se encontrava em sintonia com as propostas de modernização de hábitos e costumes, as influências Parisienses ocupavam cada vez atenção das elites aristocráticas do país, instrução vinha encaixar-se com ideias de civilidade. No Ceará “(...) a Loja Maçônica Perseverança fez abrir aulas noctunas para adultos e menores (...) pretende sustentar a escola, libertar mediante dinheiro, dentro de seus recursos pecuniários, escravas menores”¹¹³

Na freguesia da Glória na capital do império a seguinte notícia foi publicada: “convida a todos os vagabundos, negros e moleques que quiserem matricular-se, de o fazerem enquanto as autoridades do lugar o consentirem (eschola nocturna). Isso sim que são cousas de uma cidade *chic*.¹¹⁴ A ironia da publicação demonstra que os escravizados não eram bem aceitos na escola, pela condição e origem cultural de matriz africana. Em São Paulo, na Vila de Cutia, interior desta província um periódico destaca a seguinte nota “Na vila de Cutia [SP] instalou-se uma escola nocturna para ensino primário gratuito para todas as pessoas adultas, menores livres ou escravas.¹¹⁵

Nos derradeiros anos do império alguns grupos reunidos em associações filantrópicas, emancipacionistas e particulares. Pensavam que não bastava apenas libertar, impulsionar cartas de alforrias ou libertar de livre e espontânea vontade suas peças; Era necessário encontrar uma forma de instruir os escravizados para não declinarem para criminalidade e ao submundo da marginalidade, fato que representava uma preocupação que atormentava a mentalidade dos padrões ditados na sociedade daquele tempo. “Na década de 1870, com a crescente agitação abolicionista e os consequentes debates em torno da transformação do trabalho, intensificaram-se as discussões sobre a formação do povo, via instrução primária e profissional” (RIZZINI, SCHUELLER, 2017, p.12).

Assim a instrução tinha por objetivo escolarizar grupos adultos que não eram atendidos pelas escolas primárias. À medida que o abolicionismo ganhava força no interior da sociedade aumentava o quantitativo de adultos que dependiam cada vez mais da escolarização, a solução

¹¹³ Noticiário. Aula noturna. Cearense, N.223, P.2, 06 OUT 1869. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

¹¹⁴ A comedia social – Hebdomadario Popular Satirico, N.57, P.3, 1870. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

¹¹⁵ Noticiário. O Movimento (RJ). N.170, P.1, 02 OUT 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

para resolver esse problema estava em abrir escolas que pudessem oferecer uma formação em um currículo básico. Nesse movimento as portas das escolas noturnas foram sendo abertas para os escravizados adultos, logicamente, que isso não ocorreu, tão quanto fora consenso entre os senhores de escravos, porém representou o começo para que a legislação do regulamento da instrução publica fosse encorpando “ensino de escravos”.

Prova disso que o 2º vice-presidente da província Barão de Santarém, ao receber o relatório do presidente da província o Exm. Sr. Barão da Villa da Barra em 5 de Novembro de 1872, ao comentar o quantitativo de escolas distribuídas pelo território paraense fez a seguinte consideração “D’estas, duas são subvencionadas pelos cofres provinciais e uma das últimas é exclusivamente destinada ao ensino de escravos com a frequência de 55 alumnos”¹¹⁶

No universo da escravidão urbana, as relações e acordos entre senhores e cativos eram negociadas, as promessas de liberdade, diga-se, inclusive citando a escolarização podemos citar como hipótese passaram a entrar nesses acordos verbais de “obediência e liberdade”, Assim,

(...) O escravo aprendeu a negociar, tempo e ritmo de trabalho, horários de saídas e chegada, momentos de lazer e diversão, conquistando ao mesmo tempo a confiança do senhor, que por sua vez deveria sempre impor respeito e certo temor ou medo. Da confiança depositada sobre o escravo e da avaliação sobre seus serviços brotavam as promessas de liberdade, em cartas de alforria, testamentos ou verbais mesmo, com ou sem condições.¹¹⁷

Nesse processo de negociação estabelecido no seio da sociedade escravocrata envolvendo escravos de ganho e de aluguel acabou sendo responsável pela chamada mobilidade social dos cativos que trocavam serviços com promessas e cartas de liberdade junto aos senhores(as). A década de 1870, assinala também o lento processo de expansão das manufaturas e fábricas que vão mudando a paisagem urbana, casarões antigos cedendo lugar a uma arquitetura inspirada nos valores da burguesia europeia, como consequência a franca decadência do uso da mão de obra escrava e valorização do trabalhador alfabetizado e técnico.

Dessa forma os ideais do “cidadão brasileiro” deveriam estar concatenados com os valores da modernidade que se proclamava de Belém do Pará as demais províncias do país (JUNIOR, 2020, p.104). Entretanto, os valores da “civilização” e “modernidade” estavam longe

¹¹⁶ Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Barão da Villa da Barra em 5 de Novembro de 1872 ao 2º vice-presidente o Exm Sr. Barão de Santarem. Pará, Typ. Do Diario do Gram-Pará, 1872, p.19.

¹¹⁷ PALHA, Bárbara da Fonseca. Belém: escravidão e liberdade na primeira metade do século XIX. In: BEZZERA NETO, José Maia; JÚNIOR, Luis Carlos Laurindo. (ORGs) Escravidão e abolicionismo no Grão-Pará (Século XIX)- 1ª ed. – Jundiaí[SP]: Paco Editorial, 2020, p.88.

de ser comungados pelos escravos que eram vistos pela população como avessos aos padrões que estavam sendo propostos em função da condição social. Para ser taxado como “cidadão brasileiro” era preciso ser considerado exímio trabalhador, fazer uso “racional do tempo”. A conjugação desses fatores, portanto, procurará fazer o encaixe disciplinado dos homens recentemente livres e escravizados para se tornarem cidadãos ordeiros e produtivos para ordem social daquele período.

4.2 – ENSINO DE ESCRAVIZADOS NA ESCOLA SANTA MARIA DE BELÉM

O Colégio Particular de Santa Maria de Belém de propriedade do padre Felix Vicente de Leão destinou uma sala para educação de escravos que autorizados, por seus senhores, podiam frequentar as aulas noturnas, desde que apresentassem por escrito o documento que permitisse a frequência nas aulas da escola.

A existência desse mecanismo de controle, foi um requisito legal para que os escravos não desviassem caminho para as “condutas irregulares” à noite ou mesmo ficassem “vadiando” pelas ruas da cidade nos batuques, algazaras e pagodes palas altas horas da madrugada pela cidade, o estabelecimento dessa regra foi determinante para que os escravos retornassem para casas de seus senhores(as).

A instalação dessa escola para escravos por Felix Vicente de Leão, João José Nogueira, Manoel da Fonseca Bernal e Henrique João Cordeiro, inaugurada em 23 de Outubro de 1871, os levou a serem classificados de “maníacos e utopistas”, por uns; e “comunistas e incendiários” por outros, ensinar escravos loucura! horror” uma escola para educar escravos não era bem aceita tão quanto receptiva no meio dos senhores de escravos, a mentalidade da sociedade imperial percebia os escravizados como sujeito de baixa categoria, principalmente, por serem oriundos de um continente , onde a visão construída pelos colonizadores os reduzia a condição de “ inferioridade”.

Nesse sentido é importante observar a promulgação da lei do Vente Livre assinada em 28 de Setembro de 1871 que colocava na condição de livres os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, assim como as cartas de alforrias assinadas ampliando o público de homens livres na sociedade.

Entretanto, cabe ressaltar que a iniciativa das aulas noturnas apontam para escopos diferentes, a escola poderia servir para valorizar as “peças”, já que poderiam proporcionar a longo prazo melhor cotação na praça ou nos leilões do preço dos escravos que eram vendidos conforme suas características produtivas, idade, perfeição física, desempenho de atividades,

além da habilidade de ler e escrever, tornava os cativos diferenciados, no momento da compra e venda. O exponencial número de escravizados libertos estava gerando preocupação dentro da sociedade escravista, a escola noturna de Padre Felix surge como válvula de escape para iniciar os escravos no mundo da leitura.

A criação da escola de que hoje nos ocupamos adstrita á primitiva ideia, é, permita-se nos a hyperbole, quiçá mais generosa e liberal que esta, pois tem por fim o ensino dos que ainda gemem sob o nefando jugo da escravidão. Scientes alguns amigos nossos de que varias pessoas, tem deixado de ser admitidas mas duas escolas existentes, pelo facto de pertencerem á triste condição de escravos, o que ninguém talvez tivesse previsto que aconteceria, atenta a maneira por que aonde hoje são encarados entre nós esses infelizes filhos de nosso próprio erro, tiveram a generosa lembrança de crear, costear e dirigir uma nova escola, onde serão admittidos unicamente alumnos escravos¹¹⁸

Observamos que a criação da escola, segundo a informação do periódico era uma ideia que se encontrava em curso, aguardando tão somente o momento para ser colocada em prática, ou seja, não surgiu mediante a promulgação da lei de 28 de Setembro de 1871 ou mesmo com a criação das escolas noturnas para adultos. A questão dos escravizados serem “barrados” no ato da matrícula, apresenta-se como uma das hipóteses para existência das aulas para os cativos. O preconceito e a discriminação da época faziam com que muitos escravizados não fossem admitidos nas escolas, pela condição social, assim como pela legislação que embargava a entrada nas escolas primárias e secundárias do império e da província.

A ideia é, a nosso ver, de grande alcance; se porém os resultados que vier a produzir ficarem a quem dos desejos seus iniciadores restar-lhe-ha além da consciência de haverem se proposto a um grande tentarem, a glória de serem os primeiros que no Brazil se apresentaram espontaneamente a cura d’estes infelizes a quem a sorte parece haver destinado a viverem perpetuamente imersos nas trevas da ignorância, (...) Attendendo a que alguns escravos, no intuito de receberem a instrucção que gratuitamente é offerida ao povo, se dirigirão a escola nocturna na qual não poderam ser admittidos por conta de a sua condição, bem como a que ella lhes é necessaria para poderem fazer bom uso da liberdade accordarão em criar especialmente para elles no Collegio Santa Maria de Belém, uma escola nocturna, na qual se ensinara gratuitamente a ler, escrever e as quatro operações, na referida escola, cuja inauguração terá lugar na Segunda –Feira, 23 do corrente mês, as 7 horas da noute, serão admittidos todos os escravos que apresentarem licença escrita dos

¹¹⁸ Factos Diversos. Mais uma Escola Nocturna. O Liberal do Pará, N.234, P.1, 20 OUT 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

seos senhores ¹¹⁹

Os inventores da ideia para instruir escravos colocavam-se na vanguarda, “os primeiros do Brasil” que iriam instruir escravos, na ordem do dia estava a preocupação com o que fazer com aquelas pessoas, escondia interesses econômicos próprios da sociedade escravista. Outros senhores(as), entretanto, quiçá “progressistas” como os vereadores observavam a questão de outra maneira, a educação poderia instruí-los abandonarem os chamados “vícios dos maus costumes”, principalmente, saberem fazer uso da liberdade dentro dos padrões civilizados. A escola, através do currículo viria trabalhar “as boas maneiras” e gerar um tipo de trabalhador avesso aos costumes depreciativos, conforme alegavam os valores preconceituosos da época.

Inaugurada a escola noturna para escravizados, a preocupação com resultados foi um dos objetivos que perseguiram seus fundadores. Afinal, o projeto necessitava averiguar os resultados práticos, ainda em Novembro de 1871, Félix Vicente divulgou no jornal O Liberal do Pará o mapa de frequência dos alunos matriculados entre 23 de Outubro e 23 de Novembro:

Nº	NOMES	IDADE	FALTAS	NOMES DOS PROPRIETÁRIOS
1	Alfredo	17 ANNOS	10	Do Exm sr. Visconde de Arary
2	Olinto	10 ANNOS	13	Do Exm sr. Visconde de Arary
2	Juvencio	20 ANNOS	9	Do Exm sr. Visconde de Arary
4	Jeronimo	25 ANNOS		Do padre Felix Vicente de Leão
5	Corrado	14 ANNOS		Do padre Felix Vicente de Leão
6	Cazimiro	16 ANNOS		Do Ill sr Francisco de P. Barreto
7	Satyro	17 ANNOS	2	Do Ill sr Francisco de P. Barreto
8	Olegario	12 ANNOS	4	Do Exm sr. Visconde de Arary
9	Theodoro	32 ANNOS	1	Do Ill sr. José dos P. Miranda.
10	Luiz	23 ANNOS	10	Do Illsr. Raymundo J. de Miranda.
11	José m. dos P.	19 ANNOS	3	Do Tenente Coronel Vicente B. de M.
12	Agapito M.	18 ANNOS		Da Exm ^a . Sr ^a D. Antonia J. de M.
13	Henrique	19 ANNOS		Do Exm. Sr. José C. da G. e Abreu
14	Domingos	12 ANNOS	1	Do Exm sr. Visconde de Arary
15	Januario F.	13 ANNOS	1	Do Exm sr. Visconde de Arary
15	Cypriano	19 ANNOS		Do Ill Sr. Constantino Motta
17	Justino A. da S.	25 ANNOS	1	Da Exm ^a . Sr ^a D. Viuva Bahia
18	José P. da Silva	21 ANNOS	1	Da Exm ^a . Sr ^a D. Viuva Bahia
19	José M. do N.	28 ANNOS		Da Exm ^a . Sr ^a D. Maria L. M. Cunha
20	Manoel Joaquim	08 ANNOS		Da Exm ^a . Sr ^a D. Maria L. M. Cunha
Padre Felix Vicente de Leão				

Fonte: Escola Nocturna para Escravos. O Liberal do Pará, N.263, P.1, 24 NOV. 1871. <https://memoria.bn.gov.br/>

¹¹⁹ Factos Diversos. Mais uma escola noturna. O Liberal do Pará, N. 234, P.1, 20 Out 1871. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

Em um mês de atividade, 20 escravizados tiveram seus registros de matrícula para acompanhar as aulas que iniciavam às 19h e finalizavam às 21h. É importante observar que na publicação do jornal, a escola noturna para cativos não usava critérios em que definia quem deveria ser considerado “adulto”. O nome genérico “escravos” seguia a mesma regra aplicada a escola para noturna para adultos da província, em que a idade para ter o registro de matrícula respaldava-se a partir dos 08 anos de idade.

Na amostra da ficha de frequência é possível identificar alunos, cujas idades variavam entre 08 e 32 anos de idade, configurando uma sala de ensino multisseriada, onde cada aluno era classificado em classes conforme o grau de instrução que apresentava. Dessa primeira relação de matriculados 05 escravizados pertenciam a mulheres e 15 tinham por proprietários homens. Em relação ao quantitativo de escravos, a maior parte pertenciam ao “Exm. Sr. Visconde de Arary¹²⁰” formando o total de 06. No primeiro mês de existência as aulas noturnas foram assiduamente frequentadas por 08 alunos que não possuíam nenhuma falta, enquanto 12 possuíam variadas faltas nas aulas.

No ano de 1872, é publicado pelo diretor do Colégio de Santa Maria de Belém uma relação com número maior de alunos escravos que procuraram ou foram enviados pelos proprietários(as) para estudarem, chegando a 43 o quantitativo de matriculados regularmente na escola.

Escola Nocturna – Abaixo publicamos o mappa de frequência do alumnos escravos da escola nocturna erecta fundada no Collegio de Santa Maria de Belém. Mappa de frequência dos alumnos escravos da escola nocturna erecta fundada no Collegio de Santa Maria de Belém, relativo ao mez de Junho [1872].

¹²⁰ ARARY, Antonio Lacerda de Chermont, Visconde de. O Visconde de Arary ao público e aos seus amigos. Pará: Typographia do Diario do Gram-Pará de F. C. Rhossard, 1872. 23 p. Coronel, Barão e Visconde de Arari. Como 1º vice-presidente do Pará, dirigiu a Província de 28 de janeiro de 1866 a 27 de outubro do mesmo ano. Posteriormente exerceu as mesmas funções nos seguintes períodos: 09 de abril de 1867 a 1 de junho de 1867 e 6 de agosto de 1867 a 29 de setembro de 1868, já então com a patente de general e nobreza aumentada para visconde. Catálogo de Obras Raras da Fundação Cultural Tancredo Neves. <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/>. Para maiores esclarecimentos sobre Visconde de Arary consultar: **Secção Noticiosa. A Boa Nova, N.63, P.2, 09 AGO 1879 – Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>**. Em que é feita uma nota de esclarecimento sobre o falecimento de Visconde de Arary (1804-1879) falecido aos 75 anos de idade, sendo a 3ª ordem de seu Testamento declara não ter filhos, que nunca foi casado; na 4ª ordem deixando sua casa no Largo do Palácio (atual Solar Barão do Guajará) para sua sobrinha D. Maria Victoria Pereira de Chermont Raiol, casada com Domingos Antônio Raiol e na 12ª ordem “declaro que deixo forros gratuitamente sem ônus algum os meus escravos”, no Testamento o número total de escravos chegava a quantidade de 70, os quais eram formados por homens, mulheres e crianças; uma breve biografia e a relação com nome completo dos escravos pertencentes a Visconde do Arary podem ser consultadas em: **O Liberal do Pará, N.178, P.1, 07 AGO 1879. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>**

Nº	Nome	Faltas	Possuidores
1	Alfredo	8	Visconde d'Arary
2	Olynto	13	Visconde d'Arary
3	Juvencio	12	Visconde d'Arary
4	Jerônimo	6	Padre Felix V. Leão
5	Conrado	4	Padre Felix V. Leão
6	Cazemiro	0	F.P. Barreto
7	Satyro	8	F.P. Barreto
8	Theodoro	10	José P. Miranda
9	José	2	Vicente B. Miranda
10	Agapito	4	D. Antonia M. Miranda
11	Cypriano	10	Constantino Motta
12	Domingos	17	Visconde d'Arary
13	Januario	2	Visconde d'Arary
14	José	23	D. Maria L. da Cunha
15	Eleuterio	4	Padre Felix V. Leão
16	Manoel	23	D. Maria L. de Loureiro
17	Viriato	14	João Manoel dos Santos
18	Alfredo	7	João Maria de Moraes
19	Cyrilo	10	João Maria de Moraes
20	Balthazar	2	D. Amelia
21	Domingos	17	Santa Casa de Misericórdia
22	Marcellino	2	Visconde d'Arary
23	Firmo	8	Visconde d'Arary
24	Sabino	7	Visconde d'Arary
25	Americo	5	Visconde d'Arary
26	Raimundo	19	D. Brites Gurjão
27	Romão	16	D. Anna do Carmo da Silva
28	Olympio	3	José Joaquim da Silva
29	Raimundo	18	D. Maria m. da Costa
30	Jeronymo	1	Clemente Ferreira
31	Antonio	19	Francisco R. Pereira
32	Manoel	6	Fugencio M. Macedo
33	Camilo	3	Jose Joaquim da Silva
34	Albino	11	Clemente Ferreira
35	Faustino	18	Pedro Gurjão
36	Manoel	5	Francisco das Chagas
37	Adão	5	Francisco das Chagas
38	Miguel	9	Francisco Basto Veiga
39	Pedro	11	D. Anna M. Bentes de Mello
40	Baptista	4	Jose Mariano Botelho
41	Estevam	16	João Marcellino M. de Souza
42	Landislao	7	D. Maria C. da Silva
43	Felype	6	Marianno A.F. da Serra

Fonte: O Liberal do Pará, N.147, P.2, 04 JUL 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/>.

Passados 8 meses de criação das aulas no colégio particular, o número de alunos praticamente dobrou, conforme é observado na tabela acima, a frequência tinha por objetivo levar ao conhecimento da população que a ideia de fundação de uma escola noturna para escravizados estava colhendo seu

primeiros objetivos.

Assim, se aponta como uma importante característica dessa escola a irregularidade da frequência dos estudantes, pois havia um significativo número de faltas apresentado constantemente, dos 43 relacionados apenas 1 no mês de Junho não possuía nenhuma ausência registrada, os 42 restantes tinham oscilantes presença nas aulas.

Mas, a que se deve tal assimetria, uma das proposições esteja no fato dos escravos de ganho e de aluguel residentes na cidade de Belém possuírem mobilidade espacial o que lhe permitia ganharem a rua para trabalharem (PALHA, 2020, p.87). Por isso, a escola vai ser usada como válvula de escape para muitos escravizados saírem de casa, despertando atenção da polícia, já que não poderiam ficar circulando pela cidade sem autorização de seus donos, caso contrário seriam recolhidos a cadeia de São José. A rotina de trabalho, o cansaço, a falta de perspectiva, sobretudo a condição a que estavam submetidos não os motivava a terem uma rotina de estudos disciplinadas no Colégio Santa Maria de Belém.

Contudo, naquele contexto valia destacar a projeção que vinha assumindo as aulas noturnas para escravizados, em dezembro de 1872, seus fundadores ganharam destaque em matéria publicada em O Liberal do Pará:

Alem dos exames que procedeu-se no dia 30 do passado na escola nocturna mantida pela “Sociedade Propagadora da Instrucção Primaria” de que no momento no collegio de “ Santa Maria de Belém” de que seo proprietário e director o nosso distincto amigo, rvd, sr. Padre Felix Vicente de Leão, no dia 23 do corrente ao exame de suficiência dos alumnos da “ Escola Nocturna para Escravos”.Quando há mezes alguns amigos nossos tiveram a ideia de fundar uma escola para ensino de escravos, mereceram ser classificados de maníacos e utopistas, por uns; de comunistas e incendiários por outros!¹²¹

O mês de novembro foi decisivo para os planos de manutenção da escola noturna para escravizados, pensado na comemoração do primeiro aniversário, seus fundadores prepararam o discurso para que reforçasse as matrizes orientadoras dessa escola tanto para o grupo apoiador da iniciativa, no sentido de ampliar o número de alunos, quanto para os cativos que passaram a receber uma formação voltada para incluí-los no universo da comentada “civilização”, principalmente formar um modelo de trabalhador adaptado a escravidão.

A patrocinadora desse movimento era sociedade propagadora da instrução pública, uma espécie de agremiação que reunia muitos simpatizantes de Dr. Freitas a José Veríssimo que apostavam nas metodologias e manuais educacionais externos que circulavam no país, no

¹²¹ Escola Nocturnas para Escravos. O Liberal do Pará, N.273, P.1, 04 DEZ 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

sentido buscar outros caminhos para educação na província do Grão-Pará. Por isso, padre Félix Vicente de Leão e seus apoiadores foram tratados de “incendiários”, “comunistas”. A escola, portanto, se apresentava como campo subversivo da ordem estabelecida, evidenciando o conflito que havia entre as classes, mas colocando na ordem do dia as propostas que deveriam guiar o currículo na “relação de poder” e na formação de professores.

A resistência em manter o funcionamento da escola noturna para escravos deve ser pensada no contexto da luta de classes entre os segmentos defensores da monarquia e os simpatizantes do movimento republicano no campo educacional. Porém a matéria do jornal continua sendo explicativa sobre os motivos da escola noturna para escravizados.

Querer ilustrar, esses homens brutos, essas machinas sem ação própria, criados e educados a semelhança dos irracionais e destituídos de intelligencia (que é predicativo do homem livre) pela natureza, que os predestinos á escravidão!

Abrir os olhos á cegueira do escravo.igualar os seus conhecimentos do sr. É alimentar o ódio d’aquelle contra este, é instituir reformas subversivas, é plantar a insubordinação entre os escravos e anarchia entre as famílias; é enfim o comunismo com todos os horrores de Paris!! Eis como discorrião uns e outros.

Nem a má vontade com q’ esses encarão a ideia, nem outras muitas dificuldades que se lhe apresentaram, conseguiram desviar esses verdadeiros apóstolos da liberdade do caminho que se propunhão trilhar.

O patriotismo e a força de vontade lançou por terra os obstáculos: a escola foi creada, e conta com já 55 alumnos, graças a magnamidade de muitos srs. que pensão de maneira inteiramente diversa d’aquelles em relação á educação de seus escravos.

No dia 2, pois, fizeram esses infelizes martyres do captiveiro a sua festa litteraria – o seu exame de sufficiência.¹²²

As mudanças provocadas na legislação que vinham libertando a passos lentos os escravizados levantava a questão do que fazer com esse segmento que não tinha lugar na escola primária, começava a ser discutido no interior da sociedade entre pedagogos e políticos como absolve-los no mundo do trabalho. As contradições propostas colocavam em rota de colisão os defensores e os opositores desse projeto “querer ilustrar esses homens brutos”, na visão da sociedade do século XIX todos que estavam na condição de subserviência aos senhores não eram considerados pessoas, mas vistos aos olhos do preconceito, das teorias racistas que impregnavam a mentalidade da época.

¹²² Escola Nocturnas para Escravos. O Liberal do Pará, N.273, P.1, 04 DEZ 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

“Abrir os olhos á cegueira do escravo. Igualar os seus conhecimentos do sr”. Justifica-se como uma das problemáticas para inclusão dos escravizados na escola: o homem negro, o preto pobre, carafuzo, crioulo, ingênuos ter o mesmo *status* que seu proprietário demarcam a construção dos preconceitos contra os negros no país. Contudo, os precursores desse processo não desistiram de seus escopos e sofreram também oposição as suas ideias “comunismo com todos os horrores de Paris!!”.

A comparação a Paris que vivenciava greves nos bairros operários, a miserabilidade de seus moradores, o fortalecimento do movimento operário conquistando direitos, o trinômio da revolução francesa, a isonomia exigida pelos homens na conquista de direitos, passaram, a ser vistas como ameaças à aristocracia escravocrata no Brasil, logo toda mudança incomodava, sendo taxada de “comunismo”.

A liberdade passava ocupar um espaço destacado na sociedade escravocrata, a educação representava a antítese luz e trevas “verdadeiros apóstolos da liberdade do caminho que se propunhão trilhar. O patriotismo e a força de vontade lançou por terra os obstáculos: a escola foi creada”. A escola noturna para escravos, não foi uma simples criação de um grupo preocupado com inclusão do negros ou o que fariam depois que ganhassem a liberdade. Foi levada na força defendendo seus objetivos em seu primeiro ano de existência, em jogo estava a prominência de valores educacionais e quem da escola primária deveria fazer parte, a perspectiva da democratização permitindo a presença de todos. Como resultado “55 alumnos graças a magniminidade de seus srs”.

As festa literárias, no período imperial no Grão-Pará no século XIX, aconteciam geralmente no final do ano letivo, representava o fechamento das atividades escolares, em que os alunos eram avaliados individualmente pelas bancas compostas por professores(as) e delegados literários, em que pontos dos conteúdos eram selecionados, após a preleção, no final os avaliadores definiam a retenção e progressão dos alunos(as) para classe seguinte.

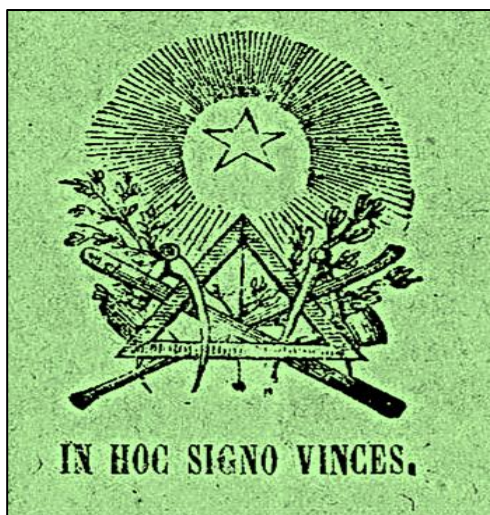
Assim sendo, a festa literária da escola noturna procurou destacar o aprendizado dos alunos nas atividades desenvolvidas nas aulas, porém foi criado pelos professores todo um clima que pudesse simbolizar o significado da instituição para sociedade.

Foguetes, luzes, bandeiras, troféus, emblemas, inscrições, decorações, musicas todos os objetos, enfim, que agridão e encantão, nada ahi faltava. No alto da porta da entrada lião-se os seguintes modestos versos, que tão bom exprimem os sentimentos dos autores do festejo.
 “Venha venha a liberdade/“Com as luzes da razão/“Fuja a negra ignorância/
 “Com a bruta escravidão
 No alto da porta fronteira e por cima das armas nacionais. Lia-se a seguinte legenda: **“In hoc signo vinces”**. Na sala esquerda (...) achava-se collocada a effigie de S.M.I.¹²³ [grifo meu]

¹²³ Escola Nocturnas para Escravos. O Liberal do Pará, N.273, P.1, 04 DEZ 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

Os detalhes dos festejos para entrega dos prêmios aos alunos foram, conforme a descrição pensados estrategicamente, os objetivos haviam sido alcançados, os enfeites, as insígnias, as decorações procuravam apontar para um novo caminho da escolarização. As motivações deveriam fazer parte do aprendizado “fuja a negra ignorância/ com a bruta escravidão”.

Na entrada da escola, os adereços na porta pregados indicavam presença das armas nacionais e a “éffige de S.M.I” [Sua Majestade Imperial], a onipresença da figura e respeito a autoridade monarca, mas a frase que chama atenção é: “*In hoc signo vinces*”, em latim a tradução de frase grega significa “com este sinal vencerás”, abaixo, na imagem detalhes do símbolo que estava na entrada do colégio Santa Maria de Belém.



Fonte: Capa da Revista Maçônica- A Flammigera – Publicação Bi-mensal, Redator: Cheffe D. William Miller — Anno I - Nº 1 – Oriente de Belém – Pará - 16 Outubro de 1873. <https://memoria.bn.gov.br/>

Os alunos foram examinados, conforme a classe a que pertenciam, pois ao serem matriculados era feita uma triagem para identificar o que cada um conseguia desenvolver tanto na escrita, quanto em termos de leitura. Dessa forma, os presentes no exame de suficiência foram 32 alunos.

Foram examinadores, além de outros, além de outros, os srs conego Rocha em leitura e o sr Manuel M. Duarte, em arihtmetica:

A primeira – 1º livro de leitura do sr. Dr. Abilio e escripta de caracteres alfabéticos;

A segunda – o 2º livro do mesmo anterior, taboada e bastardo;

A terceira – Lê corretamente, escreve cursivo e faz a operação de somar;

A quarta - - Finalmente, lê corretamente, escreve themas, e faz as quatro operações.

Compareceram ao exame 32 alumnos.

Na 1ª classe 13

Na 2ª classe 12

Na 3ª classe 9

As provas que exigiram agradaram geralmente.

Concluindo o acto tomou a palavra o sr conego Rocha, que discorreu sobre a necessidade de instrucção, terminando por dirigir a estes interessados escolares palavras de animação e perseverança. Fallou em seguida o sr dr. Director da instrucção publica sobre o nosso estado de instrucção em relação a diversos paizes da Europa, manifestou a satiusfação que sentia por ver assim fructificar a semente plantada por esse nobres obreiros do progresso, e terminou fazendo os mais merecidos elogios ao director do collegio e aos dignos professores.

São fundadores, mestres e únicos sustentáculos d'esta utilíssima escola os srs padre **Felix Vicente de Leão, Henrique João Cordeiro**, aos quaes, em nome da moral, e dos mais vitaes interesses da pátria dirigimos um sincero voto de louvor e gratidão.¹²⁴[grifo meu]

A metodologia aplicada para avaliação referia-se ao domínio e desenvolvimento de algumas habilidades e competências, que procuravam demonstrar se o aluno conseguiu evoluir nos quesitos básicos da alfabetização em língua nacional e matemática. Na primeira classe era cobrado dos alunos o reconhecimento e escrita das letras do alfabeto, bem como a leitura; na segunda classe era exigido dos alunos conhecimento elementares de matemática com usos da tabuada referentes operações matemáticas básicas e demonstrar os resultados da escrita de forma inclinada em letras maiúsculas e minúsculas; na terceira classe era exigido dos alunos que lessem corretamente os textos, se utilizavam na escrita a codificação correta das letras na formação da palavras e na matemática tinham que dominar a operação de somar e por último na quarta classe era exigido pleno domínio de leitura, escrita e domínio das operações de somar, subtrair, multiplicar e dividir.

No final das atividades foram conferidos aos alunos a progressão de classe, aos “fundadores, mestres e únicos sustentáculos d'esta utilíssima escola os srs padre Felix Vicente de Leão, Henrique João Cordeiro, aos quaes, em nome da moral, e dos mais vitaes interesses da pátria dirigimos um sincero voto de louvor e gratidão”. Na fala dos que estiveram presentes a pátria, a moral, o progresso, a família os valores positivistas sendo colocados em prática, um ensaio do que viria a ser consolidado com a república.

Em 1873, ocorrerá a última grande festa literária da escola noturna para escravos promovida pelos sócios fundadores e pela associação promotora da instrução pública. Na tabela abaixo a relação de alunos referentes ao mês de Janeiro, houve a entrada de novos alunos, bem como outros que iniciaram em 1872 deixaram de ter constância nas aulas, o diretor do colégio afirma que até dezembro de 1873 o quantitativo de estudantes chegou ao número de 51 matriculados.

¹²⁴ Escola Nocturnas para Escravos. O Liberal do Pará, N.273, P.1, 04 DEZ 1872. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

Escola Nocturna – Abaixo publicamos o mappa de frequência dos alumnos escravos da escola fundada no Collegio de Santa Maria de Belem - Mappa de frequência dos alumnos escravos da escola nocturna erecta no Collegio de Santa Maria de Belem referente ao mês de Janeiro 1873.

Nº	NOME	FALTAS	POSSUIDORES
1	Jeronimo	6	Pe. Felix V. de Leão
2	Conrado	1	Pe. Felix V. de Leão
3	Eleuterio	0	Pe. Felix V. de Leão
4	Valeriano	2	Vicente de Paula Lemos
5	Theodoro	11	José G. Corrêa de Miranda
6	José	2	Vicente B. Miranda
7	Agapito	4	D. Antonia M. de Miranda
8	Honorato	8	Vicente de Paula Lemos
9	Alfredo	2	João Maria de Moraes
10	Domingos	11	Visconde de Arary
11	Cazemiro	2	Francisco Paula Barreto
12	Baptista	3	João Mariano Botelho
13	José	10	Eugenio M.A.C de Macedo
14	Miguel	6	Bastos e Veiga
15	Severino	9	Vicente Baptista de Miranda
16	Paulo	4	Vicente Baptista de Miranda
17	Manoel	6	Julio A. Aguiar Machado
18	Cyrilo	3	Dr. João Maria de Moraes
19	Satyro	10	F.P. Barreto
20	Camilo	5	José Joaquim da Silva
21	Raimundo	11	Manoel F. de Christo Correa
22	Olympio	8	José Joaquim da Silva
23	Victorino	2	Luis Calandrine da Silva Pacheco
24	Cesaltino	2	Luis Calandrine da Silva Pacheco
25	Horacio	3	Pedro M. de M. Bittencourt
26	Benedicto	8	Jose de Moraes
27	Marcelino	13	Visconde de Arary
28	Americo	8	Visconde de Arary
29	Balthasar	7	D. Amelia
30	Miguel	6	Vicente Baptista de Miranda
31	Sabino	14	Visconde de Arary
32	Viriato	4	João Manoel
33	Augusto	3	Pedro M. de M. Bittencourt
34	Casimiro	7	Vicente Baptista de Miranda
35	Franco	3	Vicente Baptista de Miranda
36	Petrolino	1	João Olympio Rangel
37	Januario	1	Visconde de Arary
38	Jeronimo	0	Clemente Ferreira dos Santos
39	Francisco	0	Severino A. de Mattos
40	Manoel	2	Eugenio A. de Macedo
41	Olyntho	3	Visconde de Arary

Fonte: Factos Diversos. O Liberal do Pará, N.29, P.1, 05 FEV 1873.

A frequência nas aulas continuava sendo o grande problema, as faltas continuavam no intervalo de 0-14, a evasão que se coloca como hipótese fosse provada pelo fato da escola não defender os princípios libertários na prática. O proprietário mantinha suas peças estudando na escola, ler e escrever foram dois instrumentos na sociedade escravocrata do Grão-Pará que os escravizados procuram

apropriar-se para usá-las em seu favor, alguns desses escravos irão empreender fuga como Jerônimo de Clemente Ferreira dos Santos, antes, porém precisaram conhecer os códigos linguísticos que outrora eram de conhecimento do homem branco. O Liberal do Pará de 1873, procurou descrever com entusiasmo a representação da escola noturna para escravos.

Se 20 annos atraz apparecesse entre nós um sonhador falando as possibilidades de dar-se instrucção aos escravos, seria desde logo considerado um louco, senão um agitador incendiário, e como tal por todos repellido. Ainda mais: Ai do desventurado que se atrevesse a implorar de seu senhor a necessidade de licença para frequentar uma escola! Há cerca de oito annos ainda, se não nos falha a memória, foi levado á presença do tribunal do jury desta cidade um individuo por haver em sua caza, em presença de algumas pessoas falando na necessidade da redempção dos escravos, e profhetisado a próxima realização d’essa medida de grande alcance social.¹²⁵

Segundo o periódico a educação para escravizados vinha sendo pensada pelos homens da elite, porém não havia encontrado ressonância entre os senhores que consideravam “os homens bárbaros” não justo de frequentarem à escola. E, os que defendiam as balizas desse projetos eram vistos como “agitadores, loucos”, mesmos os escravos que pedissem para estudar eram castigados com palavras hostis, na insistência eram castigados pelos senhores. A justificativa do “alcance social”, portanto foi o grande desafio colocado pelos que defendiam a ideia.

E como se houvesse se operado uma rápida transformação social, virão todos com pasmo ser geralmente aplaudida a idea, não encontrando opposição nem mesmo da parte dos senhores, cujos escravos, se mostravam desejosos de ir beber n’aquella fonte miraculosa os conhecimentos que fazem fortificar e robustecer a vida intelectual Em poucos mezes, um bom numero d’esses infelizes exhibiam excellentes provas de adiantamento, patenteando assim, ante um publico maravilhosos, que estavam *senhores do grande segredo dos brancos*. Sabião ler e escrever (...).¹²⁶

Prosseguindo na afirmação o periódico afirma que a: “rápida transformação social” foi uma construção em que vários sujeitos envolvidos que tinham como proposta no movimento

¹²⁵ Factos Diversos. Festa Litteraria dos Captivos. O Liberal do Pará, N.284, P.1, 16 DEZ 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

¹²⁶ Factos Diversos. Festa Litteraria dos Captivos. O Liberal do Pará, N.284, P.1, 16 DEZ 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

de libertação alfabetizar, projetar um trabalhador que desse conta de responder as mudanças que estavam em curso na sociedade. Por isso, que não houve “oposição de parte dos senhores”, pois eram pessoas que tinham por finalidade desgastar um dos principais pilares do império brasileiro que era o escravismo, a escola para escravos, “Em poucos mezes (...) um bom número desses infelizes exibiam provas de adiantamento”. Os resultados estavam sendo alcançados rapidamente para entusiasmo dos defensores da ideia. “patenteando o segredo dos brancos”, o instrumento de poder: ler e escrever.

A banda de musica do 11º batalhão de infantaria postada a porta do edifício, tocava alegres e variadas harmonias. A sala direita, decentemente ornada, foi o lugar escolhido para o acto, a que assistiram algumas senhoras e um bom numero de cavalheiros de todas as classes presidido pelo distincto chefe liberal o exmo. Sr. Dr. José da Gama Malcher, funcionando como examinadores os srs professor. Professor José Theodozio Saraiva da Costa, conego Antonio Gonçalves Rocha, Antonio Theodoro d’Andrade Chaves e José Baptista Ribeiro de Souza. Eis o resultado.¹²⁷

Ao contrário da primeira festa literária, a banda musical do 11º batalhão de infantaria foi uma das grandes atrações para o vento procurava mostra para sociedade o trabalho desenvolvido com os estudantes, a chegadas das autoridades provinciais como Gama Malcher, além dos professores externos para avaliarem os alunos reforçavam os métodos pedagógicos trabalhados na escola noturna para escravizados. Por fim o exame final:

Passarão da 3ª para 4ª classe, cujo ensino é leitura e escripta de cursivo, e as quatro operações de arithmetica os alumnos da 3ª classe examinados em leitura, escripta e contabilidade até multiplicar: Baptista Ayres da Silva, Olympio Theodoro e Augusto Custodio de Moraes.
Da 2ª para 3ª classe, cujo ensino é leitura, escripta de bastardinho, taboada e conta de somar: Petrolino Joaquim dos Santos, João Honorio, Francisco das Chagas, Cypriano José Henriques, Conrado e Honorio de Miranda.
Passarão da 1ª para 2ª classe: Manoel Antonio da Silva, Benedicto Antonio de Moraes e Theodoro Francisco da Silva.
Ficarão na 1ª classe, cujo ensino é syllabas e formar os caracteres do alfabeto: Severino, Paulo, Valeriano e Miguel. Matricularão-se durante o anno 58 alumnos, apresentando-se (...) somente 18 aos exames: faltando por conseguinte 40 e de entre estes um grande numero dos da 3ª e 4ª classe.
Covem notar que nenhum dos alumnos que se mostraram mais adiantados no anno passado continuou n’este anno os estudo começados sob tão bons auspícios. Ao encerrar-se o acto dos exames, tiveram os espectadores uma alegre surpresa. Abrindo-se repentinamente uma das portas do fundo da sala, prorompeo um hyno entoado por vozes infantil: era um interessante coro de

¹²⁷ Factos Diversos. Festa Litteraria dos Captivos. O Liberal do Pará, N.284, P.1, 16 DEZ 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

meninas, que trajando cândidas vestes e trazendo sobre a fronte grinaldas de flores de laranjeira, acompanhavam ao som de uma orquestra bem ensaiada o seguinte hynno com que forão encerrados os festejos.¹²⁸

Dos 58 alunos matriculados na escola, somente 18, ou seja, 31% compareceram para serem examinados e progredirem de ano, a maior parte dos alunos que faltaram estava concentrado na 3ª e 4ª classe, a evasão não deixou de provocar uma decepção nos professores, inclusive, ressaltando que os alunos do ano anterior que tiveram melhores resultados não haviam continuado os estudos. Nota-se que na avaliação daqueles estiveram presentes, chama atenção o fato dos alunos serem identificados pelo nome completo e não apenas pelo primeiro nome, ou seja, o nome de batismo era lido por completo.

As matérias no conjunto eram as mesmas do ano anterior, acrescentando contabilidade na 4ª classe para os alunos que estavam concluindo o curso, ao final, um coral formado por meninas encerrou as atividades do ano letivo de 1873. Apesar da preocupação de padre Félix Vicente de Leão apresentar os resultados da escola noturna para escravos, outros intelectuais daquele tempo não comungavam do mesmo pensamento em relação a manipulação feitas pelos liberais ao criarem as instituições noturnas para educação de adultos:

No domingo ultimo tivemos logar no collegio de Sta Maria de Belém, de propriedade do Rvmº Padre Felix Vicente de Leão, á cuja perseverança e dedicação, secundado por seu irmão o Sr. Nogueira, devem bons resultados colhidos por infelizes, que se preparam para uma regeneração tardia, por que aqui n'esta provincia o concurso individual para essa gloriosa empresa do nosso século tem sido quase nullo, como attesta a associação emancipação d'escravos fundada nesta cidade.

Não é com artigos bombeiros, que hade o *Liberal* conseguir cousa alguma, quando é elle tam pouco afeiçoado á idéa de abolição do elemento servil, que por uma exceção notável tem sido o único jornal que não publica gratuitamente os annuncios de sessões da dita associação ou sobre qualquer assumpto que a interesse.

Convem dizer as cousas muito claras para extirpar de uma vez as galhas.

Se não fosse o Sr. Padre Felix a escola dos captivos, em vez de festejar solememente os louros colhidos pelo estudo, como teve, o prazer de fazer domingo passado[14/12/1873], estaria enterrada com a tal associação promotora da instrucção com uma outra chamada cremos que – propagadora – e finalmente com a tal escola da câmara municipal.

Em aproximando-se as eleições, teremos de ver *novo patriotismo em campo*, e então quantas escolas, quantas associações populares surgirão?!



¹²⁸ Factos Diversos. Festa Litteraria dos Captivos. O Liberal do Pará, N.284, P.1, 16 DEZ 1873. Disponível em: <https://memoria.bn.br/>

Como este povo é cego.¹²⁹

Samuel Mac-Dowell reconhecendo a importância pedagógica da escola noturna e de seus fundadores, destaca a contribuição desta para “regeneração” dos escravos, mas não se enganou com as intenções dos liberais que usava as aulas noturnas com desígnio de propaganda política para eleger seus candidatos no período eleitoral “como esse povo é cego”, segundo Mac-Dowell o patriotismo discursado nas “boas intenções” escondia o real interesse em se manter com a bancada liberal no poder. Por isso, a escola noturna funcionou como cooptação de votos para eleger a maioria dos vereadores, deputados liberais, cujos compromissos eram com interesse pessoais e não educacionais.

O lugar de homens, mulheres e crianças negros, pretos, mulatos, crioulos, carafuzos, caboclos, ingênuos na concepção da elite escravocrata deveria ser fora da escola. Pois, essa instituição foi criada com a intenção de escolher os selecionados para frequentá-la, a começar pela cor, classe social, condição econômica. As fontes históricas utilizadas neste capítulo procuraram demonstrar que mesmo excluídos do processo educacional, houve da parte a quem era negado o direito de estudar pela legislação aprovada pelos políticos a resistência em manter-se iletrado.

Uns no cotidiano aprenderam a ler e escrever nos manuais pedagógicos, outros incentivados pelos senhores, outros desenvolveram atividades profissionais que exigiam conhecimentos técnicos, habilidades de cálculos, geometria, leitura, conversação, cada um foi procurando direto e indiretamente no universo da leitura a entrada no que era considerado “sagrado” da elite escravocrata. As escola noturna para escravos veio com a disposição de resolver com o analfabetismo entre os escravizados, mas esbarrava no ponto fundamental para formação cidadã – a liberdade.

Nasceu também marcada pela evasão escolar, atrair os alunos para aulas noturnas acabou tornando-se o grande desafio para os idealizadores, pois o cansaço após um dia todo de trabalho, a desmotivação, a falta de perspectiva de vida, aliado aos materiais didáticos como livros não adaptados, assim como o currículo estranho a quem jamais tinha frequentado a escola na vida, fortaleciam a ausência nas aulas e nos testes de progressão de classe aplicados ao final do ano.

¹²⁹ Exames dos Alumnos Escravos. A Regeneração. N. 67, P.3, 18 DEZ 1873. (A imagem que ilustra a citação à esquerda, é do político e advogado Samue Wallace Mac-Dowell (1843-1908) que pode ser consultada em: Dr Samuel Wallace Mac-Dowell no Parlamento Brasileiro em sessão de 10 de Agosto de 1885 por ocasião da discussão do projecto da extinção gradual do elemento servil – Tributo aos amigos e admiradores: Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885. – Obras Raras – Centur.

Outra observação destacada são os critérios classificatórios utilizados pelos pedagogos para matricular os alunos os dividindo em classe, deixando uma pista intrigante: alunos da 2^a, 3^a e 4^a classe sabiam ler e escrever, os da 1^a tinham conhecimentos elementares de leitura e cálculos. Portanto, os alunos que foram enviados para estudarem na escola noturna para escravos de algum modo já tinham contato com a leitura, cálculos e a escrita.

Entre 1872 e 1873 a experiência da escola noturna para escravos foi evidente com entusiasmo de seus autores na divulgação das atividades, pós 1873, tornaram-se raras as informações, restringindo-se a anúncios do início do ano letivo, gradualmente foram desaparecendo das páginas dos jornais.

A efetivação de uma escola noturna para escravizados esbarrou no preconceito e no racismo, no Estado imperial, caso do Grão-Pará, não havia lugar para escolarização de negros, pretos, crioulos, os que aprenderam os códigos linguísticos e matemáticos foram conta própria no dia a dia ou incentivados por alguns senhores(as).

Ler e escrever são instrumento de poder, negados ainda no tempo presente aos descendentes de ex-escravos na Amazônia republicana pensar ainda hoje as dificuldades postas para os alunos(as) negros(as) que estudam no ensino noturno. Esses empecilhos permanecem há de 153 anos, cuja origem está legislação imperial e nas experiências de escolarização para negros, caso do Colégio Particular de Santa Maria de Belém.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa sobre as escolas noturnas para adultos durante o final do século XIX, entre os anos de 1871-1879, buscou nas fontes históricas: jornais, revistas, ofícios, relatórios da instrução pública, fotografias e na legislação rastros deixados pelos homens no tempo, no que se referia as primeiras experiências para instrução de adultos na província do Grão-Pará. O tempo pode parecer longínquo, entretanto 154 anos na cronologia não representa muita coisa na história, pesquisar esse período histórico, particularmente, foi um enorme desafio.

As pesquisas no campo da história da educação têm trabalhado em seus objetos de pesquisa a criança, os professores, as instituições escolares, entre outros. Os adultos como se não fizessem parte da escola, no período imperial, foram esquecidos em seus protagonismos. A educação de adultos é antiga na Amazônia, no Grão-Pará, o professor Raimundo José de Almeida Couceiro, em 1854 deu largada para as aulas noturnas, contudo o intuito deste trabalho de pesquisa foi centrar atenção, a partir de 1871, quando o Joaquim Pires Machado Portella regulamentou as escolas noturnas para adultos.

A interpretação das fontes, sobretudo, jornais foram mostrando que o debate em torno trabalhador letrado, ordeiro e disciplinado passou a ocupar atenção dos políticos, literatos, comerciantes, industriais que viam na escola noturna para adultos a oportunidade de orientar os profissionais dentro um currículo, calcado nos valores do ideário positivista, sem a possibilidade de questionamento aos estudantes.

Quando Padre Félix Vicente de Leão, João Diogo Clemente Malcher criaram a primeira escola noturna para adultos livres a procura foi excepcional por matrículas, os liberais acertaram no lugar escolhido, em pouco tempo a noturna da Câmara Municipal estava no orçamento da municipalidade bancando os livros, materiais de expediente e de uso dos alunos o pagamento do professores.

Os anúncios de jornais pós setembro de 1871 mostram uma multiplicação de escolas noturnas pela capital e interior da província que ajudaram a incentivar o retorno dos trabalhadores adultos para iniciar e continuar seus estudos, já que para ser eleitor, pertencer as forças armadas, trabalhar nas atividades públicas e particulares o grau de escolaridade, tornou-se o critério seletivo dos trabalhadores. Nesse ponto destacamos a importância que essas aulas tiveram para público excluído das escolas primárias.

Se na capital as escolas noturnas tinham caído nas graças dos homens adultos, no interior as câmaras municipais passaram a “imitar a capital”. Passando pela ilha do Marajó, região do

Salgado, Baixo Tocantins, Oeste do Grão-Pará e cada vez mais foi ganhando adesão por onde chegava da população local.

Mas, havia um problema: a pobreza, o abandono do poder público, falta de recursos, os conflitos políticos. Sendo algumas escolas fechadas por conta do professor pertencer a agremiação política oposta à da situação, falta de pagamento da casa onde funcionava a escola; em outras situações o governo comprometia-se com abertura da escola, porém atrasava o aluguel, fornecimento de querosene, o pagamento dos professores que tinham que viajar distâncias à capital cobrar seus honorários.

A criação de uma escola noturna para escravos trouxe para o debate a preocupação dos senhores (as) com a formação desses trabalhadores que estavam na condição de cativos, a campanha abolicionista, a lei de 28 de setembro de 1871 acendeu o alerta sobre o que fazer com esses homens depois que ganhassem a liberdade.

A implantação dessa escola enfrentou a resistência de muitos setores reacionários contra a inserção dos negros nas aulas noturnas, a força do preconceito e do racismo não impediu que alguns senhores (as) de escravos liberassem seus trabalhadores cativos para as aulas à noite no colégio particular de Santa Maria de Belém.

Essas aulas noturnas para escravos marcam o começo de uma longa jornada pelo reconhecimento de direitos na Amazônia imperial, transpassa para república até a política de cotas. Por outro lado, na escola noturna para homens livres e cativos possuem algumas características comuns: o abandono das aulas, a irregular frequência dos estudantes que e um currículo alheio ao que estavam acostumados no cotidiano de trabalho.

Todas essas peculiaridades do ensino noturno, ainda são identificadas no tempo presente, entra governo sai governo, a política do Estado nacional é voltada ainda para atender crianças e adolescentes. O lugar do adulto continua sendo marcado por uma política segregacionista, as coordenadorias que trabalham diretamente com jovens e adultos nas secretarias municipais e estadual têm pouca presença pedagógica no sentido da formação dos professores e escolha de materiais didáticos. Como resultado os mesmos erros de um século e meio atrás continuam sendo reproduzidos.

A proposta desta pesquisa identificando seus fundadores, professores e estudantes foi mostrar aspectos da história social das primeiras experiências das escolas noturnas no Grão-Pará na Amazônia imperial, sem a preocupação de sacralizar seus personagens, mas de evidenciar a luta pela democratização da escola para os adultos, direito inalienável definido na constituição, que continua sendo negado para o branco pobre, sobretudo, para os descendentes de ex-escravizados da Amazônia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO; Sônia Maria da Silva; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza; ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e instrução no Pará imperial e republicano**. – Belém: EDUEPA, 2015.
- BEZERRA NETO, José Maia; JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo (Orgs). **Escravidão urbana e abolicionismo no Grão-Pará (século XIX)** – 1 ed. – Jundiá [SP]: Paco Editorial, 2020.
- BEZERRA NETO, José Maia. Estado, Igreja e Instrução Pública: práticas de reformas civilizatórias no Brasil escravista (Grão-Pará: séc. XIX) – CRV, 2021
- CABRAL, Paulo Eduardo. O negro e constituição de 1824. **Revista de informação legislativa**, v. 11, n. 41, p. 69-74, jan./mar. 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2017.
- CORREIA, Mailza da Silva. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programade Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.
- COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- DA SILVA, Alexandra Lima. **Escolas abolicionistas, escolas da liberdade: educação e escravidão na historiografia da educação brasileira**. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.
- FAUSTINO, Rosangela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. *Acta Scientiarum*, Maringá, 23(1):157-166, 2001. <https://periodicos.uem.br>.
- FERREIRA COSTA. Raissa Cristina. **“Nós, os educandos paraenses”**. Perfil e trajetória dos educandos paraenses (1872-1905). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belém, 2020.
- FONSECA, Marcus Vinicius. **A educação de negro**; uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- FONSECA, Marcus Vinicius; BARROS, Suruya Aaronovich Pombo de (Orgs.). **A história da educação de negros no Brasil**. Niterói, RJ, Cead. UFF, 2016.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freira D'Aguiar e Eduardo Brandão. – São Paulo: companhia das letras, 2007.

KALIFA, Dominique. **Os Bas-fonds**: História de um imaginário; tradução Márcia Aguiar: São Paulo, EDUSP: 2017.

LE GOFF, Jacques. **A história deve ser dividida em pedaços**; Tradução: Nícia Adan Bonati. 1.ed. – São Paulo: UNESP, 2015.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da democracia. SP: RT, 2009.
POMBO, Surya de Barros. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros na legislação educacionais do XIX. Educ. Pesqui., São Paulo, V.42,n.3,p.591-605,jul/set.2016.

RIZZINI, I; SCHUELER, A. F. M. de. (1). Trabalho e escolarização urbana: o curso noturno para jovens e adultos trabalhadores na Escola Municipal de São Sebastião, Rio de Janeiro (1872-1893). **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá- PR, v. 17, n. 1 (44), p. 89 -115, Janeiro/Março 2017.

SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. **Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

SANTOS, Edivaldo Albuquerque dos. Ensino Médio Regular Noturno: As determinações do capital na formação do trabalhador. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação em Educação Brasileira, 2011.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912). 2ª.ed. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SAVIANI. Demerval [*et al.*]. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Vol.3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**; Uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VALENTE, José Duarte. A história das ruas de Belém – Belém: Cejup, 1993.

CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da. Paraenses Illustres. Paris: Jablonski: Vogt, 1896.

FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa de. Paleographo ou Arte de aprender a ler a letra manuscrita: para uso das escolas da Amazônia. Paris: Jablonski [1971?]. 111p. il.

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: Significado histórico de sua denominações -; Ilustrações de Rudolf Riech. – 2ª ed. – Belém: CEJUP, 2013.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. O Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial (1870-1880). *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 18, p. 173-189, set. 2005 – <https://seer.ufrgs.br>

MENDES, Cândido Mendes. Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judicarias : dedica do a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, p.46. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473>

Salles, Vicente. O negro na formação da sociedade paraense. Textos reunidos. – Belém: Paka-Tatu, 2004.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. – ed.rev. – São Paulo, UNESP, 2019

PEREIRA, Renan Rivaben. O Rio de Janeiro de 1860 pela revista *Semana Ilustrada*: O progresso, os espaços públicos e os trabalhadores. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication>

PALHA, Bárbara da Fonseca. Belém: escravidão e liberdade na primeira metade do século XIX. In: BEZZERA NETO, José Maia; JÚNIOR, Luis Carlos Laurindo. (ORGs) *Escravidão e abolicionismo no Grão-Pará (Século XIX)*- 1ª ed. – Jundiaí[SP]: Paco Editorial, 2020, p.88.

Dr Samuel Wallace Mac-Dowell no Parlamento Brasileiro em sessão de 10 de Agosto de 1885 por ocasião da discussão do projecto da extincção gradual do elemento servil – Tributo aos amigos e admiradores: Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. O Ensino Público. V.4 - Brasília, Senado Federal, 2003.
AQUINO, Perla Sofia Andrade de; ROLIM, Rosana Maria Gemaque. O financiamento da educação de jovens e adultos no estado do Pará –desafios históricos. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 143-169, jan./abr.2023. <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/23426/15282>

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm

Legislação Informatizada - Decreto Nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854 - Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>

Portaria de 20 de Abril de 1871. Dá novo regulamento a instrucção publica da província. Actos do Governo da Provincia do Gram-Pará que formão a segunda parte da coleção das leis do anno de 1871. Tomo XXXIII. Typographia do “Diario do Gram Pará”, 1871, P.23.
Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXV, 1873, parte 1ª - Lei N. 781 – DE 10 de Setembro de 1873.

Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Barão da Villa da Barra em 5 de Novembro de 1872 ao 2º vice-presidente o Exm Sr. Barão de Santarem. Pará, Typ. Do Diario do Gram-Pará, 1872, p.19.

ANEXOS

<h1>JORNAL DO PARÁ</h1> <p>ORGÃO OFFICIAL.</p>	
<p>CAPITAL. PREÇOS D'ASSIGNATURAS</p> <p>Anno 18000 Semestre 9000 Trimestre 4500</p>	<p>Propriedade de Santos & Irmãos.—Rua de S. João canto da estrada de S. José Publica-se diariamente, exceptuados os dias immediatos aos santificandos e de festa nacional. Não começa a assignatura em qualquer dia, nem o dia de começo Março, Junho, Setembro e Dezembro.</p>
<p>INTERIOR E EXTERIOR PREÇOS D'ASSIGNATURAS</p> <p>Anno 18000 Semestre 9000 Trimestre 4500</p>	
<p>ANNO XI. DOMINGO 9 DE MARÇO DE 1873. N.º 55.</p>	

Ao sr. inspector do arsenal de marinha, para o fim requerido.
—José Lopes de Sá Junior.
Como requer.
—J. Jackson.
Sim.
—Delfino Rodrigues Collares.
Como requer.
—Francisco Xavier de Moraes Pereira.
Informe o sr. inspector do thesouro provincial.
—O capitão Francisco José Machado Angico.
Informe o sr. commandante superior de Santarem.
—Augusto Michel Andreassy.
Como requer.
—Luiz Martins.
Informe o sr. juiz de direito da 1.ª vara.
—Luiz Francisco Bezerra da Rocha.
Informe o sr. inspector do thesouro provincial.
—Officio do engenheiro da provincia, dr. Guilherme Francisco Cruz.
Idem.
—Officio do promotor publico interino da comarca de Bragança.
Informe o sr. inspector da thesauraria de fazenda.
—Saturnino Antonio de Carvalho.
Indeferido, em vista da informação da thesauraria de fazenda.
—Tenente coronel Christovão Antonio de Mello.
Como requer.
—Coimbra Pego & C.ª
Informe o sr. inspector do thesouro provincial.
—Bacharel Cazimiro Borges Godinho de Assis.
Como requer.
—Pedido da enfermaria militar.
Forneça-se.
—Idem do coronel commandante do forte do castello.
Forneça-se.
—Idem do mesmo.
Forneça-se.
—Idem do tenente coronel commandante do 11.º batalhão de infantaria.
Forneça-se.

— Dia 5.

PORTARIAS.

O vice-presidente da provincia, tendo em vista o officio que lhe dirige o director geral interino da instrução publica, em data de 31 de janeiro ultimo, resolve approvar e mandar sejam postas em execução nas escolas nocturnas da provincia as seguintes instruções organisadas pelo conselho de instrução publica, em virtude do § 2.º do artigo 27 do regulamento de 20 de abril de 1871.

Instruções.

Art. 1.º—As escolas nocturnas funcionarão das 7 as 9 horas da noite de todos os dias uteis, excepto as quintas-feiras, nas salas das escolas diurnas, que são convenientemente illuminadas por conta da provincia.
Art. 2.º—O curso d'estas escolas constará das materias prescriptas pelo art. 30 e seus §§ do regulamento citado.
Art. 3.º—Serão admittidos n'estas escolas os mesmos compendios que forem pelo conselho director designados para as escolas diurnas.
Art. 4.º—Ninguém poderá ser

matriculado, sem ter oito annos de idade.

Art. 5.º—A escola que durante um anno não attingir a frequencia maior designada pelo § unico do art. 17 do regulamento, será fechada, e seu professor perderá o direito á gratificação; podendo todavia, o director propor a abertura d'ella em outro lugar, sendo regida pelo mesmo ou por outro professor.

Art. 6.º—Quando qualquer d'estas escolas tiver uma frequencia maior de 60 alumnos, em dous trimestres consecutivos, poderá ser creada outra no districto mais visinho.

Art. 7.º—O professor que faltar a escola nocturna, não sendo por molestia, perderá a gratificação desse dia.

Art. 8.º—O professor que não preencher as duas horas de lição marcadas n'estas instrucções, perderá a 3.ª parte da gratificação d'esse dia.

Art. 9.º—Os delegados visitarão estas escolas o maior numero de vezes que poderem, ficando ellas sujeitas á sua inspecção; e cumpri-lhes exercer sobre ellas as mesmas attribuições que lhe são dadas pelo regulamento citado.

Art. 10.º—Em caso de licença, a gratificação reverterá em beneficio do professor que for designado para substituir o licenciado, na forma do regulamento.

Art. 11.º—Os professores das escolas nocturnas ficam sujeitos para com estas escolas ás mesmas obrigações impostas aos das diurnas.

Art. 12.º—Os exames d'estas escolas terão lugar em acto consecutivo aos das escolas diurnas; serão presididos pelos delegados e feitos pelo respectivo professor e dous examinadores designados pelo director geral, sendo de preferencia professores.

Art. 13.º—Haverá em cada escola um livro especial para a matricula e ponto diario dos alumnos.

Art. 14.º—A escola será franqueada á todo a pessoa que a queira visitar, uma vez que não perturbe os trabalhos; sendo absolutamente onterer o professor com conversas.

Art. 15.º—São applicaveis á estas escolas todas as disposições das escolas diurnas do regulamento de 20 de abril de 1871, na parte que lhes for relativa.

Transmittio-se copia destas instrucções ao director geral da instrução publica.

—O vice-presidente da provincia, dando execução á lei provincial n.º 725 de 27 de abril de 1872, resolve nomear uma comissão composta do inspector interino da saúde publica, dos dres. em medicina José da Gama Malcher, Antonio Andres Capper e Frederico Hermeto Pereira Lima e do provedor da santa casa da misericórdia, para formular o regulamento do azilo dos alienados, de que trata a mesma lei.

Communicou-se nos nomeados.

—O vice-presidente da provincia, tendo em vista a proposta feita pelo director do arsenal de guerra em officio n.º 161 de hontem, resolve nomear para interinamente servirem os lugares abaixo declarados, creados no mesmo arsenal pelo regulamento que baixou com o decreto n.º 5118, de 19 de outubro do anno ultimo, os cidadãos seguintes:

Para secretario.—O actual Escrivão do almoxarifado, João da Guerra Passos.

Portaria que orientava a criação das Escolas Noturnas, 1873.

ANNO III. BELEM DO PARA DOMINGO 17 DE SETEMBRO DE 1871. NÚMERO 206

Assignar-se na typographia do «Jornal do Amazona» e através das Mercos. n. 53.

O LIBERAL DO PARA.

JORNAL POLITICO, COMMERCIAL, E NOTICIOSO.

DIRECTOR DA EMPRESA E REDACTOR EFFECTIVO JOSÉ BAPTISTA RIBEIRO DE SOUZA.

As subscrições são pagas voluntariamente, podendo começar em qualquer dia e terminando em Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Publica-se todos os dias a excepção das segundas-feiras e dos immediatos que succedem.

INTERIOR E PROVINCIAIS.	
1 anno	20\$000
6 meses	11\$000
3 meses	6\$000

Das publicas, ras pagtas.
(«Cin. de republica».)

Factos Diversos.

ESCOLA DE ADULTOS.—Até hontem ao meio dia achavam-se matriculados 78 alumnos na escola municipal; sendo os novos inscriptos:—Antonio da Silva Pinheiro, Antonio da Silva Cruz, Antonio B. da Silva Cruz, Archangelo Luiz da Silva, Benedicto Eugenio Toledo do Couto, Bernardino Carlos Damasceno, Cazemiro José Marinho, Eusemio Leopoldo, Felipe da Costa Teixeira, Frederico Correa da Costa, Francisco da Costa Macedo, Florencio Antonio Marinho, Felix José dos Santos, Francellino Francisco de Oliveira, Firmino Antonio dos Santos, Florencio Gonçalves Campos, Gerardo de Oliveira e Souza, José Monteiro Pina, Joaquim Marques de Carvalho, João Baptista Virgilio Correa, Joaquim Francisco da Conceição, Ignacio Victor Damasceno, Luiz José Barata, Manoel Antonio da Silva, Manoel Saturnino, Manoel Antonio do Amaral, Manoel Raimundo Rebello de Sousa, Manoel Thomaz Carneiro, Narciso Leoncio de Miranda Coutinho, Nicolau Tolentino Candido, Pedro do Espirito Santo Senão, Raimundo Valente Gonçalves, Raimundo Eleuterio do Nascimento, Sudario Antonio de S. Brígido.

Relação com nome dos primeiros alunos da escola noturna municipal, 1871.

ANNUNCIOS.

Escola nocturna para adultos.

Para scientificar a todos os que desejarem frequentar esta escola, resolveram os professores organizar a seguinte tabella das materias que constituem o curso da mesma, que dividiram em trez classes, as quaes são as seguintes:

1.ª CLASSE.

3\$000

- 1.º Ensino de leitura (1.º livro pelo dr. Abilio ou dr. Freitas.)
- 2.º Instrução religioso.
- 3.º Escripta (primeiros rudimentos.)

2.ª CLASSE.

3\$000

- 1.º Leitura (2.º e 3.º livros pelo dr. Abilio.)
- 2.º Escripta (bastardo, e bastardinho.)
- 3.º Religião (Historia biblica.)
- 4.º Noções de grammatica elementar.
- 5.º Principios elementares d'arithmethica.
- 6.º Paleographo (pelo dr. Freitas.)

3.ª CLASSE.

5\$000

- 1.º Leitura (Constituição politica do Imperio.)
- 2.º Grammatica (analyse.)
- 3.º Noções de geographia (pelo dr. Freitas.)
- 4.º Noções praticas do systema metrico.
- 5.º Calligraphia.
- 6.º Noções de musica.

Das 7 ás 9 da noite.

Termo do exame que se procedeu
na Escola Publica Nocturna do 4.^o
Districto da Capital do Para regido
pelo Alumno mestre João Guilhermo
de Vilhena.

Aos cinco dias do mez de Dezembro
do anno de mil oitocentos e setenta
e tres, na casa onde funciona a Escola
Publica Nocturna do quarto Districto,
presentes o M.^{mo} Sr. Delegado Lettuario
Francisco Henrique de Mattos e a com-
missão examinadora composta dos
alumnos mestres Cesar Augusto de
Andrade Pinheiro e João Justino da
Costa Ferreira, procedeu-se os exam-
dos alumnos da mesma Escola, pela
maneira seguinte. - Terceira classe -
compareceram cinco, tendo todos acces-
so para a quarta; - segunda classe -
compareceram doze, tendo accesso pa-
ra a terceira cinco; - primeira classe
compareceram cinco, ficando todos
na mesma classe.

As nove horas findo o acto, o Sr.
Delegado mandou passar o presen-
te termo, que vai assignado pelo
mesmo Sr. Delegado e pela com-
missão examinadora.

METHODO
leitura rapida
economica
BACADAPA
por A. P. d'Almeida

ADOPTADO
pelo
Governo Imperial
na Escola publica
RUE DE S. ANA

AIEUO
a i e u o

h H l lha n nha q Q

ba ba ga la pa pa ta xa
ca da ga ma sa ra va za
fa ca ma la pa ra xa ta
fa ca da la ma pa ra na a za

24 - 4 - 6
8 8 64 9 9 81
8 8 72
Avenia 90
Ditenda 80
Santia 70
Saxenia 60
Cincenia 50
Quarenta 40
Trinta 30
Vinte 20

8 8 8 2
9 7 9 8 9 9
5 16 17 18 19

para um sentido hori-
zontal na 1ª columna os
maiores e os menores syllabos

Conven guardar para as ultimas explicacoes as sen-
teças de certos sons como pa e sa i za e cha, etc. os di-
versos sons de e, ai, ch, as consoantes accrescidas de
nomes alfabeticos de a a z; quando ainda de um articulo
para obgar o aluano a distinguir os sons que se e puz,
lucilicando-lhe os nomes de certas fructas de que se vi-

Mais abaixo em sentido horizontal ainda se encontram
as syllabas de, de, etc., depois as syllabas de, de, etc.,
Em seguida ai, etc., me au, ur ai, etc., até as mais
dificiles, sendo todas as que formão os vocabulos da nossa
epyllote lingua.

Rio, 6 de Outubro de 1871.

Antonio Vinheiro d'Almeida.

QUADRO SYNOPTICO DO METHODO DE LEITURA ABREVIADA				
A	E	I	O	U
a	e	i	o	u
b c d f g j l m n p r s t v x z	b d f j l m n p r s t v x z	b d f j l m n p r s t v x z	b c d f g j l m n p r s t v x z	b c d f g j l m n p r s t v x z
la b c f g p	le b c f g p	li b c f g p	lo b c f g p	lu b c f g p
ra b c d f g p t v	re b c d f g p t v	ri b c d f g p t v	ro b c d f g p t v	ru b c d f g p t
al am an ar as	el em en er es	il im in ir is	ol om on or os	ul um un ur us
lha nha	lhe nhe	lhi nhi	lho nho	lhu nhu
ça cha qua ya kan	ce che gue-2 ge que-2	ci chi gui-2 gi qui-2	ço cho quo yo ho	çu chu z asa ão ès ex
obse acce admo ophthal regno pha apti betlem				

Método de Leitura – Fundo: Diretoria Geral da Instrução Pública da Província – APEP -1866-1883.

Relação dos alunos que frequentam a escola pública noturna desta Villa de Faro installada pelo Sr. Juiz Subdelegado de Policia, na noite de 1.º de Fevereiro de 1879, segundo o artigo 17 do Regulamento em vigor

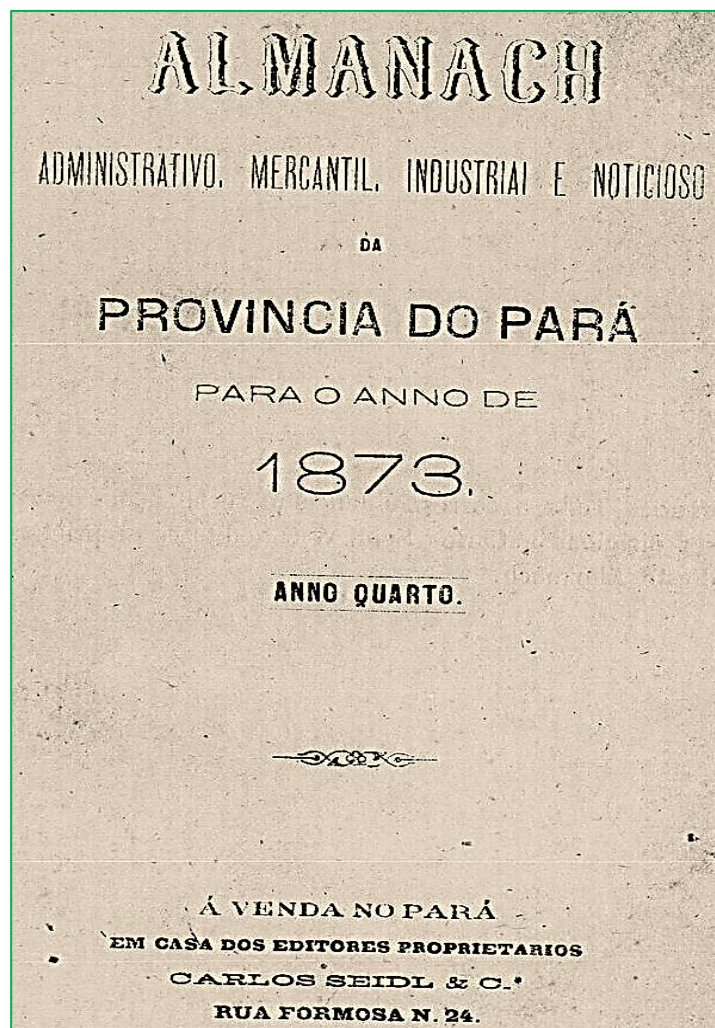
<i>Nomes dos alunos</i>		<i>Nomes dos educadores</i>	
<i>Idade</i>	<i>seu filiação e naturalidade</i>	<i>Idade</i>	<i>seu filiação e naturalidade</i>
21	1.º Marcos Antonio Pereira, filho de João Nunes Pereira - Natural de Santarém	1	Este alumno é official de capataz
19	2.º João José do Santos, filho de Crescencio e Maria dos Santos - Natural de Faro	1	Seu proprio pai
17	3.º Antonio Mauricio de Moraes, filho de Antonio José de Moraes - Natural de Faro	1	Antonio Mauricio de Moraes
18	4.º Siderio Manuel Bentes, filho de Antonia Maria da Rocha - Natural de Faro	1	Seu propria mãe
17	5.º Thomaz Augusto Rosa, filho de Luis Rosa - Natural de Belem	1	Prudencio das Neves e Moraes
15	6.º Antonio d.º Braygo Duarte, filho de Manuel de Braygo Duarte - Natural de Portugal	1	Idem
15	7.º Manoel Pereira Gonçalves, filho de João Baptista Gonçalves - Natural de Faro	1	Idem
17	8.º Manoel Pedro de Freitas, filho de Exuperio José de Freitas - Natural de Belem	1	Idem
19	9.º Manoel José Bernardes, filho de Julia José Bernardes - Natural de Lisboa	1	Raimundo Romigio de Mello Cruzes
22	10.º Thomaz d.º Aguiar da Silveira Campos, filho de João da Silveira Campos - Natural de Faro	1	Seu proprio pai
17	11.º Manoel José da Fonseca, filho de João da Fonseca - Natural de Faro	1	Seu propria mãe
14	12.º Benedicto da Silveira Campos, filho de João da Silveira Campos - Natural de Faro	1	Manoel José da Silveira Campos
20	13.º Manoel João Baptista, filho de Arnaldo José Baptista - Natural de Faro	1	Seu proprio pai

Escola publica noturna em Faro, 5 de Fevereiro de 1879

Subdelegado de Policia
Manoel José da Silveira Campos

O Professor
Manoel Joaquim da Silva

Escola Noturna de Faro, 5 de Fevereiro de 1879 – Relação de alunos que frequentavam a Escola Noturna – Fundo: Diretoria Geral da Instrução Pública da Província – APEP -Ofícios Recebidos, 1879.



Escola nocturna para adultos escravos.

(No collegio de Santa Maria de Belem.)

Fundada em 23 de outubro de 1871 pelo padre Felix Vicente de Leão e os cidadãos Henrique João Cordeiro, Manoel da Fonseca Bernal e João José Nogueira, prestando-se os 3 ultimos a leccionar gratuitamente e o primeiro a custear a aula.

As materias de ensino são: leitura, escripta e as 4 operações de arithmetica.

Anuncio da Escola Noturna Para Adultos Escravos – Almanach: Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará, Ano 4, 1873. <https://memoria.bn.gov.br/>

ESCOLA NOCTURNA PARA ESCRAVOS.—Abaixo publicamos o mappa da frequencia dos alumnos da « escola nocturna para escravos », do tempo decorrido de 23 de outubro ultimo a 22 do corrente, isto é, do primeiro mez depois da fundação da mesma.

Conta já esta util e philantropica instituição o n.º de 20 alumnos.

Mappa da frequencia da escola nocturna para os escravos desde o dia 23 de outubro, em que foi installada, até hoje 22, de novembro.

N.º	NOMES.	IDADE	FALTAS	NOMES DOS PROPRIETARIOS.
1	Alfredo	17 annos	10	Do exm sr. visconde de Arary.
2	Olinto	10 »	13	» » » » »
3	Juvencio	20 »	2	» » » » »
4	Jerônimo	25 »		Do padre Felix Vicente de Leão.
5	Corrado	14 »		» » » » »
6	Cazimiro	16 »		Do illm. sr. Francisco de P. Barreto.
7	Satyro	17 »	2	» » » » »
8	Olegario	12 »	4	Do exm. sr. visconde de Arary.
9	Theodoro	32 »	1	Do illm. sr. José dos P. Miranda.
10	Luiz	23 »	10	Do illm. sr. Raymundo J. de Miranda.
11	José M. dos P. ..	19 »	3	Do tenente coronel Vicente B. de M.
12	Agapito M.	18 »		Da exm.ª sr.ª d. Antonia J. de M.
13	Henrique	19 »		Do exm. sr. José C. da G. e Abreu.
14	Domingos	12 »	1	Do exm. sr. visconde de Arary.
15	Cypriano	19 »		Do illm. sr. Constantino Motta.
16	Januario F.	13 »		Do exm. sr. visconde de Arary.
17	Justino A. da S. ..	25 »	1	Da exm.ª sr.ª d. Viuva Bahia.
18	José P. da Silva ..	21 »	1	» » » » »
19	José M. do N.	11 »	1	Da exm.ª sr.ª d. Maria L. M. Cunha.
20	Manoel Joaquim. ..	8 »		» » » » »

PADRE FELIX V. DE LEÃO

Mapa de Frequência – O Liberal do Pará, N.263, p.1, 24 NOV 1871.

Collegio de Santa Maria de Belem

De ordem do sr. director deste collegio faço publico que no dia 8 de janeiro vindouro terá logar a abertura das aulas de mesmo.

Collegio Santa Maria de Belem 28 de dezembro de 1871.

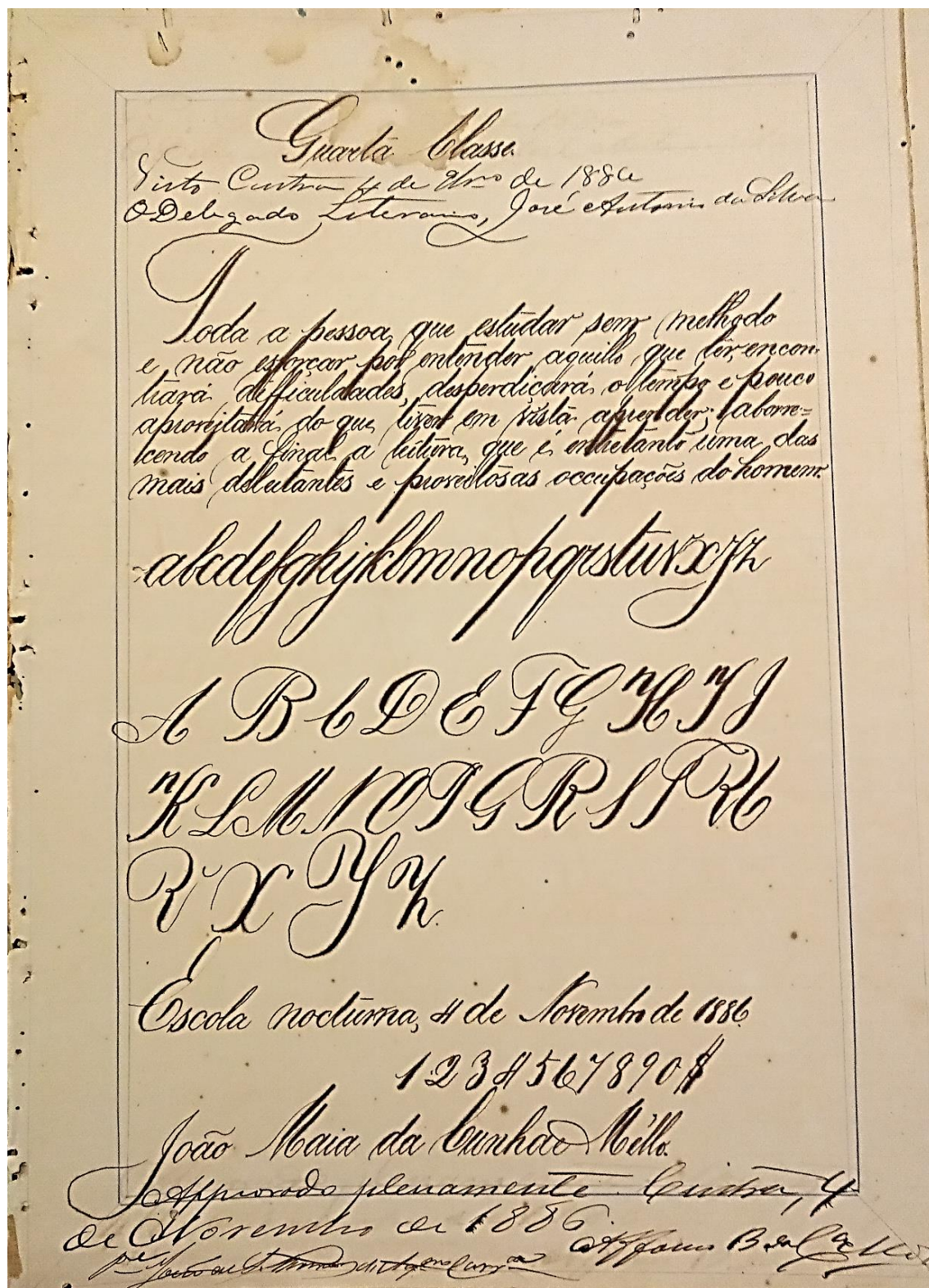
O secretario.
João José Nogueira.

No dia 8 de janeiro vindouro continuará a funcicnar a escola nocturna para os escravos erecta no collegio Santa Maria de Belem.

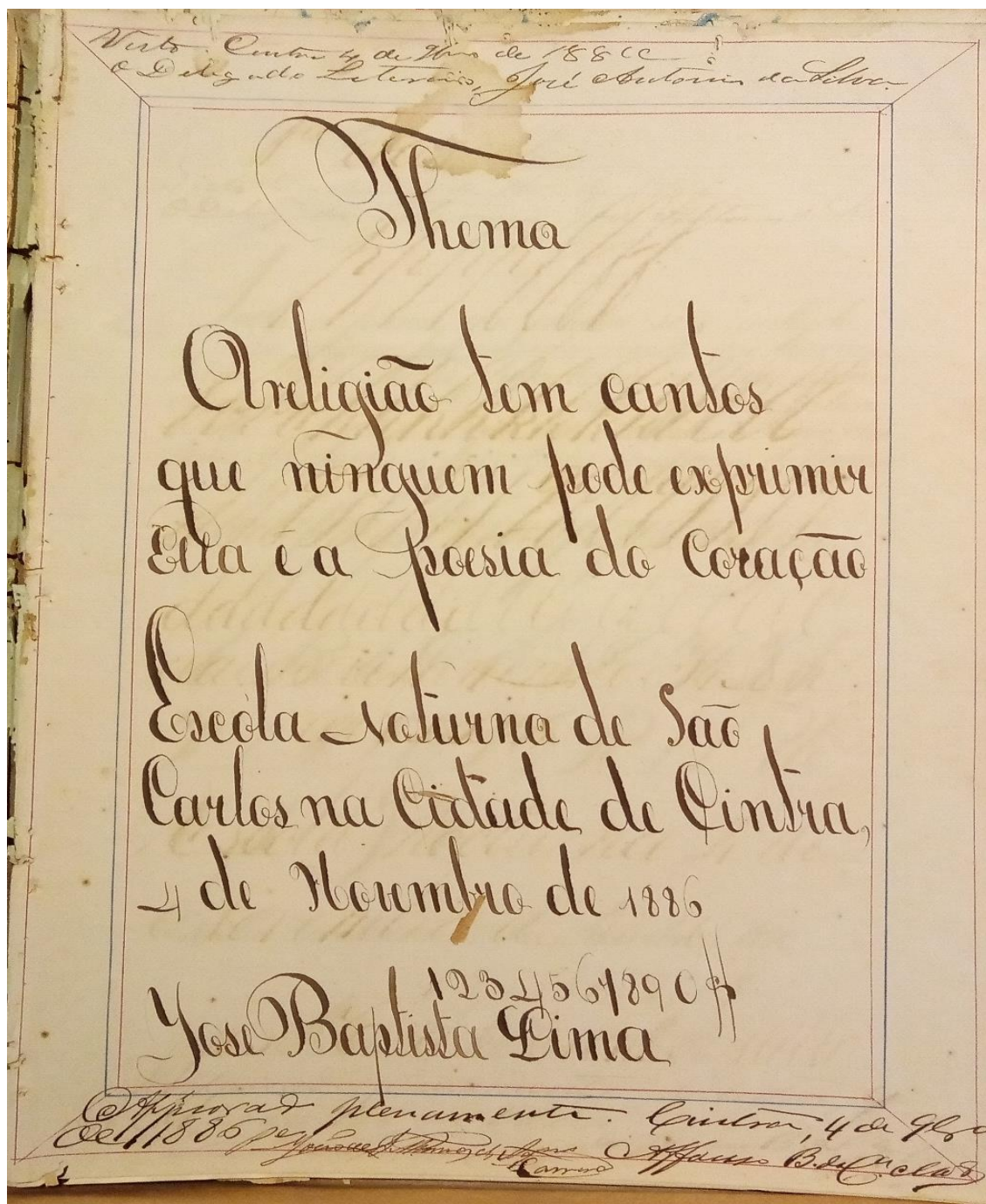
Belem do Pará 28 de dezembro de 1871.

Padre Felix Vicente de Leão.

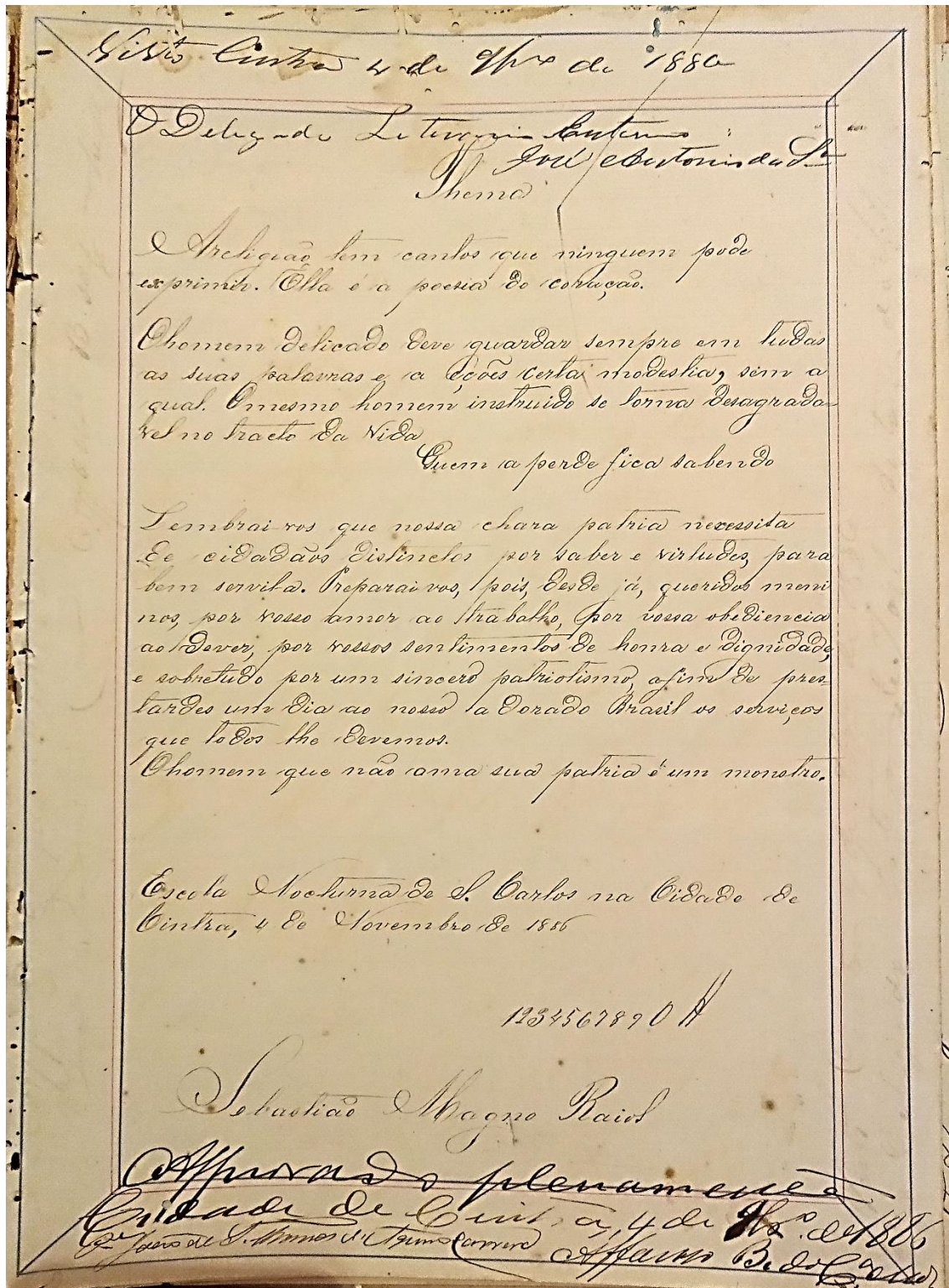
Anuncio de Matriculas. O Liberal do Pará, N.293, P.3, 31 DEZ 1871.



Avaliação do aluno João Maia da Cunha Mello feita pelo Professor: Pe. João Antônio Aquino Correa – Escola Noturna de Cintra (Maracanã) Área: Educação e cultura- Fundo: Diretoria Geral da Instrução Pública – Série: Termos de Exame, Notação: 36, 1886, APEP.



Avaliação do aluno José Baptista Lima feita pelo Professor: Pe. João Antônio Aquino Correa – Escola Noturna de Cintra (Maracanã) Área: Educação e cultura- Fundo: Diretoria Geral da Instrução Pública – Série: Termos de Exame, Notação: 36, 1887, APEP.



Avaliação do aluno Sebastião Magno Raiol pelo Professor: Pe. João Antônio Aquino Correa – Escola Noturna de Cintra (Maracanã). Área: Educação e cultura- Fundo: Diretoria Geral da Instrução Pública – Série: Termos de Exame, Notação: 36, 1886, APEP.



Rua do Norte, atual Siqueira Mendes, onde funcionou a Câmara Municipal no XIX, nesta rua funcionou a primeira Escola Noturna para Adultos, na província do Grão-Pará. – Fotos: Arquivo Pessoal.